

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Clausi Maria do Porto Gomes

**CENTROS DE MEMÓRIA ACADÊMICOS: UM ESTUDO DE MULTICASOS NA
UFMG**

Belo Horizonte

2015

CLAUSI MARIA DO PORTO GOMES

**CENTROS DE MEMÓRIA ACADÊMICOS: UM ESTUDO DE MULTICASOS NA
UFMG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

Belo Horizonte

2015

G633c Gomes, Clausi Maria do Porto.

Centros de memória acadêmicos [manuscrito] : um estudo de multicasos na UFMG / Clausi Maria do Porto Gomes. – 2015.
150 f. : enc., il.

Orientador: Renato Pinto Venâncio.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 139-147.
Apêndices: f. 148-150.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Memória – Teses. 3.
Centros de memória – Teses. 4. Política informacional – Teses. I.
Título. II. Venâncio, Renato Pinto. III. Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 930.2



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CENTROS DE MEMÓRIA ACADÊMICOS: UM ESTUDO DE MULTICASOS NA UFMG"

Clausi Maria do Porto Gomes

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

Dissertação aprovada em: 30 de novembro de 2015.

Por:

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG (Orientador)

Profa. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro - UMC

Profa. Dra. Bernadete Santos Campello - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Renato Pinto Venâncio
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **CLAUSI MARIA DO PORTO GOMES**,
matrícula: 2013708755

Às 9:00 horas do dia 30 de novembro de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 26/11/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Centros de memória acadêmicos: um estudo de multicasos na UFMG**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - Orientador	APROVADA
Profa. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro	APROVADA
Profa. Dra. Bernadete Santos Campello	APROVADA


Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

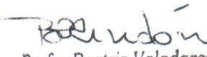
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2015


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
ECI/UFMG


Profa. Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro
UMC


Profa. Dra. Bernadete Santos Campello
ECI/UFMG


Profa. Beatriz Valadares Condón
Coordenadora do Programa Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/ UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

AGRADECIMENTO

A Deus, primeiramente pela disposição concedida, principalmente nos momentos difíceis. A Ele, o único de receber toda honra e toda glória!

Aos meus familiares e irmãos na fé, sou grata pela ajuda, companheirismo e apoio em todos os momentos.

Ao meu orientador Renato Pinto Venâncio, e os professores Carlos Alberto Ávila (Casal), Bernadete Campello, Beatriz Céndon, Rita Castro, Jacira Ferrero e professores da PPGCI por todo conhecimento compartilhado, pelo incentivo e paciência, pela oportunidade de crescimento. Sou muito grata a vocês pelo exemplo.

Aos Profissionais dos Centros de Memória pelas preciosas contribuições.

A Gisele, Lucimeire e demais funcionários da PPGCI pelo exemplo e gentileza em atender minhas solicitações.

Aos professores Benjamim Rodrigues de Menezes e Prof. Alessandro Fernandes Moreira, diretores da Escola de Engenharia da UFMG pelo incentivo e apoio à minha capacitação.

Aos meus colegas do Mestrado, principalmente a Carla, Renata e Jotta por compartilharem conhecimentos e amizade nessa minha trajetória.

Não a nós, Senhor, nenhuma glória para nós, mas sim ao teu Nome, por teu amor e por tua fidelidade! (Salmos 115:1)

RESUMO

Os avanços tecnológicos na área da informação têm levado a discussões em relação à memória social e ampliado o interesse em entender a importância dos Centros de Memória - CMs e a preservação da memória social, bem como a individual e a institucional. Observa-se, ainda, a necessidade de mais pesquisas sobre a memória na área da Ciência da Informação que venham a contribuir para que os centros de memória possam cumprir plenamente sua missão. Desta forma, este estudo procurou identificar a estrutura e organização dos Centros de Memória das Unidades Acadêmicas da UFMG e compreender as relações entre tais centros e a Ciência da Informação. Esta avaliação permitirá identificar: a estrutura organizacional, acervos, profissionais, usuários dos CMs da UFMG e identificar as políticas de informação que direcionam tais centros, para entender de que maneira a produção do conhecimento e a circulação de informação nos CMs contribuem para a preservação da memória social e institucional. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, documental, consulta a *websites* e estudo de multicasos dos CMs Acadêmicos da UFMG. Buscou-se inicialmente a definição dos conceitos de memória, instituições memória, centro de memória, suas particularidades e sua inter-relação com o documento e a informação. A parte prática foi um estudo abrangendo 11 (onze) CMs da UFMG, utilizando-se as técnicas de entrevista semiestruturada para coleta dos dados, bem como uma abordagem considerando o grau de estruturação dos centros, sendo analisados, nesta abordagem, nove dos onze centros estudados. O resultado demonstra que há necessidade de os centros colocarem mais atenção em aspectos administrativos para que possam desenvolver suas atividades com base em um norte visando alcançar sua missão com mais eficácia. Na comunicação, pode-se trabalhar a categoria de usuários, desenvolver *websites* e atualizar *links* para divulgação do trabalho e aprimorar os outros elementos, que estão em estágios mais avançados; quanto ao acervo, tratar tecnicamente as categorias existentes e inventariar o que está em posse de cada centro de memória. Conclui-se que: (i) os Centros de Memória pesquisados apresentam diversidade no tocante a aspectos como origem, composição e trajetória institucional, e, portanto há uma particularização das experiências dos centros; (ii) os Centros de Memória demonstram, independentemente de suas diferentes origens e estruturas, um objetivo implícito de preservar a cultura e a identidade institucional por meio da preservação dos acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, (iii) essa particularização das experiências verificadas nos Centros de Memória da UFMG, que leva a um conjunto deveras diverso em termos de estrutura, robustez e objetivos, bem como a um resultado que os torna praticamente casos específicos, pode ser resultado de uma ausência de política institucional para os referidos Centros de Memória.

Palavras-chave: Memória, Informação, Documento, Centro de Memória, Política de Informação.

ABSTRACT

Technological advances in the area of information have led to discussions regarding the social memory and expanded the interest in understanding the importance of Memory Centers - MCs and the preservation of social memory as well as individual and institutional. It is noted also the need for more research on memory in the area of information science that can contribute to memory centers helping to fully accomplish its mission. Thus, this study sought to identify the structure and organization of the Academic Units of Memory Centers UFMG and understand the relationships between such centers and Information Science. This review will identify: organizational structure, archives, professionals, MCs UFMG users and identify information policies that drive such centers to understand how the production of knowledge and the flow of information in MCs contribute to preserving social and institutional memory. The methodology includes bibliographical research, documents, website consultations and multicase studies of MCs of UFMG Academics. It initially sought to define the concepts of memory, memory institutions, memory center, its peculiarities and its interrelation with the documents and information. The practical part was a study covering eleven (11) MCs of UFMG, using semi-structured interview techniques for data collection, as well as an approach considering the degree of structuring of the centers being analyzed in this approach, where nine of the eleven centers were studied. The result shows that there is need for the centers to put more attention on administrative aspects so that they can develop their activities based on a direction in order to achieve its mission more effectively. In communication, a category of users working together may develop websites and update links to release this work and enhance other elements which are in more advanced stages. Concerning the archives, to technically refine the existing categories and inventory that which each central memory possesses. We conclude that: (i) the surveyed Memory Centers possess a diversity regarding aspects such as; source, composition and institutional trajectory. Therefore there are unique features of the experiences of the centers; (ii) the Memory Centers demonstrate, regardless of their different origins and structures, an implicit goal of preserving culture and corporate identity through the preservation of archives, librarianship and museum collections, (iii) this particularity of the experiences observed in the Memory Centers of the same University, which leads to a rather diverse set in terms of structure, strength and objectives as well as a result which makes them practically individual cases, may have resulted from a lack of institutional policy for said Memory Centers.

Keywords: Memory, Information, Document, Memory Center, Information Policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro de Memória	51
Figura 2 - Foto: Exposição de Documentos Arquivísticos do CEMEMOR UFMG	80
Figura 3 - Foto: Acervo de Obras Raras do Centro de Memória da Engenharia	82
Figura 4 - Foto: Biblioteca CEMEF, 2014.	84
Figura 5 - Foto: Entrada do CEMENF, 2014.	86
Figura 6 - Foto: Galeria de exposição museológica do Centro de Memória da Veterinária, 2014.....	88
Figura 7 - Foto: Espaço de exposição permanente do Centro de Memória da Odontologia da UFMG	90
Figura 8 - Foto: Acervo Bibliográfico do CEDOC FAE.....	91
Figura 9 - Foto: Centro de Memória da Farmácia - CEMEFAR.....	93
Figura 10 - Foto: Acervo Arquivístico da Memória Face	94
Figura 11 - Foto: Acervo Fotográfico do Centro de Memória da FALE UFMG.....	96
Figura 12 – Panorama de Estrutura/Organização dos Centros de Memória da UFMG	127
Figura 13 - Panorama de Comunicação – Centros de Memória da UFMG	128
Figura 14 - Panorama de Acervos – Centros de Memória da UFMG	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Território da UFMG em 2014	70
Tabela 2 - População Universitária da UFMG em 2014	70
Tabela 3 - Ensino de Graduação UFMG em 2014	70
Tabela 4 - Ensino de Pós-Graduação UFMG em 2014	70
Tabela 5 - Pesquisa e Publicações na UFMG em 2014.....	70
Tabela 6 - Extensão na UFMG - 2014.....	70
Tabela 7 - Unidades Acadêmicas da UFMG	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Centros de Memória da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	11
Quadro 2 - A evolução do conceito de informação	37
Quadro 3 - Características das Instituições Memórias	66
Quadro 4 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte I.....	101
Quadro 5 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte II	101
Quadro 6 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte III.....	104
Quadro 7 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte IV.....	105
Quadro 8 - Compilação dos centros – Comunicação	110
Quadro 9 - Compilação dos centros – Acervo.....	115
Quadro 10 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (1) Estrutura/Organização; (2) Comunicação; (3) Acervo	130
Quadro 11 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (1) Estrutura/Organização.....	131
Quadro 12 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (2) Comunicação.....	132
Quadro 13 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (3) Acervo.....	132
Quadro 14 - Características das Instituições Memórias: Acervo e tipo de documentação	133

LISTA DE ABREVIATURAS

SIGLA	NOME COMPLETO
AEAEUFMG	ASSOCIAÇÃO DE EX ALUNOS DA ENGENHARIA DA UFMG
BU	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFMG
CAPES	COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO NÍVEL SUPERIOR
CM	CENTRO DE MEMÓRIA
CEMEMOR	CENTRO DE MEMÓRIA DA MEDICINA DA UFMG
CEMEF	CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER
CEMENF	CENTRO DE MEMÓRIA DA ENFERMAGEM DA UFMG
CEMEFADI	CENTRO DE MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG
CEMEFAR	CENTRO DE MEMÓRIA DA FARMÁCIA DA UFMG
CEDOC	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, PESQUISA E MEMÓRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO / FAE UFMG
CME	CENTRO DE MEMÓRIA EM EDUCAÇÃO DA UNICAMP
CMs	CENTROS DE MEMÓRIA
CMU	CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP
CNPQ	CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA
COCEN	COORDENADORIA DOS CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DA UNICAMP
CPINFO	COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO INFORMACIONAL DA UFMG
CRO	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA
CRV	CONSELHO REGIONAL DE VETERINÁRIA
FACE	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG
FALE	FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
FAPEMIG	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
LAHO	LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO CMU
PROEX	PRO REITORIA DE EXTENSÃO DA UFMG
RMECC	REDE DE MUSEUS E ESPAÇOS DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFMG
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UMG	UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS
UNICAMP	UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	14
2. CENTROS DE MEMÓRIA: CONSTRUINDO UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 MEMÓRIA SOCIAL E COLETIVA.....	17
2.2 INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA	19
2.2.1 Bibliotecas	20
2.2.2 Arquivos	23
2.2.3 Museus.....	28
2.2.4 Centro de Documentação.....	32
2.3 O PAPEL DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTO NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA	35
2.4 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	45
2.5 CENTRO DE MEMÓRIA - AFINAL QUE INSTITUIÇÃO É ESSA?.....	51
2.5.1 Centro de Memória Acadêmicos: CMU da Unicamp	59
2.6 PARÂMETROS DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, MUSEUS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E CENTROS DE MEMÓRIA.	65
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	67
4. CENTROS DE MEMÓRIA DA UFMG.....	69
4.1 CENTRO DE MEMÓRIA DA MEDICINA/CEMEMOR	78
4.2 CENTRO DE MEMÓRIA DA ENGENHARIA.....	81
4.3 CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER - CEMEF.....	82
4.4 CENTRO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM - CEMENF	85
4.5 CENTRO DE MEMÓRIA DA VETERINÁRIA	87
4.6 CENTRO DE MEMÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO /CEMEFADI.....	88
4.7 CENTRO DE MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA	89
4.8 CEDOC- CENTRO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA FAE.....	91
4.9 CEMEFAR - CENTRO DE MEMÓRIA DA FARMÁCIA	92
4.10 MEMÓRIA INSTITUCIONAL FACE.....	94
4.11 CENTRO E MEMÓRIA FALE	95
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	97
5.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS CM UFMG.....	97

5.2 RECURSOS FINANCEIROS E PROFISSIONAIS DOS CM UFMG	102
5.3 COMUNICAÇÃO E USUÁRIOS DOS CM UFMG.....	106
5.4 ACERVOS DO CM DA UFMG E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	112
5.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CENTROS DE MEMÓRIA DA UFMG.....	117
5.6. OS CENTROS DE MEMÓRIA DA UFMG SÃO CENTROS DE MEMÓRIA?!.....	133
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
7. REFERÊNCIAS	139
7.1 ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS CENTROS DE MEMÓRIA PESQUISADOS	146
8. APÊNDICES	148
8.1 FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS	149

1. INTRODUÇÃO

A Memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.
Ecléa Bosi, 1993, p. 281

O mundo moderno é caracterizado, em sua essência, pela efemeridade. Os fatos e as informações chegam até o ser humano em uma velocidade nunca antes imaginada, o que antes parecia sólido desfaz-se com uma rapidez estonteante; informações que chegam aos centros de conhecimento mais nobres, como as Universidades, em um curto espaço de tempo são superadas por outras mais novas; o ser humano vive em uma espiral de informações, parecendo que irá sugá-lo a qualquer momento, e a ele cabe tentar digerir o melhor que puder a avalanche que lhe é despejada diariamente e assim este tenta, nesse vendaval de fatos e dados, registrar em sua memória o que consegue absorver.

Considerando-se esse contexto, a história reforça seu papel de resgatadora da memória e escriba do registro humano ao longo do tempo. Se a memória do indivíduo sofre com esse contínuo transbordar de fatos e dados, o que fazer para que a memória dos indivíduos, enquanto grupo social, isto é, enquanto memória coletiva, possa ser preservada? Uma alternativa é a construção de centros de memória, espaços para guarda dos registros de memória coletiva, que se apresentam com o importante papel de resgate da cultura de uma dada sociedade ou instituição social, por meio da seleção de fatos, dados e informações a serem preservados para a posteridade.

A ideia de elaborar este trabalho surgiu dos questionamentos profissionais, provocados enquanto coordenava o projeto de implantação do arquivo permanente da Escola de Engenharia da UFMG, fundada em 1911. Embora receba tal designação, esse “arquivo permanente” não está integrado a uma política de arquivos institucional, ou seja, não implementa uma política de gestão de documentos, estruturando ações com a administração corrente e aos demais setores de pesquisa, ensino e extensão produtores de documentos. Ademais, um ‘arquivo permanente’ isolado não está habilitado para proceder à avaliação e à eliminação de documentos de arquivo, tal qual define a legislação brasileira (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002). Tendo em vista esse contexto, algumas indagações começaram a surgir em relação aos documentos de cunho

histórico contido no acervo: – *Alguns documentos compõem o acervo da memória da instituição; outros, não. Quais foram os critérios dessa seleção?*

Na tentativa de encontrar informações que pudesse nortear as ações do arquivo permanente em questão, foi realizada uma pesquisa inicial na internet para listar os projetos no âmbito das universidades sobre memória institucional e documentos históricos. Através desse levantamento, foram identificados os “lugares de memória”, que, para Nora (1993), são lugares materiais onde a memória social se ancora, são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos, porque a memória coletiva se expressa e se revela. Na concepção do autor, são arquivos, bibliotecas e museus, porque são instituições voltadas para consolidação da memória social de dada sociedade.

Porém, os resultados iniciais da pesquisa revelaram que as experiências das universidades brasileiras têm favorecido a criação de “centros de memória”, uma instituição que surgiu no Século XX, pela necessidade de preservação da memória institucional. Dando prosseguimento à pesquisa, direcionou-se a investigação para esses espaços de memória no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Deste modo, a pesquisa ficou centralizada nos centros de memória em Unidades Acadêmicas, cujos resultados direcionaram para a análise de 11 (onze) Centros de Memória – CMs (quadro abaixo), incluindo um na Escola de Engenharia e o Centro de Memória da Faculdade de Letras que, recém-inaugurado em 2014, veio a completar o referido quadro.

Quadro 1 - Centros de Memória da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

NOME	UNIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
CEMEMOR - Centro de Memória da Medicina	Faculdade de Medicina	1977
Centro de Memória da Engenharia	Escola de Engenharia	1993
CEMEF- Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	2001
CEMENF- Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Escola de Enfermagem	2006
Centro de Memória da Veterinária	Escola de Veterinária	2006
CEMEFADI – Centro de Memória da Faculdade de Direito	Faculdade de Direito	2006
Centro de Memória da Odontologia	Faculdade de Odontologia	2007
CEDOC – Centro de Documentação, Pesquisa e Memória	Faculdade de Educação	2008
CEMEFAR - Centro de Memória da Farmácia	Escola de Farmácia	2011
Memória Institucional FACE	Faculdade de Ciências Econômicas	2012
Centro de Memória da FALE	Faculdade de Letras	2014

Fonte: UFMG, 2013 a 2014.

É necessário relatar a surpresa ao se encontrar um centro de memória na Escola de Engenharia, pois não havia conhecimento de sua existência por parte da pesquisadora deste trabalho, ainda que a autora desta pesquisa estivesse na coordenação do projeto de implantação do arquivo permanente da escola – que, na prática, apenas efetua o resgate de parte da documentação institucional, abandonada em improvisados depósitos. Mediante este fato, novas indagações surgiram: – *Centro de Memória: afinal que instituição é essa? Quais são suas funções? Como ocorre, de fato, a organização dos acervos dos centros de memória da UFMG? Quais são os profissionais que atuam nesses centros de memória? E como são disponibilizadas as informações aos usuários dos CMs?*

Somado ao interesse em identificar as particularidades dos centros de memória da UFMG e visando obter subsídios para aprimorar os serviços prestados por esses centros e poder contribuir com uma pesquisa de mestrado que pudesse aprofundar os estudos na interface com a ciência da informação, este projeto de pesquisa foi vinculado ao projeto *Arquivo, memória e cidadania: história da implantação das legislações arquivísticas em Minas Gerais*, CNPq – N2, do Prof. Renato Pinto Venâncio, cujos resultados serão conhecidos nessa dissertação.

1.1 Justificativa e problema

As recentes discussões acerca da memória social e institucional têm ampliado a necessidade de entender a função dos centros de memória como unidades de informação e espaços de mediação cultural no âmbito acadêmico. Segundo Câmara (2012, p.6), “os centros de memória – da mesma forma como as bibliotecas, museus e arquivos - possuem características próprias de lugares de informação”.

Considerando-se a memória como “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 1990, p. 476), percebe-se a importância de preservá-la, ou seja, de preservar os registros que a corporificam e permitem que ela seja atualizada mediante novas interpretações. Contudo, Marques (2007, p. 16) destaca que,

embora um programa voltado à preservação da informação histórica e da memória institucional tenha uma inegável importância para qualquer organização, observa-se que não existe uma padronização das atividades e dos objetivos das unidades de informação voltadas para a memória. Consequentemente é muito comum encontrar unidades de informação denominadas centros de memória pertencentes a

organizações das mais diversas áreas do conhecimento, atuando como arquivos permanentes ou como centros de documentação.

Deriva, portanto, desse contexto a importância da pesquisa para que se possa identificar como essa unidade de informação é estruturada nos ambientes acadêmicos e, principalmente, na esfera da UFMG.

Rueda, Freitas e Valls (2011) consideram que a escassa literatura sobre centros de memória na Ciência da Informação evidencia a baixa relevância dada a estes espaços como fontes de informação. Esse fato repete-se no cotidiano das universidades, mesmo aquelas que já possuem centros de memória consolidados, a exemplo da UFMG. Adicionalmente, há poucos estudos capazes de estabelecer a interface entre esses espaços e desses espaços com os usuários, sendo necessário também compreender como os centros de memória contribuem para a geração e a preservação do conhecimento institucional.

Desse modo, o presente trabalho busca identificar a estrutura e organização dos CMs da UFMG, identificando como essas unidades de informação estruturam-se enquanto espaços culturais, com funções de disseminação da informação. Ademais, procura-se identificar se os CMs da UFMG são realmente centros de memória em sua concepção e aplicação. Parte-se da hipótese de que a diversidade na origem, na composição e na trajetória dos centros de memória – ou seja, nos seus diferentes graus de institucionalização - decorre da falta de uma política institucional para tais centros. Na UFMG, os centros de memória atuam quase sempre no “resgate” de conjuntos documentais (arquivísticos, bibliográficos, museológicos), que estão na iminência de serem perdidos, sendo sua criação, frequentemente, iniciativas de pesquisadores e funcionários técnico-administrativos, sensibilizados frente a essa situação.

1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Esta pesquisa pretende identificar a estrutura e organização dos centros de Memória-CMs da UFMG e, para tanto, os objetivos específicos são:

- ✓ Realizar um estudo bibliográfico sobre memória, memória social, instituições memórias, documento e informação para instituições memórias, conceito de CM.
- ✓ Identificar os CMs da UFMG e as informações disponibilizadas em seus *sites*;
- ✓ Estudar os CMs da UFMG e identificar o contexto de cada criação e de cada estrutura organizacional;

- ✓ Identificar o tipo de acervo e os procedimentos utilizados nos CMs da UFMG;
- ✓ Identificar os profissionais e usuários dos CMs;
- ✓ Identificar como os CMs da UFMG disponibilizam suas informações;
- ✓ Verificar a(s) política(s) de informação na UFMG que direcionam os CMs.

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação possui seis capítulos. A introdução é composta por algumas considerações gerais sobre o tema escolhido, justificativa, os objetivos da pesquisa e estruturação da dissertação. O capítulo dois está dedicado ao referencial teórico e apresenta uma revisão de literatura abordando os conceitos de memória, as instituições de memória: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação; partindo para uma breve discussão sobre informação e documento nas instituições de memória, políticas de informação, finalizando o capítulo apresentando o objeto da pesquisa: centros de memória- afinal que instituição é essa?, A fim de fundamentar a pesquisa, destaca-se a atuação do espaço de memória em um ambiente acadêmico, apresentando um pouco da história do pioneiro CMU- Centro de Memória da UNICAMP. No capítulo três é detalhada a metodologia da pesquisa, portanto são descritos o universo da pesquisa, a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados no levantamento nas duas etapas do estudo. Destaca-se que foi utilizada a metodologia de multicascos, por se tratar do estudo de vários centros de memória acadêmicos no âmbito da UFMG.

No capítulo quatro apresenta-se a primeira etapa prática da pesquisa, que consiste em uma breve descrição da instituição UFMG e dos seus 11 (onze) centros de memória de Unidades Acadêmicas. Neste capítulo consta o resultado das informações referentes à pesquisa na internet nos *Websites* sobre os elementos relativos à concepção de cada centro, seus objetivos, estrutura, acervo e informações para acesso a cada um deles. No capítulo cinco constam os resultados, seguidos de discussão da segunda etapa da prática da pesquisa, cuja produção é proveniente das visitas a 9 (nove) CMs da UFMG, abordando: estrutura organizacional, acervo, profissionais, usuários, comunicação, para em seguida relacionar, em esquemas criados a partir dos dados levantados nos centros, as características gerais dos CMs da UFMG. Finalmente, no capítulo seis são apresentadas as considerações finais, além de recomendações e apontam-se algumas possibilidades para trabalhos futuros.

2. CENTROS DE MEMÓRIA: CONSTRUINDO UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A preservação da memória social é um tema em destaque nos últimos anos. “Ao longo do século XX e, principalmente, após a segunda guerra mundial, a preocupação com a criação de registros de memória, quer fossem na literatura, nos monumentos ou nas comemorações”, levou a sociedade à discussão sobre o perigo do esquecimento das experiências históricas. Dessa forma – e apenas para mencionar um exemplo -, lembrar os “campos de concentração” é uma maneira de evitar que eles se repitam. (DODEBEI;GOUVEIA, 2008, s/p); por outro lado, a experiência das grandes guerras também revelou a capacidade da tecnologia bélica em destruir patrimônios da humanidade; daí a preocupação em se criar políticas de preservação.

Dodebei (1997) ressalta que, não podemos tomar a memória apenas como faculdade de reter fatos, pois,

Se tomarmos o conceito de memória como a faculdade de reter fatos, então bastariam os arquivos e as bibliotecas que têm por missão a salvaguarda da memória. Não é o caso dos museus, propriamente, pois a estes cabe a função da recontextualização dos objetos recolhidos, doados ou comprados para sua existência. Assim, os museus fazem muito mais história que memória, se considerarmos a memória como a virtualidade do social se considerarmos a memória apenas como a virtualidade do social, pois então bastariam os museus, arquivos e bibliotecas para essa missão de salvaguarda da memória. (DODEBEI, 1997, p.49).

Para Dodebei (1997), a memória social é retida por meio das representações que as pessoas processam, quer na esfera pessoal da memória individual, quer na esfera da coletividade da memória pública; em razão disso, os acervos conservados nas instituições memórias: arquivos, bibliotecas e museus, precisam ser permanentemente recontextualizados. Portanto, a memória social é um processo de construção e reconstrução de interpretações a respeito da realidade.

Marques (2007) destaca a importância da preservação da memória institucional para disponibilização da informação histórica,

(...) em toda instituição, pública ou privada, a informação é o insumo básico para qualquer ação que venha a ser realizada e todo procedimento, dado, informação e objeto relacionado à trajetória da instituição pode vir a se tornar parte da memória institucional. (MARQUES, 2007, p.23).

Jacques Le Goff, no livro *História e Memória*, destaca a interação do presente e do passado como forma de registro na memória:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas. (Le Goff, 1990, p. 423).

De acordo com Le Goff (1990), o uso de registros, como forma de comunicação e troca de informações, transformou a memória coletiva em memória social.

(...) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje... Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (Le Goff, 1990, p.433).

A informação qualifica-se como um meio entre o registro do conhecimento e a produção da memória social, isto devido à sua aptidão de fornecer dados anteriores e suprir a necessidade da sociedade em se recordar do passado. Para Belloto (1991), os documentos de arquivo surgem como evidências legais (administrativas, fiscais etc.) e, em um segundo momento, tornam-se fontes históricas:

A informação administrativa contida, enquanto validade jurídico-funcional, nos arquivos correntes e, posteriormente, como testemunho em fase intermediária ou como fonte histórica custodiada nos arquivos permanentes, não se restringe a si mesma.[...] Trata-se de algo em que vai muito além do próprio conteúdo do documento. Os conjuntos informacionais que se geram não podem ser definidos compartimentadamente como material de arquivo, de biblioteca ou de centro de documentação, por serem atípicos, como totalidade, a qualquer um deles. Estes conjuntos de dados constituem a memória. (BELLOTO, 1991, p.183).

Oliveira e Rodrigues (2010) ressaltam sobre a importância do documento para os registros da memória social. Sua preservação possibilita a reconstituição da memória e estimula a formação da identidade institucional, daí a importância da organização, preservação e divulgação dos acervos.

Essas operações incluem um aspecto seletivo, que envolve o binômio lembrar e esquecer onde a decisão sobre o que constituirá a memória é compreendida como uma disputa ou negociação, entre grupos sociais, permeada por questões políticas e ideológicas, por vezes antagônicas. (OLIVEIRA e RODRIGUES: 2010, pag. 18).

Para Oliveira (2010), as raízes teóricas da informação podem conduzir novos estudos sobre a memória, principalmente baseados nos trabalhos de Paul Otlet¹ e Vannevar Bush². A autora esclarece que apesar de não ser explícita a menção do termo “memória” na obra de Paul Otlet, a ideia de formação e conservação de uma memória do conhecimento e seu acesso pode ser vista em sua proposta de recuperação dos conteúdos e na elaboração de instrumentos que facilitam a busca e o acesso ao universo documental. Igualmente, a proposta de Vannevar Bush ao criar um mecanismo artificial como a memória humana - o MEMEX para armazenar e recuperar documentos por meio de associação de palavras.

Assim, a condução da discussão teórica nesta pesquisa tem início com os subcapítulos que trazem um norteio sobre memória social e coletiva, seguindo de uma breve apresentação das instituições de memória, do papel da informação e do documento nessas instituições, para então serem construídas as características e definição de centro de memória. Em relação a esse último tópico, utilizou-se como exemplo o CMU Unicamp, por ser um dos pioneiros centros de memória instituído em uma universidade, e, finalizando com uma contextualização das principais características das instituições de memória, como unidades de informação.

2.1 Memória Social e Coletiva

Nas ciências humanas, sociais e aplicadas, há modos diferentes de estudar a memória e seus conceitos. Estudos sobre a memória incluem abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de tantas outras áreas que já se debruçaram sobre esse tema, devido às características e demandas de conhecimento da sociedade (RUEDA, FREITAS, VALLA, 2011). Molina e Valentin (2011) destacam que a importância da memória como um instrumento de construção social e coletiva.

A memória é considerada o único instrumento através do qual ideias e palavras podem ser reunidas, fugindo, assim, ao império do imediato: imprime as direções do tempo e permite uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma

¹ Otlet criou a Classificação Decimal Universal, um dos exemplos mais proeminentes de documentação facetada. Escreveu diversos ensaios sobre a forma de recolher e organizar o mundo do conhecimento, culminando em dois livros, o *Traité de documentation* (1934) e *Monde: Essai d'universalisme* (1935).

² Vannevar Bush publicou o artigo “As We May Think” no volume de julho de 1945 do The Atlantic Monthly³, apontando os problemas decorrentes do volume e do valor da informação liberada após a segunda Guerra Mundial.

ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural. (MOLINA; VALENTIN, 2011, p.266).

Dodebei (2010, s/n) ressalta que “a memória compreendida sob a dimensão cultural pode abarcar fronteiras de outras disciplinas que têm o passado como material de estudo, como a História, a Arqueologia, a Ciência da Informação”. De um modo geral, estes estudos sobre a memória perpassam pela memória individual, que é o conjunto de representações que o sujeito faz do passado, e pela memória coletiva, que usa o passado para criação de uma identidade coletiva.

A palavra memória tem várias conotações como:

(...) a de testemunho administrativo a serviço do poder, a serviço das artes e da literatura, a serviço do indivíduo (memória pessoal para as gerações futuras); a serviço da opinião pública (memória jornalística); a serviço da ciência médica e do ensino (a memória como capacidade do ser humano de armazenar conhecimento); a serviço do homem através das máquinas. (memória agregada – a atual memória dos computadores) (LUCAS, 1998,p.92).

Entre os teóricos dedicados ao estudo da memória, Halbwachs foi o primeiro a utilizar o termo “*memória coletiva*”, ao pensar a memória em uma dimensão que ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são somente suas e que as lembranças não podem ser apartadas da sociedade. “São as lembranças que os indivíduos recuperam enquanto integrantes de um grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Dodebei e Gouveia (2008) ressaltam que,

Halbwachs não nega a existência de uma memória particular, individual por assim dizer, mas o centro formador desta, ainda seria a memória do grupo. Nesse sentido, podemos ter uma experiência que nos pareça única, de uma viagem, uma leitura, ou qualquer outra circunstância onde nos colocamos isolados do restante dos indivíduos. Ao lembrarmos desse momento em questão, acionaremos códigos que são sociais, códigos culturais que regem nossa racionalidade, nossa inteligência. Além disso, as motivações para que essa lembrança se faça presente serão provenientes da reflexão que formos capazes de produzir a partir dela, as percebendo de acordo com os quadros sociais. (DODEBEI; GOUVEIA, 2008, s/n).

Logo, “as memórias são construções de grupos sociais, pois são eles que determinam o que e onde essa memória será preservada” (CASADEI, 2010, p.153). Para Catoira e Netto (2011), Halbwachs, ao tratar a memória coletiva,

(...) evidencia que esta, está inserida dentro de contextos por contratos sociais, formada por diversas lembranças individuais que constituem os grupos, podendo um indivíduo pertencer e agir em mais de um grupo, portanto essas memórias coletivas que surgem a partir das lembranças e podem ser evocadas e percebidas, de diferentes formas e tempos, também podem ser evidenciadas através dos suportes de memória. (CATOIRA E NETTO, 2011, p.3075)

Pierre Nora (1993) aproxima-se dos pensamentos de Halbwachs e define a memória coletiva como o que fica do passado vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado, isto é, um processo de escolha e transmissão. Portanto, para Nora, os arquivos, as bibliotecas, os museus e os monumentos constituem-se como lugares da memória.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993: 12-13).

Para a historiadora Margarida Neves, os lugares de memória definidos por Nora:

(...) são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. (NEVES, 2007, p.1).

Segundo Lucas (1998), os lugares da memória conceituados por Pierre Nora, podem ser classificados em *lugares topográficos* (equivalente ao que a autora anteriormente citada considerou como lugares materiais), ou seja, bibliotecas, arquivos e museus, em *lugares funcionais*, como os manuais, as autobiografias ou as associações e os *lugares monumentais*, que são os cemitérios ou monumentos. Por conseguinte, desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade.

2.2 Instituições de Memória

As recentes discussões acerca da memória social têm ampliado a necessidade de entender a função dos centros de memória como unidade de informação e espaços de mediação cultural. Para Dodebei (1997, p.136) “as instituições dedicadas à preservação e à disseminação das memórias trabalham com traços e vestígios sociais, quer sejam produtos da literatura, da administração política e social, ou da produção de bens artísticos e culturais”.

Assim, para aprofundar na temática sobre os centros, apresenta-se uma breve contextualização das instituições de memória: arquivo, biblioteca e museu, por serem essas consideradas por Nora (1993) instituições memória da humanidade.

Conforme Caldeira (2005, p.3) “os arquivos, as bibliotecas e os museus incluem-se entre as instituições culturais responsáveis pela armazenagem, conservação e divulgação dos acervos coletados ao longo de suas trajetórias”. Neste contexto, a ciência da informação passa, pois, a ser valorizada pela sua interdisciplinaridade, ao congregar a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, disciplinas dedicadas aos acervos e as técnicas de tratamento das ‘instituições memória’, com objetivo de organizar e disponibilizar a informação para a sociedade.

De acordo com Câmara (2012, p.6), “os centros de memória, como as bibliotecas, museus e arquivos possuem características próprias de lugares de informação”, pois são instituições preocupadas com a transmissão cultural, com a custódia e com a divulgação de informações técnicas científicas, “possuem cada uma, de per si, um espaço social próprio e independente no qual devem agir”. Assim, inclui-se também uma breve contextualização do centro de documentação, por ser uma instituição que mais se aproxima dos centros de memória, cuja origem foi no século XX (BICALHO, 2013, s/n).

Conforme Belloto (2006) essas instituições de memória,

(...) não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação, pois têm fronteiras bem definidas. (BELLOTO, 2006, p.42).

2.2.1 Bibliotecas

As bibliotecas têm uma origem antiga que remonta à invenção da escrita. As coleções formadas a partir dos primeiros registros escritos tornaram-se conhecidas como bibliotecas. Ao longo dos séculos, as bibliotecas sobreviveram às inúmeras mudanças sociais, políticas e tecnológicas, desempenhando um papel importante na perspectiva cultural, como local de registros da memória coletiva, propiciando o acesso à informação e o pleno usufruto da cidadania e destacando-se como uma instituição (MILANESI, 1986; LEMOS, 2005).

A biblioteca passou a ter um papel importante na sociedade e na educação,

(...) da mais antiga coleção de tábulas de argila dos assírios e babilônios até as mais avançadas concepções de bibliotecas virtuais, eletrônicas ou digitais, todas giram em torno da mesma idéia de memória exossomática: o local onde se reúnem dados, informações, conhecimentos, em síntese, mentefactos. (obras que são produto da

criação intelectual), de modo organizado e dinâmico, tendo em vista sua eventual recuperação e utilização. (LEMOS, 2005, p.103)

Milanesi (1986) descreve a biblioteca como se fosse o cérebro da humanidade, que, por meio da informação organizada, permite preservar a memória. O conceito de biblioteca vem do latim do vocábulo grego *bibliotheca* (*Biblio*= livro e *théke*= depósito), sendo esta a ideia mais primitiva da biblioteca (MILANESI, 1986; LEMOS, 2005).

Fonseca (1992) conceitua a biblioteca como uma “coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados e mais atenta à orientação e fornecimento de informações aos usuários” (FONSECA, 2007, p.50). Portanto, a biblioteca não é composta apenas de coleções de livros, mas é uma instituição social e deve ter seu foco voltado para as pessoas e oferecendo meios para que a informação circule de forma dinâmica, e alguns requisitos são necessários para cumprir este papel. Para Lemos (2005), três requisitos são importantes:

A intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. (LEMOS, 2005, p.101).

Assim, os acervos da biblioteca devem ser formados levando em consideração as necessidades efetivas dos usuários, dispondo de serviços organizados e eficientes, não sendo um espaço somente para custódia. Tendo em vista a diversidade de necessidades dos usuários e a variedade de fontes de informação, Lemos (2005) define a biblioteca como:

um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas etc.), ou não impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, Cederrons, devedês, programas de computador etc.), organizados e mantidos para leitura, visualização, estudo e consulta. (LEMOS, 2005, p.102).

Novas exigências educacionais surgiram com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção no século XIX, que visava à produção e reprodução da mão de obra qualificada, o que acarretou uma grande ampliação das matrículas escolares e a elevação do nível educacional de alguns países, e é nessa valorização da educação que as bibliotecas universitárias e públicas passaram a ser vistas como instrumento do processo de educação formal e permanente (LEMOS, 2005, p. 105 -106).

Na atualidade, as bibliotecas são definidas como: nacionais, públicas, escolares, universitárias, especializadas e especiais (MILANESI, 1986; LEMOS, 2005) e, em relação

aos seus usuários, as bibliotecas públicas são abertas aos membros da comunidade em geral; as bibliotecas escolares e universitárias geralmente são para estudantes e professores; as bibliotecas especializadas são para estudiosos e pesquisadores e bibliotecas especiais são para grupos especiais de usuários. Nesse processo de avanço social, tecnológico e político as bibliotecas foram se diferenciando,

seja por causa do tipo de material que reúnem, seja por causa do tipo de usuário a que atendem prioritariamente. Quanto ao tipo de material, existem bibliotecas apenas de periódicos (hemerotecas), de filmes (filmotecas ou cinematecas), de partituras musicais, de textos em braile, de discos (discotecas), de vídeos (videotecas), de materiais didáticos, de gibis (gibitecas) etc. (LEMOS, 2005, p.107).

Conforme Milanesi (1986), a ideia de biblioteca como uma forma de organização do saber, projetou-a para uma nova missão: sistematizar o acesso às informações, passando a ser o espaço mais adequado a esse exercício, que é determinado pelas transformações sociais e tecnológicas após a segunda Guerra Mundial. Com o advento do computador e a explosão da informação no século XX, as bibliotecas especializadas de apoio à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico passam a serem valorizadas (MILANESI, 1986). Ainda para o autor, a especialização é focada mais no público e em torno do seu universo de interesse do que nas habilidades técnicas. “Cada público tem as suas peculiaridades e não é possível que haja uma biblioteca polivalente que possa se adequar a cada um deles. Os serviços de informação são tão específicos quanto é o público” (MILANESI, 2002, p. 83).

As bibliotecas desenvolvem as seguintes atividades técnicas: os serviços de seleção e aquisição de materiais; processamento técnico (catalogação/classificação) e o atendimento e orientação aos usuários. No serviço de seleção e aquisição, o bibliotecário recebe as sugestões e providencia por meio de compra a aquisição dos materiais, mas as bibliotecas também recebem doações e fazem permutas com outras instituições. O serviço de processamento técnico foca nas atividades de catalogação e classificação dos materiais, preparando para serem alocados nas estantes.

A catalogação pode ser por meio de catálogos tradicionais ou registros eletrônicos. Já o serviço de atendimento aos usuários é responsável pela prestação de informações, realização de pesquisas bibliográficas na coleção de referência da biblioteca ou nas bases de dados a que tiver acesso, administração do empréstimo externo de materiais aos leitores, treinamentos para usuários entre outros (LEMOS, 2005).

Para Lemos (2005), seja qual for o tipo de biblioteca, a utilização eficaz de seu acervo depende de um instrumento fundamental que é o catálogo, pois é

essa ferramenta que vai dizer ao usuário se a biblioteca possui uma obra de determinado autor, ou sobre determinado assunto, ou com determinado título ou que pertence a uma série. Em muitos catálogos é também possível se fazer uma busca pelos nomes de tradutores, colaboradores, ilustradores ou por outros pontos de acesso. (LEMOS, 2005, p.113).

Atualmente os catálogos informatizados são muito comuns, possibilitando a realização de buscas por meio da combinação ou exclusão de termos que representam os assuntos, ou buscas baseadas em palavras-chave. O surgimento de sistemas operacionais de computador facilitou o uso de programas de recuperação, inclusive eletrônico com a disponibilização de catálogos *online* pelas bibliotecas.

No campo das bibliotecas, a Internet ensejou uma ampla difusão dos OPACS(online public access catalogs), que são exatamente isso: catálogos de bibliotecas disponíveis em linha e abertos à consulta remota por parte de qualquer interessado. (LEMOS, 2005, p. 117).

Conforme o autor, uma biblioteca padrão deverá oferecer determinados serviços aos seus usuários, como:

a) consulta aos materiais no próprio recinto; b) empréstimo domiciliar; c) empréstimo entre bibliotecas; d) realização de buscas bibliográficas a pedido; e) respostas a consultas recebidas no serviço de referência; f) orientação dos usuários quanto ao uso da biblioteca e seus serviços; g) acesso a bases de dados disponíveis na própria biblioteca; h) acesso a bases de dados disponíveis na internet; i) acesso aos serviços disponíveis na internet, inclusive correio eletrônico; j) encaminhamento do usuário a bibliotecas mais pertinentes às suas necessidades; k) fornecimento de cópias de materiais de pesquisa e estudo, respeitadas as restrições definidas pela lei do direito autoral. (LEMOS, 2005, p.115).

Lemos (2005) destaca que em relação à função, “algumas bibliotecas reúnem materiais que parecem duplicar as atividades dos museus, quando, reúnem e conservam artefatos e objetos diversos”. Ele considera “os centros de documentação como uma forma de biblioteca especializada”, pois muitas vezes não consegue perceber a diferença existente entre um centro de documentação e uma biblioteca especializada (LEMOS, 2005, p.102).

2.2.2 Arquivos

Para Fonseca (2011, p. 39):

as instituições arquivísticas, como hoje concebemos, remontam à criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como arquivo da Assembleia Nacional e transformados em 1794 no Arquivo Central do Estado, subordinados os depósitos existentes nas províncias.

Este modelo foi amplamente reproduzido na Europa e nas Américas, estabelecendo um modelo institucional até meados do século XX, com os seguintes aspectos:

Uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos; o Estado reconhece sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado e aos documentos por ele produzidos e a proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos. (FONSECA, 2011, p.40, grifo nosso).

Schellenberg (2002) relata que não há uma definição do termo “arquivos” que possa ser considerada final e que deva ser aceita sem modificações, porque a definição pode ser modificada de país para país, de acordo com suas necessidades peculiares, mas “uma definição que tenha surgido da observação de material da Idade Média não poderá atender às necessidades dos arquivistas que trabalham principalmente com documentos modernos” (p.40) e, conseqüentemente, define “arquivos” como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”. (SCHELLENBERG, 2002, p.41).

A arquivologia tem se desenvolvido e assumido status de ciência desde meados do século XIX, com a definição de suas bases teóricas. Para Schellenberg (2002), as características dos arquivos, relacionam-se com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e razões pelas quais foram preservados.

Atualmente, a informação orgânica - ou seja, aquela que é produzida e inserida num processo administrativo - e o acesso tornaram-se os principais objetivos da arquivologia. Jardim e Fonseca (2005) definem o arquivo a partir do *dicionário Internacional de Terminologia arquivística*, como:

O conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades. (JARDIM; FONSECA, 2005, p. 121).

No Brasil, a definição de arquivo é expressa na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados:

Consideram-se arquivos, para fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoas

físicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
(Art.2)

Paes (2007, p.16), por sua vez, realiza a definição de arquivo como sendo uma “acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”. Ainda para a autora, a função básica de um arquivo é o de preservar o valor de prova dos documentos (prova legal, administrativa, fiscal, contábil etc.), tornando também disponíveis informações nele contidas, servindo a administração e constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história (PAES,2007). Dessa forma, o arquivo assume inicialmente um caráter comprobatório em relação às atividades desenvolvidas pela instituição que o gerou. Segundo Bellotto (1991, p.8), “um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu”. Secundariamente, o arquivo, para além de sua dimensão legal, é também um lugar de memória, enquanto registro histórico-organizacional de uma instituição.

Bellotto (1991) também sublinha que o documento de arquivo é um produto social, é uma ferramenta eficaz de comunicação para a estruturação social no tempo e na distância, sendo fundamentais duas características do documento de arquivo: a de prova e a de ser informação/testemunho, pois:

os arquivos são conjuntos orgânicos de documentos produzidos / recebidos / acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa, no curso de suas atividades, independentemente do seu suporte, e que, passada sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados, podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa científica ou testemunho sociocultural. (BELLOTTO, 2011, p. 12).

Os arquivos expressam, portanto, o conjunto de informações institucionais ou orgânicas, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização ou pessoa física, em decorrência de suas ações (JARDIM e FONSECA, 2005, p. 125). Para os mencionados autores, existem quatro formas diferentes de se classificar os arquivos:

- a) **Entidade de Origem ou mantenedora:** Público: inclui as esferas Federal, Estadual ou Municipal e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Familiares/Pessoais e Comerciais; Institucionais.
- b) **Idade** - mostra a teoria das três idades: corrente, intermediário e Idade: Permanente, Histórico, Inativo, de Custódia. Nessa terceira idade os documentos possuem valor histórico, probatório, fiscal ou informativo. Sendo que os que assim estão classificados jamais são eliminados ou mesmo emprestados. Eles também se tornam valiosos instrumentos de

pesquisa e de consulta par ao público interno e o externo àquela instituição. É do arquivo permanente que os historiadores recolhem dados referentes ao passado, que jornalistas encontram bases de pesquisa e a população toma conhecimento do que já se passou em seu local de origem, identificando-se com o passado e com a sua evolução.

c) **Atuação** - de que forma está organizado ou localizado: Setoriais; Centrais, Gerais.

d) **Natureza** - por sua essência: Especializado, quanto ao tema, assunto do conhecimento humano (policial, médico etc.). Especial, de acordo com o suporte utilizado (papel, madeira, CD etc.). (JARDIM e FONSECA, 2005, p.125).

Duranti (1994) mostra algumas características dos registros documentais, sendo que a primeira característica dos registros documentais é a unicidade, pois cada documento é único em relação ao conjunto em que se encontra inserido; a segunda característica é a imparcialidade, os registros são inerentemente verdadeiros, ou seja, fidedignos (característica entendida na sua dimensão jurídico/diplomática, isto é, como prova); a terceira é a autenticidade, porque são criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados; a quarta característica é a naturalidade (conceito desenvolvido para caracterizar o processo de acumulação dos documentos arquivísticos como fundos e não coleções); e a quinta característica é o inter-relacionamento, que é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado com outros, tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado, e seu significado depende dessas relações.

A criação de documentos, portanto, obedece à necessidade da instituição que lhe deu origem. Quando esses documentos deixam de ser relevantes ao interesse da instituição, passam a fazer parte do arquivo permanente, nunca perdendo o valor de prova e passando também a ter valor histórico, sendo direcionado às pesquisas. Logo, uma das principais razões da existência dos arquivos repousa no fato de serem capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva. Bellotto (2014) define o acervo do arquivo como:

um material de uma gama infinitamente variável (desde um tijolo de argila manuscrito assírio ou um relatório impresso ate as provas/objetos de um processo judiciário). São, portanto, oriundos de atividades funcionais ou intelectuais de instituições ou pessoas, produzidos no decurso da sua função. (BELLOTTO, 2014, p.31).

Em razão disso, o trabalho com arquivos é bastante complexo. A implementação de uma política arquivística institucional pressupõe o estabelecimento de planos de classificação de documentos (analógicos e digitais), assim como a implementação de procedimentos legais de avaliação e destinação dos documentos, que podem ser eliminados ou conservados (provisoriamente ou permanentemente, dependendo do valor a eles atribuídos). Tal política implica, ainda, que o arquivo setorial da unidade oriente a produção dos documentos (participando, por exemplo, no desenho dos sistemas e bancos de dados), assim como atue ativamente na construção de tabelas de temporalidade e destinação, que definem a política de aquisição/recolhimento para o arquivo permanente. Ademais, uma política arquivística pressupõe a elaborações de instruções e estratégias de conservação dos documentos (analógicos e digitais), assim como implica no desenho de um programa de difusão dos acervos.

No atual contexto, posterior à aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011), a atividade do arquivista tem se revestido cada vez mais de cunho social, uma vez que atende às necessidades de diferentes usuários, não apenas aqueles dos arquivos históricos (ou seja, permanentes), mas também aqueles interessados em identificar a razão de uma decisão, por parte do gestor público; decisão registrada em documentos ainda em fase corrente ou intermediária. Desse modo, o profissional arquivista necessita desenvolver uma linguagem que torne a informação mais acessível aos diferentes públicos que dela fará uso.

Para Bellotto (1991), a apropriação da informação por parte dos usuários do arquivo relaciona-se com as necessidades e perfil dos próprios usuários, uma vez que, ao acessar um documento, deve ser capaz de extrair a informação que necessita de forma rápida e eficaz. Para a autora, os usuários do Arquivo Público são:

1. **o administrador**, isto é, quem produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório; 2. **o cidadão** interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado; 3. **o pesquisador**, seja o historiador, o sociólogo ou o acadêmico, em busca de informações para trabalhos de análise dos comportamentos e eventos passados, sendo que nesta categoria podemos incluir o estudioso em geral; 4. **o cidadão comum**, aqui não mais o interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa etc. à procura de cultura geral, de entretenimento, no qual pode haver lugar para o conhecimento da história”. (BELLOTTO, 1991, p. 9, grifo nosso)

Em relação aos profissionais do arquivo, Jardim (2006), em sua tese de doutorado, relata a necessidade de investimentos para que a arquivologia no Brasil cumpra a sua função de evitar a “opacidade” do Estado. Para que isso não ocorra é necessário haver investimentos

na pesquisa, como estratégia de produção de conhecimento, considerada a base essencial para uma formação profissional, bem como haver uma gestão da informação em altos níveis (JARDIM, 2006). Para Bellotto (2014), o papel do arquivista na sociedade contemporânea é de contribuir rigorosamente para que os fluxos informacionais na sua área possam acontecer de forma plena e o mais adequado possível, visto que:

o arquivista de hoje não pode esquecer que vive e atua profissionalmente na chamada “era da informação”, na qual as tecnologias da informação e da comunicação tem presença marcante. Os novos suportes de documentos com os quais terá de lidar exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais. (BELLOTO, 2014, p.299).

O arquivo passa a ser reconhecido como um serviço que vem ganhando relevância, e espaço nas políticas públicas, dado que reflete, conforme mencionamos, o grau de opacidade ou de transparência do Estado. O documento de arquivo, ou informação orgânica arquivística, tem valor de evidência legal e as políticas públicas arquivísticas garantem este valor de evidência desse documento ou da informação arquivística. Para Cook (2011), a principal razão da existência dos arquivos repousa no fato de promoverem a *accountability* e de oferecerem aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva.

2.2.3 Museus

Os Museus são instituições culturais que pertencem ao conjunto das estruturas sociais estabelecidas pela tradição, relacionadas com a coisa pública, dedicadas à preservação e a divulgação das manifestações artísticas emanadas de indivíduos, grupos ou nações, e, conseqüentemente, “revela-se hoje como uma instituição central e incontestável da cultura ocidental” (POULOT, 2013, p.11). São responsáveis pela armazenagem, conservação e divulgação dos acervos coletados ao longo de sua trajetória, ou seja, pela preservação da informação e memória igualmente como bibliotecas e arquivos (CALDEIRA, 2005; CAMARA, 2012).

Os museus realizam amostras nas quais exibem todo o tipo de objeto que apresente interesse histórico, arquitetônico, etnológico, antropológico, tecnológico, artístico e cultural. (CALDEIRA, 2005, p. 141).

Os museus são espaços criativos e convidativos, Pimentel (2005) os descreve como pontes culturais, um lugar de construção de conhecimento.

Conhecimento é um patrimônio individual e social, pois todo conhecimento é construído individual e socialmente e reverte para a sociedade. Ou seja, ninguém constrói conhecimento sozinho e o conhecimento construído vai ressoar, em maior ou menor grau, na sociedade. Os museus, portanto, têm dimensão pública e privada. Daí a sua função de salvaguardar e expor. Por isso, museus são pontes para se ensinar/aprender arte, ciência e humanidade. (PIMENTEL, 2005, s/n).

Ainda para o mesmo autor:

Os museus ao acolherem e exporem objetos e memórias e organizá-los, os museus facilitam o aprendizado e o entendimento de heranças culturais de um povo, suas conquistas e desafios, propiciando a conexão de fatos passados com o presente. E permitem, ainda, fazer conjunturas com o futuro. (PIMENTEL, 2005, s/n)

Para uma melhor compreensão da instituição museu, suas transformações e seu processo histórico faz necessário entender o que é museu, para Poulot (2013),

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite. (POULOT, 2013, p.18).

Segundo o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM) os museus,

(...) são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2013, p.15)³

No Brasil, os museus são definidos de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus e, portanto,

consideram museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, s/p.).

³No original: “A museum is a non-profit making permanent institution in the service of society and of its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits, for purposes of study, education and enjoyment, the tangible and intangible evidence of people and their environment.” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2013, p.15).

A história dos museus está relacionada à história das bibliotecas e arquivos, inicialmente essas instituições existiam num único espaço físico, são herdeiras do fenômeno social do colecionismo, ao mesmo tempo em que representam uma ruptura ou reconfiguração dessa tradição (FONTENELLI, 2005). Conforme Poulot (2013) o termo “museu” tem origem na palavra grega “*mousa*” remete a uma pequena colina, que é era o lugar de morada das Musas, e na também na palavra “*mouseion*”, que significava uma parte do palácio de Ptolomeu I, em Alexandria, no Egito. (POULOT, 2013). O primeiro espaço a receber o nome de “museu” foi o de Alexandria no Egito, descrito pelo escritor grego Diógenes Laércio, no séc. III d.C., sendo o local onde os sábios e filósofos se reuniam para estudar as ciências, as letras e as artes.

Poulot (2013, p. 15) ressalta que o museu de Alexandria era “ao mesmo tempo, biblioteca, coleção e centro acadêmico”. E conforme Caldeira (2005, p. 142) “este local, constituído de biblioteca, salão de leitura, jardim botânico, zoológico, observatório entre outros, é considerado o primeiro museu”. É o primeiro centro que armazenava toda a produção da humanidade, com objetivo de pesquisa e convívio cultural (CALDEIRA, 2005; FONTENELLI, 2005, POULOT, 2013).

Na Idade Média, as coleções custodiadas pela Igreja cresceram com o domínio clerical. A partir do século XIV, quando os príncipes começaram a organizar suas coleções, compostas basicamente por documentos textuais e objetos relacionados à produção de novos conhecimentos, as coleções dos príncipes começaram a crescer, mas ainda restritas ao acesso público (FONTENELLI, 2005).

No século XV, com o Renascimento, o termo “museu” passa a ser usado para designar uma coleção de objetos considerados belos e valorizados comercialmente, por meio de coleções particulares de obras antigas, inicia a era da valorização da cultura, porém o acesso é para uma minoria. É somente no século XVIII que as coleções dos Reis são abertas a visitação pública e a criação de museus modernos toma impulso passando ao domínio público, e a partir dessa percepção social de disponibilização de tais preciosidades que são criados os grandes museus europeus (CALDEIRA, 2005; FONTENELLI, 2005).

A Revolução Francesa no século XVIII permitiu que os cidadãos tivessem acesso ao patrimônio nacional através da abertura dos museus ao público, sendo este um marco para as atividades das instituições de memória. Conforme Poulot (2013), é a partir da Revolução Francesa, com a abertura das coleções para visitação pública nos museus, que se estabelece como direito do povo de ter acesso à cultura, no sentido de conhecer e fundamentar a

identidade social. De acordo com Fontenelli (2005), naquele período os museus iniciaram o trabalho de classificação dos objetos e de formação de coleções de belas artes e exposição de artefatos científicos, permitindo que os acervos pudessem ser pesquisados.

Todo o patrimônio acumulado pelos príncipes tornou-se público, e esses testemunhos históricos preservados serviam para legitimar o valor da cidadania. A preocupação com a forma de organizar e expor os objetos estava sempre presente nos trabalhos do museu, que buscava valorizar o caráter informativo representado por cada documento de seu acervo. Os historiadores passaram a utilizar esses objetos como fonte para suas pesquisas. (FONTENELLI, 2005, p. 66).

No século XX, os museus tornaram-se mediadores entre o público e o acervo, para cumprir sua função social. O museu revela-se como uma instituição central da cultura ocidental e seu crescimento, nesse período, é resultado dos diversos investimentos públicos e privados, principalmente nas coleções, na multiplicação das exposições e nos novos serviços que surgiram dedicados aos mais variados públicos. (POULOT, 2013). Os museus são mantidos pelo poder público ou privado, e são classificados como, museus públicos ou museus privados. São as peças que integram seus acervos que os definem como museus de arte, museus históricos, museus de ciências, museus especializados e museus ao ar livre.

Como destaca Caldeira (2005), os acervos museológicos dependem de uma política de aquisição que resulta da disponibilidade financeira. A política de aquisição do acervo visa atender aos interesses dos fundadores, dirigentes, especialistas e a comunidade, cuja aquisição poderá ser realizada de forma direta e indireta, que,

poderá ser direta quando feita junto ao próprio artista, ou por meio de expedições científicas e arqueológicas, nas quais os objetos ou espécimes recolhidos serão cientificamente documentados e disponibilizados para pesquisa, condução de projetos educacionais e exibição ao público. A aquisição indireta é resultante de compra efetuada com o auxílio de um ou mais intermediários: colecionadores e comerciantes de antiguidades. (CALDEIRA, 2005, p.151)

No Brasil, os dois primeiros museus foram criados por D. João VI, sendo o primeiro fundado em 1816, e cujo acervo foi uma doação de quadros de Joachim Lebreton, chefe da Missão Francesa de Artistas e Artífices. O segundo foi o Museu Real, fundado em 1818, circulando em várias sedes até que, em 1838, foi instalado no prédio do Arquivo Público do Império. Hoje é o Museu Nacional, um dos mais importantes do país, sendo responsável pela criação do primeiro curso museus, formando técnicos no período de 1932 a 1970. (CALDEIRA, 2005, p.143).

Caldeira (2005, p.2) destaca que a museologia é “a ciência que trata da teoria e dos princípios da conservação e apresentação das obras de artes nos museus”; em outras palavras, é a ciência que estuda o fato ‘museal’.

Na pós-guerra, o museu começou a desenvolver novo trabalho para seu público e um novo modelo de museu surgiu, o *Ecomuseu* que trata um território, considerando todo o patrimônio de uma região, englobando as riquezas naturais, geológicas, agrícolas, industriais, sociais, culturais e outras. Conforme Fontenelli (2005) esse termo foi criado por George Henri-Rivière, teórico da área de museologia, tendo como foco o patrimônio total.

O museu tornou-se um local de preservação e de produção de conhecimento, cabendo seus profissionais desenvolverem mecanismos que estimulem o público a visitá-lo e a participar de forma ativa e comprometida com as atividades por ele desenvolvidas. (...) No caso dos Ecomuseus, esta integração já existe desde o começo do trabalho, e é muito comum o profissional que gerenciará o projeto ser um integrante ativo da comunidade. (FONTENELLI, 2005, p.68).

Pimentel (2005) descreve que a oportunidade de ver e conhecer objetos de outros lugares faz dos museus lugares privilegiados, pois possibilitam o contato entre as culturas, permitindo a construção de conhecimentos, visto que “museus são lugares onde um povo se reconhece e se apresenta, onde mostra suas mudanças históricas e culturais, onde projeta seu futuro aprendendo com o passado e o presente”.

2.2.4 Centro de Documentação

O centro de documentação é definido como uma entidade híbrida, que representa uma mescla das instituições arquivo, biblioteca e museu, porém com características próprias não devendo ser confundida com essas outras instituições mencionadas. (FONTENELLI, 2005; TESSITORE, 2011; CARNEIRO, 2013).

O centro de documentação representa uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas. Reúne por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. (TESSITORE, 2011, p.169).

Para Khoury (1998), os centros de documentação, assim como os arquivos, bibliotecas e museus, têm como principal função a guarda e a difusão de documentos para pesquisa e preservação da memória dos sujeitos que os constituíram. Nas décadas de 1970 e 1980, as pesquisas desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais contaram particularmente

com o apoio dos centros de documentação, que naquele período estavam sendo instituído nas universidades. Porém, a autora destaca que no âmbito das universidades o centro de documentação funciona como um apoio aos Núcleos de Pesquisas e, por isso, demanda pessoal técnico especializado da área da Ciência da Informação.

Os centros de documentação não se confundem com os Núcleos de Pesquisa, quando constituídos separadamente nas Universidades. Nesses Núcleos desenvolvem-se projetos de estudo e debates em torno de problemáticas de investigação social gerando, muitas vezes, um considerável volume documental que o CD pode e deve recolher, organizar e descrever, colocando-o à disposição de novos pesquisadores, evitando que se refaçam caminhos já percorridos por outros. Nesse sentido, o CD funciona como apoio aos Núcleos, preservando e disponibilizando material documental e informações preciosos, cujo tratamento documental ultrapassa o âmbito profissional dos pesquisadores na área das ciências sociais, demandando pessoal técnico especializado na área de Ciências da Informação, notadamente da Arquivologia. (KHOURY, 1998, p. 10).

Para Fontenelli (2005), o centro de documentação realiza a difusão das informações registradas em documentos que compõem o patrimônio cultural de uma determinada organização sendo este,

responsável pela coleta, organização, tratamento e difusão das informações registradas em documentos de tipos variados, que representam ou compõem o patrimônio cultural de uma determinada organização, voltada para um universo específico da produção humana. (FONTENELLI, 2005, p. 64).

No momento que se delineiam propostas de direito à memória como instrumento de construção da cidadania, apresenta-se um espaço de reflexão sobre o patrimônio documental, preservação e divulgação, pelo viés da discussão dos centros de documentação universitários – CDU. Para Khoury (1998) os centros de documentação,

(..)ao preservarem documentos de origens diversas, testemunhos de viveres de grupos, coletividades, de instituições e não só de personalidades como da gente comum, constituem-se como lugares de memória e como significativos espaços de apoio à pesquisa e de inserção desses sujeitos na historia. (KHOURY, 1998,p.9).

Carneiro (2013), em sua dissertação, aborda que os centros de documentação se assemelham aos centros de memória quanto à definição, a área de atuação e as características, sendo “possível observar que esses espaços constituem, tal como os centros de documentação, instituições híbridas, marcadas pela diversidade do acervo reunido em torno de uma mesma temática”. (CARNEIRO, 2013, p.34). Entretanto, a preservação da memória e pesquisa histórica nem sempre é o objetivo da constituição de um centro de documentação, muitos são constituídos com objetivo de apoio a pesquisa ou prestação de serviços. (TESSITORE, 2003, p.18). Por conseguinte, “as pesquisas que se desenvolveram no âmbito das ciências sociais,

vêm contanto particularmente com o apoio dos centros de documentação que vem sendo instituídos nas Universidades” (KHOURY,1998, p.10).

Para Tessitore (2003), ao implantar um centro de documentação é necessária a definição de seu universo, isto é, qual a área o centro será vinculado, pois assim sua identidade será consolidada, tornando-se uma referência para estudos em sua área de especialização. Uma vez definido seu universo, é competência do centro de documentação reunir, custodiar e preservar os documentos de valor permanente, além de criar e gerenciar políticas de preservação e divulgação do seu acervo, prestar serviços aos usuários especializados e fomentar intercâmbio com outras instituições (TESSITORE, 2003, p.15).

Quanto mais clara for à área temática, melhor o Centro dominará essa área e sua linguagem específica, conhecerá as pessoas e entidades envolvidas e a documentação produzida. Dessa forma, mais eficazes se tornarão as atividades de referenciação, ampliação do acervo, recuperação da informação e atendimento ao público. A partir dessa definição, o Centro irá consolidar sua identidade, a ponto de se tornar, não raro, uma referência para os estudos em seu campo. A excessiva diversidade de áreas faz com que o Centro vá, aos poucos, perdendo sua identidade, o que dificulta a precisão dos objetivos e ações. (TESSITORE, 2003, p.17).

Ainda segundo Tessitore (2003), ao definir seu universo, é preciso também que o centro de documentação defina a natureza do seu acervo, que poderá conter:

Fundos de arquivo: conjuntos de documentos acumulados no exercício das funções de entidades ou pessoas (um arquivo que passou a conviver com outros semelhantes ao ser transferido para o Centro de Documentação).

Coleções: conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de temas, funções, entidades, pessoas ou até mesmo de um tipo ou gênero de documento.

Material hemerográfico: jornais, revistas e boletins.

Material bibliográfico: livros, teses e folhetos.

Objetos tridimensionais: de acordo com a área do Centro.

Bancos de dados: sobre temas específicos, referências sobre as atividades e o acervo de entidades afins. (TESSITORE, 2003,p.18).

O acervo do centro de documentação possui finalidades e características de arquivos, bibliotecas e museus, pois apresentam os seguintes aspectos gerais:

- possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;
- ser um órgão colecionador e/ou referenciador;
- ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;

- possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada;
- realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (TESSITORE, 2003, p.14)

Mesmo contendo material bibliográfico, os centros de documentação extrapolam o universo documental das bibliotecas e aproximam-se do perfil dos arquivos, à medida que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos. (TESSITORE, 2011).

A aquisição, o armazenamento e o processamento técnico desse acervo possuem características biblioteconômicas, arquivísticas e/ou museológicas devido à própria diversidade do material reunido – diversidade que é, ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos centros de Documentação, e que está presente também em suas atividades referenciadoras. Modernamente, há a predominância dos procedimentos arquivísticos, pois a tendência dos centros tem sido a de enfatizar a obtenção de arquivos pertinentes à sua área. Essa tendência se justifica pelo fato de os arquivos serem a expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades, nos diferentes campos, que se tornaram objeto de um repensar por parte dos mais variados segmentos sociais. (TESSITORE, 2011, p.171).

Para Tessitore (2003) e Fontenelli (2005), o acervo do centro de documentação é constituído por meio de compra, doação, ou permuta, sendo documentos originais ou cópias, sobre uma área específica da atividade humana. Apesar do centro de documentação representar uma mescla das instituições arquivo, biblioteca e museu; seu acervo não conta com uma teoria e metodologia específica de tratamento.

O Centro de Documentação seja a instituição de documentação que menos ocupou espaço na bibliografia das diferentes áreas que compõem as Ciências da Informação, embora esteja frequentemente presente em empresas, órgãos públicos, entidades de trabalhadores, movimentos sociais e universidades. (TESSITORE, 2003, p. 13 e 14)

Um centro de documentação para Koury (1998) no âmbito universitário tem condições de se consolidar ao definir com clareza linhas de acervo, constituir-se de uma boa equipe técnica (que é aperfeiçoada mediante treinamentos), ao explicitar e regulamentar suas funções e rotinas, sendo provido de equipamentos adequados e realiza um bom trabalho de intercâmbio, divulgação e atendimento aos usuários.

2.3 O papel da Informação e Documento nas Instituições - Memória

O conceito de informação pode ser definido a partir de uma evolução que pressupõe três grandes fases, a saber:

- a que durou até os anos 1970, voltada para o conceito físico da informação, isto é, a dimensão material e sensível da informação, cuja ênfase estava na questão dos processos de transporte e transferência da informação;

- a que teve início no final dos anos 1970, voltada para o conceito cognitivo da informação, representado por um índice que busca demonstrar o quanto modificou o estado de conhecimento que uma pessoa tinha a respeito de algo (CAPURRO, 2003);

- a que teve início no início da década de 1990, que considera a informação como um fenômeno social; logo, a informação passa a ser dotada de uma dinamicidade, de algo que Capurro (2003) denomina como um processo em construção, que é coletivo, conjunto, resultado da intervenção de inúmeros atores sociais e que tem, em sua essência, uma transitoriedade – em outras palavras, algo que poderia ser dotado de um caráter informativo em um momento pode não o ser mais em outro momento.

Mais do que realizar um apanhado histórico da evolução do conceito, torna-se importante retomar a questão do conceito de informação porque os conceitos na Ciência são, no dizer de Capurro e Hjørland (2007, p. 149), “construções planejadas para desempenhar um papel” e dentro dessa concepção, é preciso que haja uma clareza quanto ao termo para que a utilidade de tal termo possa atingir um ponto ótimo de compreensão o que, conseqüentemente, pode aumentar a eficiência do uso da ferramenta – considerada pelos autores como os diversos significados que são dados a cada termo usado. Ao lembrar que o mundo atual tem a informação exercendo um papel considerado central, é relevante a compreensão do tema com clareza, ainda mais se for lembrado que o termo ‘informação’, em Ciência da Informação, traz mais uma problemática para a área que reside na diversidade de conceitos, considerada caótica por Schrader (1983), em citação de Capurro e Hjørland (2007).

Esse caos não é benéfico para a área, bem como também não o é o uso das chamadas definições persuasivas, que pouco contribuem para auxiliar a Ciência da Informação na resolução dos problemas a que se destina ou se propõe.

Dois pontos são fundamentais nessa compreensão do conceito de informação o qual, segundo Capurro e Hjørland (2007) necessita de uma abordagem multidisciplinar, dado que o significado em si vai além do próprio conceito, pois apresenta uma relação com outros termos que são básicos em Ciência da Informação, tais como textos, conhecimento e documentos. São estes dois pontos: a relevância e a interpretação.

Por relevância, entende-se o “o processo de transformação do conhecimento” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 150); enquanto a interpretação permite a avaliação de distintas perspectivas, envolvendo subjetividade e objetividade.

Relevância e interpretação permitem, portanto, que se possa compreender a informação em sua estrutura mais ampla, que envolve um aspecto social e o que os autores, citando Braman, 1989, chamam de “natureza teleológica”, ou seja, os fins ou desígnios, “dos sistemas e serviços de informação” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151).

A chave está no dizer de Capurro (2003, s/p.):

a diferença em que se baseia a ciência da informação consiste em poder distinguir entre uma oferta de sentido e um processo de seleção cujo resultado implica na integração do sentido selecionado dentro da pré-compreensão do sistema, produzindo-se assim uma nova pré-compreensão.

Retomando, então, o ponto da conceituação sobre informação, pode-se identificar, historicamente, a seguinte evolução, a qual recebeu, claramente, o impacto das diferentes visões de mundo que foram sendo construídas ao longo do tempo. Cabe ressaltar que não se pretende, aqui, exaurir as diversas definições de informação, apenas será apresentado um breve apanhado que permite identificar o deslocamento do conceito de informação nos séculos, saindo de uma visão material para uma visão mais abrangente e multifacetada, conforme apresentado no quadro a seguir. Essa evolução permite que se identifiquem alguns pontos-chave que trarão a definição de informação atrelada às duas palavras apresentadas anteriormente – relevância e interpretação.

Quadro 2 - A evolução do conceito de informação

Data	Ideias centrais de conceito sobre informação
70-19 a.C. – séc. VIII e até a Idade Média	Envolvia dois contextos – um tangível, o ato de dar forma a algo, e o intangível, que envolvia as chamadas representações do que estava impresso na mente (alma) do indivíduo antes de qualquer experiência sensorial.
Séc. XIV	Informação: está associada à “formação ou modelagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução ensino” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 157)
Séc. XVII e XVIII	Houve uma mudança significativa no sentido da compreensão do universo como algo ordenado por formas e informação mudou seu contexto de dar forma à matéria para comunicar algo a outra pessoa; havendo, portanto, uma mudança da matéria para a mente. O conceito de informação sai da abstração até chegar ao século XX, com a teoria da informação.
Tempos modernos	A informação sai da estrutura e vai para a essência, deslocando-se da forma, da ideia inicial de ‘moldado por’ para algo mais relacionado à substância, à mente, à consciência. Parte-se da visão inicial que era mais voltada à matéria e seus moldes para um conceito em que há uma relação maior com o conhecimento e essa mudança tem um impacto para o que se considera análise do conceito de informação em Ciência da Informação. Aqui, identifica-se uma tendência que Capurro e Hjørland (2007) chamam de re-humanização do conceito de informação, que significa buscar o aspecto cultural da informação – nessa visão, a informação é um produto que é processado não apenas por seres humanos, mas por todos os seres vivos e por sistemas.

Fonte: elaboração própria, com base em Capurro; Hjørland (2007).

Deste modo, pode-se concluir que a conceituação de informação, para a área de Ciência da Informação, reside basicamente na relação indivíduo-conhecimento, dado que, para Capurro e Hjørland (2007, p. 155), “informação é o que é informativo para uma determinada pessoa”; logo, o caráter subjetivo aqui está presente e deve ser considerado, pois haverá uma variação do que é compreensível para cada pessoa, visto que a informação dependerá “das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 155). Assim, novamente encontram-se aqui as duas palavras que são a base desse conceito: relevância e interpretação.

Logo, a informação é dotada de um caráter não absoluto, isto é, ela é muito ampla e multifacetada em sua essência. Para a Ciência da Informação, o conceito de informação deve levar em conta essa complexidade e, de forma a tornar-se eficiente, exige a delimitação de alguns pontos, visto que, considerando-se a definição do parágrafo acima,

Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 187).

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são áreas do conhecimento que se ocupam da informação e da documentação, mas de forma diferenciada. Assim, torna-se importante também conhecer um pouco de como o conceito de documento é utilizado dentro de cada uma dessas áreas.

Em detrimento do conceito mais restrito de documento, ainda muito vinculado à noção de escrita sobre papel, Lage (2002, p.33) adota, com o mesmo sentido, o conceito de “fonte, como todo o dado procedente do passado, isto é, restos e tradições, que podem apresentar-se sob múltiplas formas” e classifica as fontes [documentos] em quatro categorias considerando as suas características externas:

1. **fontes escritas** (manuscritas e impressas) onde incluem todo o tipo de documentos públicos e privados, imprensa científica, memórias, cartas, literatura, etc.;
2. **Fontes iconográficas** como testemunhos gráficos, medalhas, fotografias, pinturas, gravuras, mapas, vídeos, etc.;
3. **Fontes materiais** entendidos como vestígios materiais relacionados com qualquer actividade humana, estando nelas incluídas objectos científicos, técnicos, artísticos, artesanais e populares, casas, ruínas, paisagens trabalhadas, aplicações laboratoriais, etc.;
4. **Fontes orais** resultantes da transmissão oral ou registos de observação directa (LAGE, 2002: 33) (MARQUES, 2010)

Para tratar deste conceito, é preciso destacar a obra de Otlet, que foi considerado um dos chamados fundadores da Documentação enquanto Ciência. Participando de chamado ‘movimento bibliográfico’, que teve início em fins do século XIX e visava desenvolver métodos de organização dos documentos que eram produzidos à época, Otlet procurou estabelecer, de forma interdisciplinar e científica, princípios de organização e acesso à documentação existente (SANTOS, 2007).

Além de pensar em rede de tratamento e difusão da informação em escala mundial, quando tal conceito nem sequer existia, Otlet desenvolveu o princípio monográfico, o qual era a base dos repertórios de busca da informação; tal princípio estava estruturado em um processo de construir a informação que é individual, dependendo da capacidade de associação entre ideias que cada um tem; este fato foi considerado inovador para a época, como relembra Santos (2007).

De igual forma, Ortega e Lara (2010) ressaltam o caráter social que abarca o conceito de Documento, segundo a visão de Otlet, a saber: “Documento é hoje concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento.” (ORTEGA; LARA, 2010, s/p, com grifos nossos).

Marcondes (2011, p. 214) ressalta que documentos, enquanto considerados como produtos da cultura humana, realizam um trabalho de ampliação das chamadas funções da linguagem “(...) e seu papel na cultura humana é viabilizar praticamente, de forma mediada, a intersubjetividade, permitindo a fixação e transmissão mensagens através do tempo e do espaço”.

Para Otlet (1937, s/p.): “Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.”. Documentação, por sua vez, significa um movimento que “acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor.” Logo, observando-se esse movimento da documentação, pode-se constatar que ele está revestido de um caráter social; é, portanto,

(...) tudo que possua uma expressão material e represente certo fenômeno, não só o escrito, como manuscritos e impressos, folhas soltas de propagandas, como também gráficos, fotografias, desenhos, filmes, discos, estatísticas e qualquer coisa natural ou os monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem. (RENDÓN ROJAS, 2005, P. 120-121, APUD ORTEGA E LARA, 2010, s/p.).

Seguindo a mesma linha, encontra-se Silva, (1961), para quem a Documentologia é uma Ciência Social (grifos próprios) formada de diversas outras áreas, tais como as citadas nesse trabalho. Para alguns teóricos, a Documentação pode ser chamada também de Ciência da Informação, pois ambas têm “em comum a preocupação em armazenar, organizar e disseminar a informação científica e tecnológica” (ARAÚJO, 2011, p. 159). No entanto, o caráter mais ressaltado, para efeitos deste trabalho, está na visão social de documentação, a qual abarca a questão da formação da memória coletiva ou social, como já aqui abordado.

Assim, tratar a questão dos documentos nas instituições memórias (arquivos, bibliotecas e museus) norteará, na presente pesquisa, a relação do documento com a informação e com a memória social.

Os arquivos são definidos como organizações de caráter público ou particular que se destinam a selecionar, conservar e manter íntegros os documentos de caráter jurídico-administrativo originários das atividades funcionais das instituições, a fim de garantir a acessibilidade das informações armazenadas. O que é importante ressaltar é que o documento deve ter algo que não se modifica ao longo do tempo, que será a essência de sua existência: “A função essencial de um documento é servir como uma ponte no tempo [...]. Um documento que não contenha uma mensagem fixa [...], não pode ser chamado de volta e não pode servir como um meio de lembrança” (DURANTI; THIBODEAU, 2008, p. 438, apud RONDINELLI, 2013, p. 18).

Deste modo, documento é assim definido em arquivologia: “(...) unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada) com uma sintaxe estável. Um documento tem forma fixa e conteúdo estável” (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 811, apud RONDINELLI, 2013, p. 6). Segundo Belotto (2011), os documentos de arquivo apresentam, como características próprias, princípios de unicidade, organicidade, bem como integridade, autenticidade e heterogeneidade de seu conteúdo. Feijó (1988, p.24) em “documentação e arquivos”, conceitua documentos como “todos os papéis contendo informações que ajudem a tomar decisões, comuniquem decisões tomadas, registrem assuntos de interesse de uma organização e indivíduo”.

O surgimento e disseminação de diversos tipos de arquivos contribuíram para a expansão da concepção de documento na arquivologia, considerando outros suportes além do papel. Schellenberg (2002), por exemplo, desde a década de 1950 reconhecia como documento,

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2002, p. 41).

Portanto, o que define o documento de arquivo é o contexto e a relação que ele estabelece com outros documentos. Independentemente do suporte, um documento pode ou não ser considerado arquivístico. É possível ilustrar tal afirmação através dos arquivos policiais: objetos tridimensionais – armas, por exemplo – são considerados documentos arquivísticos nos processos criminais de homicídio, mas não são considerados como tal em coleções de Museus da Polícia. Por isso mesmo, Paes (2007), ao realizar um paralelo entre biblioteca e arquivo, apresenta uma clara distinção entre o conceito de documento na Arquivologia e na Biblioteconomia, para autora “a Biblioteconomia trata de documentos individuais e a arquivística, de conjunto de documentos”, tendo, portanto, diferentes funções embora o mesmo objeto (PAES, 2007, p.17).

Castro (1988, *apud* Tanus, Renault, Araújo, 2012) classifica objetos, tais como papéis, livros, folhetos, relatórios etc. como documento no sentido restrito, enquanto outros bens culturais como monumentos ou espaços paisagísticos são chamados de documento no sentido amplo. Ainda em citação de Tanus, Renault, Araújo (2012), Emilia Curras (1982) não reconhece a museologia como integrando a ciência documental, já que ela não se ocupa de documentos escritos, mas sim na preservação de obras de arte e outros tipos de objetos. Segundo a autora, fariam parte das ciências documentais a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Documentação e a Informação.

Por fim, ressalta Marcondes (2011, p. 223) que as visões oriundas da Ciência da Informação e da Documentação ainda hoje relutam em enxergar outros usos dos documentos que não sejam os de registro de conhecimento. O uso do documento para fins de regulação de direitos e obrigações – e não como registros de conhecimento – é “justamente a visão da Arquivologia”.

Já a questão da documentação na Biblioteconomia apresenta o seguinte eixo temporal, no dizer de Ortega (2004, s/p.), ao citar Shera e Egan (1961):

Estes autores citam que a atividade de organização de conteúdos de documentos, a Bibliografia, já era realizada de forma limitada desde a Idade Antiga, na Inglaterra. Efetivamente, as primeiras bibliografias relevantes são a compilação realizada pelo alemão Konrad Gesner, no final do século XV, e a primeira tentativa de uma

bibliografia universal pelo suíço Johann Trithem, na metade do século XVI. Após estas obras, foram crescentemente produzidos catálogos de bibliotecas particulares e bibliografias especializadas, a ponto de, em fins do século XVI, na Europa, os estudiosos sentirem necessidade de sistematizarem este grande volume de índices catalográficos e bibliográficos. Surgiram então muitas bibliografias comerciais, precursoras das bibliografias nacionais, mas pouco adequadas aos estudiosos. Esta atividade de elaboração de bibliografias é considerada a origem da Documentação.

Ao estudar-se o conceito de documento na Biblioteconomia é preciso considerar que esta área do conhecimento se divide em dois eixos: Tradicional e Especializada. A Biblioteconomia Tradicional ocupa-se dos espaços da biblioteca, da informação generalizada, enquanto a Especializada, das informações específicas contidas nos documentos, que transcende os espaços institucionais, demonstrando assim sua proximidade com a Documentação e a Ciência da Informação. Para esse ramo da Biblioteconomia, a concepção de documento vai além do livro, abarcando quaisquer outras formas documentais.

Para Ortega (2004), a relação entre Biblioteconomia e Documentação está marcada pelo lado social. A interação entre essas duas áreas e a Ciência da Informação é resultado de um relacionamento conceitual e histórico. Nas palavras da autora:

A Biblioteconomia tem origem efetiva na atividade de preservação das unidades do conhecimento registrado, alterando-se com o tempo por meio da democratização do acesso à educação e à cultura em atividade de gestão de serviços de biblioteca, porém sem constituir área cientificamente fundamentada no seu todo. (...) A Documentação, uma dissidência da anterior mas também componente dela, caracteriza-se pelo tratamento do conteúdo dos documentos, pela diversidade dos tipos de registros de informação com que trabalha e pelo uso otimizado das inovações tecnológicas em seus processos. (...) Deu insumo à Ciência da Informação que, entendida como ciência pós-moderna, portanto interdisciplinar e sem vinculação a paradigma único, reflete a mudança instaurada no século XX pela comunicação, pela tecnologia eletrônica e pelos fluxos de informação. Finalmente, sendo a Biblioteconomia, a atividade mais antiga de organização de documentos, encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de status científico, enquanto esta encontra naquela parte da história e das práticas que compõem aquilo que vem elaborando a partir de diversas disciplinas e aplicações. Já a Documentação, considerada em separado da Biblioteconomia, desenvolveu princípios e técnicas voltadas à organização e recuperação da informação, independente dos suportes e tipos documentais e com base nos contextos de aplicação e tipos de informação. Neste sentido, os princípios documentários permitem à Biblioteconomia maior abstração e adequação na elaboração de seus processos e serviços, e fornecem à Ciência da Informação insumos para uma construção científica sólida, ao conduzir a um foco ou núcleo de referência para a alocação integrada das demais disciplinas e aplicações. (ORTEGA, 2004, s/p.)

A Biblioteconomia é, por definição, uma ciência cujo objeto de estudo é a organização de bibliotecas enquanto meio informacional aos usuários. Essa transferência de informação ocorre a partir de documentos organizados em coleções. Tradicionalmente, os livros têm sido considerados os principais suportes de informação nas bibliotecas. Na

atualidade, entretanto, os usuários podem encontrar, nesses espaços, documentos constantes em outros suportes, tais como: periódicos, folhetos, impressos diversos, manuscritos, além de documentos eletrônicos.

A diferença entre documentos de arquivo e documentos de bibliotecas está na origem de cada um. Segundo Tanus, Renaut, Araújo (2012, p. 165):

Os documentos de biblioteca são resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica, ao passo que o documento de arquivo é produzido no transcurso das atividades e funções jurídicas ou administrativas, apresentando essencialmente relações orgânicas entre si (característica central dos documentos arquivísticos).

Historicamente, conforme Siqueira (2010) observa, as atividades de documentação foram desenvolvidas de forma simultânea às ações da biblioteca pública e foram estruturadas a partir dos trabalhos realizados por Biblioteconomia, documentação e ciência da informação:

Paul Otlet e La Fontaine, que sistematizaram conceitos para Documentação a partir de estudos bibliográficos. Diferente da Biblioteconomia, muito voltada ao acesso e à função educacional, a Documentação tinha o papel de “acompanhar o documento desde o instante em que ele surgiu da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor”. (OTLET, 1997, p. 115, apud SIQUEIRA, 2010, p. 59).

Continua a autora:

Outra relevante contribuição dos autores foi a concepção de documento, que deixava de estar restrito ao suporte ou formato e passava a ser visto como um registro de um conhecimento. Tal ideia, mais tarde, foi desenvolvida pela discípula de Otlet, Suzane Briet, ao considerar documento como um evidência, ou seja, qualquer objeto poderia ser um documento desde que fosse tratado como tal, considerando para isso critérios como: materialidade, intencionalidade e organização em um sistema. (SIQUEIRA, 2010, p. 59).

Para Hernández (2006), “qualquer suporte pode conter determinado conhecimento e servir de meio de transmissão desse conhecimento” (HERNÁNDEZ, 2006, p.163, *apud* TANUS, RENAULT, ARAÚJO, 2012 p. 167). Ao observar-se o acervo contido nos museus, percebe-se que existem ali diferentes espécies de documentos que, embora diferindo na forma e materiais, são igualmente meios de transmissão de conhecimento.

Para Menezes (1998, p.95), os objetos, como documento, também trazem - além das informações intrínsecas, referentes aos atributos físico-químicos - as informações extrínsecas, inferidas deles, e “o que faz um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida de informação que ele encerre, pronta para ser extraída”, mas sim algo a ser definido.

Compete ao historiador analisar as informações oferecidas pelo objeto/documento, para então transmiti-las, formando o Sistema de Documentação Museológica e para o autor, “tal operação é por natureza retórica”.

Essa definição vai ao encontro do que já abordou Loureiro (2008) e Tanus, Renault e Araujo (2012), pois a partir de analisar as informações oferecidas pelo objeto/documento é que

são criados os Sistemas de Documentação Museológica, motivados pela preocupação em preservar, investigar e comunicar. Tais sistemas têm, portanto, a responsabilidade de armazenar as informações individuais sobre os objetos, por meio de palavras e imagens, bem como ampliar os conteúdos documentais existentes (textuais e iconográficos), e disponibilizar a base de dados para consultas internas e externas. (TANUS, RENAULT, ARAÚJO, 2012, p. 168)

Para Julião (2006, p.96-98) os museus têm, em seus acervos, objetos como documentos da cultura material, e esses servem como fonte de investigação de pesquisa histórica. A autora ressalta que, a preservação, a investigação e a comunicação são conceitos que definem as bases da Museologia e necessitam manter-se em equilíbrio para o correto funcionamento dos museus e a valorização do estatuto documental conferido aos seus objetos.

Tendo o acervo como centro de suas preocupações, é possível identificar dois níveis do trabalho investigativo nos museus: a documentação museológica e a pesquisa propriamente dita. Espécie de pesquisa instrumental, a documentação museológica procede à identificação, classificação, organização e levantamento de dados históricos dos objetos, constituindo-se base de informações sobre o acervo do museu. (JULIÃO, 2006, p.97).

Smit (2008) observa que a evolução do conceito de documento teve um impacto na ação dos museus. Segundo a autora:

Tradicionalmente, o documento é definido como resultante de uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual em um suporte papel. Essa definição associa o conceito de documento à noção de registro, mas é insuficiente diante dos documentos produzidos por tecnologia digital e que atualizam antigas confusões entre documentos e não-documentos. (SMIT, 2008, p. 11).

Relembrando as duas correntes de pensamento que concentraram a compreensão do conceito de documento no século XX, Smit (2008, p. 11-12) define uma como “pragmática” e outra como “funcionalista”.

A abordagem mais pragmática do documento encontra importantes representantes nos Estados Unidos, por exemplo nos trabalhos de Jesse Shera e Louis Shores. Shera, em 1972, limitou o documento a um registro gráfico (graphicrecord), primordialmente textual, mas podendo abarcar os documentos audiovisuais. De todo modo, o caráter intencional do documento, através do registro, foi muito enfatizado e conserva um traço característico do conceito de documento até hoje.

A abordagem mais funcionalista refere-se aos trabalhos de Paul Otlet, já citado neste trabalho, o qual considerou “praticamente tudo um documento, inclusive os objetos encontrados na natureza” (SMIT, 2008, p. 12). Essa visão mais abrangente leva à compreensão do documento “menos relacionada à sua materialidade (pressuposta) e mais voltada à discussão de sua função” (SMIT, 2008, p. 12).

Deste modo, para que se possa compreender o objeto como documento na Museologia, faz-se necessário analisá-lo, uma vez que as informações trazidas por ele não são explícitas, como ocorre com documentos escritos. Faz-se necessário compreender que, além de seu caráter abstrato, tem-se ainda a subjetividade do historiador ao examiná-lo e decidir sobre sua manutenção ou descarte.

Relembrando a releitura que Buckland faz de Briet, Smit (2008, p. 14), nesta contempla-se os quatro aspectos que levam um objeto a tornar-se documento: ser dotado de materialidade; haver intencionalidade (“deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo”); ocorrer um processamento do objeto, isto é, sua transformação em documento e, por fim, haver um aspecto fenomenológico – o objeto precisa ser percebido na qualidade de documento.

A intencionalidade atribuída ao documento pode ser resumida da seguinte maneira: o documento é aquilo que traz uma evidência (Briet), sob forma de signos e esses signos nunca são objetos naturais. Ou seja, os signos não constituem uma propriedade natural, que pode ser procurada e encontrada nos objetos, mas uma propriedade atribuída aos objetos (naturais ou artificiais). (SMIT, 2008, p. 14).

Segundo Ulpiano Meneses (1998), qualquer objeto pode funcionar como documento e pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Para o autor, a transformação do objeto em documento seria à base da tarefa da musealização, sendo, portanto, a ressignificação de vestígios da cultura material e uma (re)construção da memória coletiva. E na visão de Le Goff (1994, p. 547) todo documento é monumento, pois,

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente.

2.4 Políticas de Informação: uma breve contextualização

Na Europa, as políticas de informação surgem no Século XVIII, com a criação das primeiras bibliotecas reais na Espanha, quando alguns eruditos elaboraram reflexões

especificando suas ideias para configuração de um “sistema bibliotecário nacional”. Mas o marco legal de uma política de informação foi a lei aprovada na Suécia em 1766 de acesso a informação. Destaca-se, no entanto, que embora haja antecedentes históricos, as leis de acesso à informação, tal como entendidas na atualidade (o empoderamento do Estado por parte da Sociedade) são um fenômeno recente: a primeira Lei de Liberdade de Informação foi aprovada pelos Estados Unidos, em 1966, sendo denominada como *Freedom of Information Act* – FOIA (FERREIRA *et al.*, 2012, p.3).

Mas apesar do papel pioneiro do Ocidente, na década de 1930, Ranganathan trabalhou a concepção de uma política nacional de informação na Índia, a partir de um trabalho inovador em bibliotecas universitárias e de uma reflexão teórica para fundamentar a Biblioteconomia em bases científicas, concebeu um sistema bibliotecário nacional para a Índia alicerçado nas bibliotecas públicas, urbanas e rurais, e numa biblioteca central nacional.

Este sistema modelo inspirava-se e procurava dar cumprimento às cinco leis da Biblioteconomia formuladas pelo mestre indiano: os livros existem para serem lidos; a cada leitor o seu livro; a cada livro o seu leitor; poupar tempo ao leitor: a biblioteca é um organismo em crescimento. (TERRA, 2008, p.70).

A preocupação de Ranganathan foi desenvolver uma verdadeira rede coordenada de unidades de informação complementares, de tipologias diversas, de maneira a cobrir todo o território indiano de pontos de acesso à informação, que buscou suas ideias nos países desenvolvidos, adaptando a realidade indiana com base em dados contextuais e reflexões teóricas (TERRA, 2008).

No período do pós-II Guerra Mundial foi que a informação tornou-se uma estratégia para o desenvolvimento científico e tecnológico nos países ocidentais, exigindo que os países formassem políticas e formas de sua regulação. As políticas eram voltadas para o acesso da informação científica e tecnológica que ocuparam um lugar de destaque no desenvolvimento da economia de alguns países ocidentais, constituindo um pilar da inovação e uma condição para a promoção da competitividade (SILVA, 2009; TERRA, 2008).

Desse modo, as políticas de informação nos países ocidentais na década de 1960 e 1970 evidenciavam principalmente as questões relacionadas com a difusão da informação científica e tecnológica. Naquele período, o documento influenciou de maneira significativa a abordagem à área de informação de muitos países. Alguns programas específicos abordaram a questão da documentação e informação, como: Programas da Informação e Documentação (Alemanha, 1974), Centro Nacional de Documentação (Portugal, 1967). Em 1970, alguns

documentalistas consideraram que o progresso científico e tecnológico somente seria possível com o apoio do setor da documentação e informação (TERRA, 2008).

No referido período, a UNESCO deu um impulso em políticas de informação com o lançamento do programa UNISIST (*World Science Information System*), NATIS (*National Information System*) e PGI (*General Information Programme*). Assim, nos anos 1970, a UNESCO promoveu várias conferências intergovernamentais e publicações de boletins, manuais, guias, atas e normas dos programas relacionados ao acesso à informação. Esses programas de informação tiveram um papel determinantes na definição de políticas de informação e na implementação de sistemas de ciência e tecnologia em vários países ocidentais.

As políticas de informação suscitaram o surgimento de políticas específicas como, por exemplo, para a formação e o desenvolvimento de coleções, a qual possibilita a formação de acervos de acordo com os objetivos da instituição e a disponibilidade de recursos orçamentários, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente das diferentes áreas do acervo.

Nesse panorama, as bibliotecas universitárias tornaram-se peças fundamentais nesse processo, cabendo a elas atender e suprir as demandas informacionais da sua comunidade universitária, cumprindo assim adequadamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (TERRA, 2008).

Historicamente pode-se perceber que as políticas de informação centravam inicialmente na criação de sistemas de informação baseados em bibliotecas e arquivos, mas com advento das tecnologias passaram a abranger também aspectos relacionados às tecnologias da informação e comunicação - TICs. Para Correa (2008) nos anos 1990, enquanto os países desenvolvidos começam implementar políticas de informação voltadas para a sociedade da informação,

alguns países do terceiro mundo, continuavam a centrar seu sistema de informação nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação, vendo-o como elemento importante para o progresso econômico, social e políticos. (TERRA,2008, p.74).

Para Terra (2008, p.153) “a política de informação tem de atender aos processos de criação, comunicação e transmissão e uso da informação bem como de conservação”. Ainda, conforme o autor,

compreende-se e fundamentar-se a necessidade de políticas de informação desde a fase de criação da informação, incluindo, por isso, áreas como produção de

conteúdos para a internet ou a preocupação com as vertentes do comportamento informacional ou literacia informacional, englobando elementos relacionados com o processo info-comunicacional que não deve ser separado do fenómeno informação. E, portanto, este conceito de “informação” implica e possibilita um alargamento dos domínios abrangidos pela política de informação que não podem mais dizer apenas respeito a bibliotecas e arquivos, em à informação científica e técnica ou aos aspectos da infra-estrutura de informação. (TERRA, 2008, p. 153-154).

A autora ressalta ainda, que para formulação de uma política de informação devem-se levar em conta quatro princípios centrais e complementares na sua formulação: o acesso universal; o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos. (TERRA, 2008).

Observa-se, então, que a política de informação de uma organização pode tanto centralizar ou descentralizar o fluxo de informações a partir dos aspectos e atividades informacionais que esta política contempla, logo, o compartilhamento das informações e os estímulos e providências técnicas para facilitar o acesso fazem parte de uma cultura adotada pela organização.

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, o contexto político de informações científicas e tecnológicas era representado pela ausência de diretrizes na área de informação, originando iniciativas particulares e dispersas dirigidas a resolução de problemas específicos, em detrimento do atendimento das necessidades de informação do país com projetos e metas em longo prazo (SILVA, 2009).

Deste modo, pode-se concluir que uma política de informação não se limita a um conjunto de decisões governamentais, programas de trabalho, sistemas e serviço, mas

pressupõe a existência de um conjunto de valores políticos que irão balizar a sua elaboração, execução, além de delimitar o escopo das questões que envolvam o processo e os fluxos de informação, permeadas pela disputa entre os interesses da sociedade civil, os interesses do Estado e os interesses do mercado. (FERREIRA *et al.*, 2012, p.4).

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à informação pública foi elevado ao patamar de direito fundamental, conforme parágrafo XIV do artigo 5º, que assegura a todos o acesso à informação: “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. (BRASIL, 1988, s/p.).

Assim, com a reabertura democrática e o advento da internet, o governo brasileiro foi pressionado pelos movimentos sociais para divulgação de informações públicas, e tal

pressão da sociedade civil culminou em 2011 com a aprovação da Lei 12.527, em novembro de 2011, intitulada “Lei de Acesso a Informação”, cujo objetivo principal era a transparência pública, combate a corrupção. Ferreira *et al.* (2012) destaca a importância da Lei de Acesso a Informação para o exercício da cidadania no Brasil, porque

as informações governamentais são de fundamental importância para o exercício da democracia, a sua disponibilização possibilita o diálogo claro e transparente entre o governo e a sociedade civil, permitindo um maior controle desta sobre a administração pública, objetivando o aprimoramento constante de suas ações. (FERREIRA *et al.*, 2012, p.3-4).

Contudo, política de informação é um desafio para muitos países e muitas vezes se reduzem a programas e planos de caráter imediatistas para concretizar suas definições informacionais, e conforme Ferreira *et al.* (2012), a Lei 12.527/11, de Acesso a Informação, foi implantada no Brasil, mas ainda assim os órgãos governamentais não foram capacitados para atenderem à demanda de informações da sociedade civil, e um fator que reduz a recuperação da informação de maneira rápida é que os documentos públicos encontram-se, em sua maioria, em formato físico e ainda não foram digitalizados.

Essa observação vai ao encontro do que comenta Gonzáles de Gómez (1999), para quem as normas jurídicas são necessárias e fundamentais para a institucionalização de um campo de ação; todavia, são insuficientes para garantirem a implementação efetiva de uma nova orientação da ação estatal e social. A autora ainda salienta que a política de informação pode ser entendida como “o conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir ou a mudar e substituir um regime de informação, podendo ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-política”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.69).

Silva (2009) traz um entendimento do que vem a serem as políticas explícitas e implícitas, sendo:

As políticas explícitas são equivalentes as políticas públicas, que dispõem de rigor jurídico, validação legal, orçamentos, programas, instituições executoras e reguladoras e que atingem a ação coletiva dos sujeitos, dos órgãos e instituições nos âmbitos das macro e micro-políticas. As políticas implícitas podem ser entendidas como aquelas que não têm todo esse aparato para tornar-se pública, no entanto, são efetivadas através das ações de alguns sujeitos que seguem normas próprias ou ditadas pelas circunstâncias, e por seu caráter opaco, não atingem o reconhecimento da ação coletiva dos sujeitos que se beneficiam dessas ações. Essas políticas equivalem às políticas setoriais e corporativas e são facilmente identificadas no âmbito de micro-políticas. (SILVA, 2009, p.49).

Para Terra (2008, p.154), a política de informação está presente de forma implícita ou explícita, estruturada ou desconexa na sociedade e nas organizações, determinando as

formas de divulgação, de acesso bem como de uso e transformação da informação, em termos limitados ou alargados, por parte dos indivíduos. A autora define política de informação como

Um conjunto estruturado de princípios, normas, ações e instituições que enquadram o processo informacional (incluindo a produção, organização, acesso e uso da informação) num contexto determinado (Estado ou organização nacional ou internacional) tendendo para a optimização do aproveitamento deste recurso de acordo com objetivos globais predeterminados. (TERRA, 2008, p.155).

Segundo Jardim (2008), as reflexões a respeito de políticas de informação no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia mostram-se, sobretudo no caso brasileiro, insuficientes para subsidiar as ações do Estado e da sociedade civil na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas arquivísticas.

as políticas arquivísticas existem para responder a problemas políticos do campo dos arquivos. Isto pressupõe, inicialmente, a necessidade de identificar e analisar estes problemas. Reconhecê-los exige um conjunto de conhecimentos simultaneamente técnico-científicos e políticos. (JARDIM, 2008, p.8).

Para o autor, a informação é o centro das inquietações contemporâneas sobre o Estado, a Sociedade, a Cultura, a Ciência e a Tecnologia. No Brasil, ainda é considerada escassa a literatura sobre políticas informacionais.

a noção de "política de informação" tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc. Por política de informação entende-se o conjunto de princípios, normas e procedimentos com vista à proteção e correta utilização, nos termos da Lei, da informação produzida ou acedida, independentemente da forma e do motivo de acesso. (JARDIM, 2008, p. 6)

No caso das universidades, *Silva* (2009) ressalta que não existe uma política pública ou explícita para as bibliotecas universitárias, embora as universidades a contemple de alguma forma, mas como não foi explicitada e validada por todos os atores interessados e não faz parte do macro (governo federal), torna-se uma política implícita de manutenção do *status quo* e restrita ao âmbito da micro política.

as políticas explícitas são equivalentes as políticas públicas, que dispõem de rigor jurídico, validação legal, orçamentos, programas, instituições executoras e reguladoras e que atingem a ação coletiva dos sujeitos, dos órgãos e instituições nos âmbitos das macro e micro-políticas. As políticas implícitas podem ser entendidas como aquelas que não têm todo esse aparato para tornar-se pública, no entanto, são efetivadas através de ações de alguns sujeitos que seguem normas próprias ou ditadas pelas circunstâncias, e por seu caráter opaco, não atingem o reconhecimento da ação coletiva dos sujeitos que se beneficiam dessas ações. (SILVA, 2009, p.49).

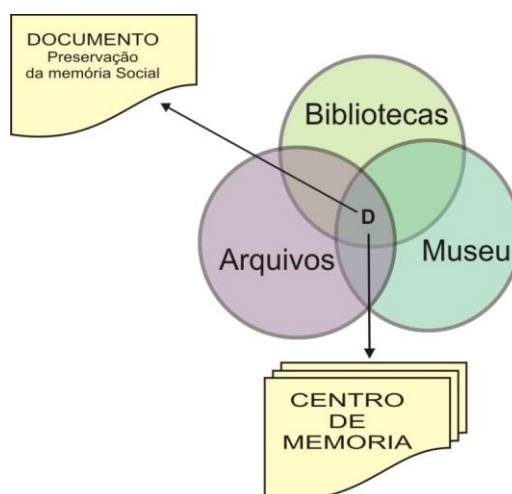
2.5 Centro de memória - afinal que instituição é essa?

Os centros de memória são entidades híbridas que reúnem documentos de arquivo, coleções bibliográficas e objetos museológicos. Geralmente, estes espaços são criados quando as instituições percebem a importância do registro e preservação da memória para seu crescimento, tornando-se locais responsáveis por tratar, preservar e disponibilizar a memória institucional. (BELLOTO, 1991; PIMENTEL, 2005; MARQUES, 2007; CARNEIRO, 2013; CAMARGO e GOULART, 2015).

Cumpramos ressaltar que memória, hoje em dia, é pautada de uma série de reivindicações, em função dos dolorosos eventos que marcaram o Século XX (genocídios, perseguições, regimes ditatoriais e outras violações dos direitos) e tornou-se, também, em palavra de ordem, a que não ficaram indiferentes as organizações públicas e privadas. “Modismo ou não, o fato é que os centros de memória passaram a ser alvo de interesse de clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos e sindicatos entre outras entidades”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 65).

Para Camargo e Goulart (2015) essa natureza híbrida dos centros de memória faz parte de um processo histórico de sua constituição, da maneira como foram percebidos pelos seus atores sociais, ou seja, um amálgama de valores simbólicos, afetivos e organizacionais. As autoras ainda reforçam que, os centros de memória representam, no mundo atual, um recurso estratégico para as organizações por meio dos produtos diversos, da prática e das habilidades que foram acumuladas pelos membros de determinada organização e, portanto, devem estar representados de uma forma que possibilite o uso imediato da informação de que dispõem.

Figura 1 - Centro de Memória



Fonte: adaptado de DODEBEI (2011)

Os centros de memória devem refletir as modificações que ocorreram na sociedade moderna, no qual se vive na sociedade do conhecimento, cujo cerne é a busca da preservação cultural e identitária das organizações. Assim os centros de memória, conforme Bicalho (2013),

são organizações criadas para serem locais de preservação da memória de uma determinada comunidade. No âmbito das universidades estes espaços têm sido cada vez mais comuns e, nesse contexto, referem-se a memórias de comunidades acadêmicas caracterizadas por suas áreas de conhecimento e atuação específicas. Esses espaços costumam retratar a diversidade dos olhares, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura. A memória é ali tratada como uma forma de fortalecer e de resgatar a identidade cultural de grupos que se reconhecem em determinados fazeres ou acontecimentos que fizeram parte de sua história. (BICALHO, 2013, p.1).

Camargo e Goulart (2015) elencam alguns argumentos que justificam a criação de centros de memórias, e o fortalecimento da identidade é um dos primeiros argumentos, pois, para as autoras, os centros ao trazerem à tona as escolhas feitas e os caminhos percorridos pela instituição são capazes de evidenciar sua identidade, e trabalhar memória seria uma forma de fortalecer a identidade e consolidar os valores que propagam na instituição.

Trabalhar a memória seria, portanto, uma forma de fortalecê-la e consolidar os valores que propaga, contribuindo para fixar elementos que a distinguem. Se o sentido da identidade é uma espécie de contraponto da fluidez típica do mundo contemporâneo, como admitem alguns, teria também o dom de estabelecer laços de pertencimento e de aproximar grupos em torno de um passado comum. O centro de memória seria responsável, nesse sentido, por criar fatores de coesão e ajudar a legitimar, ante os diversos públicos com os quais a instituição se relaciona, uma verdadeira cultura organizacional. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 80)

A responsabilidade histórica é outro argumento utilizado pelas autoras, que justifica a importância dos centros de memória, uma vez que as organizações produzem não somente bens e serviços, mas principalmente produzem significados socioculturais. Essa responsabilidade histórica tem como variante o “centro de memória como meio de comunicação de valores” e evocação da “memória institucional para recuperar e atualizar valores e princípios”. Dessa forma, haverá naturalmente uma aproximação entre as áreas de memória e comunicação, ambas preocupadas com a memória institucional. Assim, os Centros de Memória tornaram-se uma ferramenta importante na constituição da identidade das empresas. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 82).

De fato, os centros de memória são muitas vezes espaços que integram “importantes repositórios de material arquivístico, bibliográfico e museológico que, normalmente, é disponibilizado para fruição e para realização de consultas e pesquisas

acadêmico-científicas” (BICALHO, 2013, s/n). Conforme Marques (2007, p. 34), “este tipo de unidade de informação garante à instituição e aos pesquisadores a possibilidade de potencializar as pesquisas referentes à instituição e a relação desta com a sociedade”. De acordo com Borrego e Modenesi (2013, p.216), o centro de memória é:

(...) uma unidade de trabalho que, para cumprir sua função, armazena, produz e gerencia informações e documentos. Essa gestão documental exige controle, que pode ser garantido a partir da adoção de ferramentas tecnológicas, que também têm a função de suportar os processos de trabalho, a administração do acervo, a publicação de conteúdo e a gestão do conhecimento.

O centro de memória passa a ser um tipo de unidade de informação que apoia à instituição, oferecendo aos usuários pesquisadores a condição de fomentar as pesquisas relativas à memória da instituição e à sua relação com a sociedade. Para Marques (2007, p.34) o centro de memória se assemelha ao museu e centro de documentação, mas “seus objetivos vão além de informar e instruir, eles têm como objetivo provar, resgatar a memória, e principalmente, interagir com a sociedade”.

Zélia Silva em seu livro “Arquivos, patrimônio e memória”, de 1999, expõe as dimensões da memória coletiva como a preservação dos acervos documentais e a disponibilização das informações ao usuário e os centros de memória evidenciam um caráter mais histórico e apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as chamadas ‘fontes primárias’). Trata-se da reunião de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópia, ou mesmo museológica) reunidos sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história (SILVA, 1999, p. 50).

Segundo Câmara (2012) esses centros, como as bibliotecas, museus e arquivos possuem características próprias de lugares de informação, porque a memória institucional:

está fundamentada nas rotinas administrativas e relacionada com os aspectos históricos da organização. Sob o ponto de vista organizacional, a preservação dos documentos é suporte para ações jurídicas e probatórias. A manutenção, recuperação e disseminação das informações contidas nos documentos passam a ser uma necessidade na gestão institucional. Os documentos de valor histórico devem ser preservados em prol de leituras e releituras de contexto sócio, econômico, político e cultural. (CAMARA,2012, p.6)

No Brasil os centros de memória surgiram nas instituições privadas e públicas na década de 1960, tendo como foco principal a preocupação com a preservação documental e com a organização das informações dessas instituições, para suprir a falta de organização e

tratamento dado à memória recente (BICALHO, 2013). Camargo e Goulart (2015), por sua vez, observam que é um pouco mais tarde, a partir de 1980, que começam a surgir, no Brasil, os centros de memória ligados a organizações públicas ou privadas e àquelas sem finalidade lucrativa, denominadas organizações do terceiro setor. É possível atrelar o crescimento numérico dos centros de memória a certos elementos conjunturais que trazem à tona a necessidade de preservação da cultura e identidade das organizações como, por exemplo, a privatização de empresas estatais que ficaram em controle de empresas estrangeiras.

Conforme Gagete e Totini (2004), os centros de memória se constituem como:

(...) setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de (...) avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico (...) fundamentam na formação de sua cultura, seus valores e seu capital intelectual. (GAGETE & TOTINI, 2004, p.124).

Para Camargo e Goulart (2015), diversas são as motivações para implantar projetos ligados à memória organizacional que são originários de determinadas áreas como comunicação, marketing, relações públicas entre outras, que partem da necessidade de cuidar dos documentos desses setores, subsidiar suas atividades, podendo corresponder também a um momento de redefinição da identidade institucional, de seus produtos, suas marcas, ou datas comemorativas. Mas, as autoras ressaltam que,

nem sempre a criação do centro de memória é consequência do amadurecimento de discussões internas e da clareza quanto ao papel que deverá cumprir na instituição. O que é mais comum que é fruto da decisão de um grupo restrito, sem que haja consenso sobre sua necessidade. (CAMARGO; GOULART, 2015, p.84).

No entanto, para as autoras, na maioria dos casos a criação de um Centro de Memória é feito a partir de um diagnóstico elaborado dos documentos pertinentes à instituição ou a área que o centro vai representar, através de buscas de caráter salvacionista com intuito de não se perder na memória aquilo que ocorreu historicamente e deve ser preservado. (CAMARGO; GOULART, 2015).

De acordo com Borrego e Modenesi (2013, p.213-216), a gestão informacional e documentária nos centros de memória pressupõe a avaliação, a análise e a classificação dos documentos de valor histórico que compõem os acervos. Os gêneros documentais que compõem os acervos desses centros são, portanto:

Arquivo audiovisual; Arquivo de imagens; Arquivo textual permanente; Banco de depoimentos (em áudio e/ou vídeo); Acervo bibliográfico; Acervo museológico; Acervo de referência documental e virtual (fontes referenciais, inclusive em suporte

eletrônico); Coleções (documentos que atestam aspectos particulares, relacionados às linhas temáticas principais, provenientes de diferentes origens). (BORREGO E MODENESI, 2013, p.213).

O acervo dos centros de memória são documentos naturalmente reunidos pela instituição para o qual estes foram criados e servem para agregar valores vinculados aos seus produtos e serviços como propaganda, marketing, comunicação corporativa, e como destacam Camargo e Goulart (2015, p.71) constituem-se “no embrião dos centros de memória”, e observa-se a formação de conjuntos heterogêneos de documentos selecionados, a partir de critérios variados. Porém, Belloto (1991) destaca que os acervos dos centros de memória apresentam características que os diferenciam de outras unidades de informação porque, seu conjunto de documentos é composto por coleções e documentos diversos, unidos pelo conteúdo.

Desse modo, o acervo de um centro de memória pode reunir diversos tipos de documentos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos com objetivo da preservação da memória institucional. Linhales, Bicalho e Alencar (s/d) também fazem referência ao conjunto diversificado do acervo do CEMEF - Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFMG.

O conjunto que compõe hoje o acervo abrange documentos diversificados que, do ponto de vista de gestão e organização, podem ser relativos tanto a museu, quanto a biblioteca e a arquivo. Alguns são documentos ostensivos, outros sigilosos. Alguns em bom estado de conservação, outros a merecer ações de restauro. Muitos ainda aguardando identificação. (LINHALES; BICALHO; ALENCAR, s/d).

As autoras, ao relatarem a experiência da organização do acervo do CEMENF da UFMG, revelam que, por causa da diversidade do acervo, os profissionais enfrentam o desafio de como organizá-lo.

Em meio às artimanhas de produção de sentidos para o acervo, também nos deparamos com escolhas relativas às formas de preservação e consulta, descrição e arranjo, exposição e acesso. Reconhecer essa diversidade e discutir seus percursos é parte do minucioso trabalho de catalogação. (LINHALES; BICALHO; ALENCAR, s/d).

Segundo Marques (2003), essa natureza do acervo do centro de memória é heterogênea, como de um centro de documentação, pois tendo como objetivo a preservação da memória e a pesquisa histórica, apresentam diferentes tipos de acervos. Tessitore (2003) descreve os diferentes acervos encontrados nos centros, sendo:

Fundos de arquivo: conjuntos de documentos acumulados no exercício das funções de entidades ou pessoas (um arquivo que passou a conviver com outros semelhantes

ao ser transferido para o Centro de Documentação). **Coleções:** conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de temas, funções, entidades, pessoas ou até mesmo de um tipo ou gênero de documento. · **material hemerográfico:** jornais, revistas e boletins. · **material bibliográfico:** livros, teses e folhetos. · **objetos tridimensionais:** de acordo com a área do Centro. · **bancos de dados:** sobre temas específicos, referências sobre as atividades e o acervo de entidades afins. (TESSITORE, 2003, p.18).

Marques (2007), contudo, relata que apesar de centros de memória e de centros de documentação apresentarem acervos de natureza semelhante, a diferença entre eles está na finalidade e no público a ser atendido por essas instituições. O centro de documentação procura servir de apoio à pesquisa da instituição, suprimindo apenas as necessidades primárias da instituição, já os centros de memória têm um caráter histórico porque,

(...) dão ênfase não só aos documentos arquivísticos, mas também aos objetos, depoimentos e informações registradas que possuam algum sentido histórico, como fotografias, publicações e tudo o que, de alguma forma possa resgatar a memória da instituição. (MARQUES, 2007, p. 35)

Em relação ao acervo, alguns centros de memória enfrentam alguns obstáculos para desempenharem suas tarefas, que decorrem desde a falta de uma política de acervo, recursos humanos, local para os arquivos, até mesmo na formalização dos procedimentos. Goulart e Camargo (2015) ressaltam que não há uma rotina a ser seguida em alguns centros de memória.

os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre atividades da organização. É unânime a queixa dos gestores de que normas e procedimentos não têm sido formalmente estabelecidos, ou seja, não há uma rotina a ser seguida pelos centros de memória. Mesmo quando se estabelece um regime de colaboração entre diversas áreas, a cada mudança de gerência o elo se quebra, interrompendo um processo. (CAMARGO; GOULART, 2015,p.72).

Além da responsabilidade do acervo, um centro de memória precisa manter sua infraestrutura, a qualificação dos recursos humanos, zelar pelo atendimento dos usuários e disponibilizar serviços de informação com ferramentas tecnológicas. Os profissionais que atuam nesses centros são geralmente: pesquisadores, historiadores, arquivistas, bibliotecários e administradores, e estes deparam com uma série de atribuições e procedimentos, como:

encaminhar a captação e o tratamento técnico sistemático de diferentes tipos de documentos e informações; disponibilizar acervos aos gestores e públicos de relacionamento, mediante adoção prévia de critérios específicos; propor e validar políticas de gestão da memória da organização, por meio do desenvolvimento de um programa permanente de preservação, organização e divulgação de documentos e informações relativos à trajetória da empresa, para o público interno e/ou externo; dar suporte aos gestores no desenvolvimento de projetos relacionados à memória

(não necessariamente referentes ao passado remoto); fornecer subsídios para o desenvolvimento de produtos da informação e canais de disseminação (portais, publicações, exposições, bases de dados, entre outros); propor e desenvolver produtos da informação e de divulgação. (BORREGO E MODENESI, 2013, p.214).

O perfil dos profissionais de um centro de memória é muito variado, e Camargo e Goulart (2015) também constatam o mesmo; contudo, destacam que

Alguns possuem funcionários contratados e outros preferem delegar o trabalho a empresas especializadas, seja no âmbito da gestão de documentos, sejam na produção de livros, sites, exposições e outras iniciativas, limitando-se a fiscalizá-las. Quanto à formação profissional, tais equipes são integradas, em sua maioria, por pessoas que cursaram história ou biblioteconomia, mas observa-se a presença de outros profissionais, como jornalistas, comunicadores, sociólogos e antropólogos. (CAMARGO, GOULART, p.69).

Destarte, além de se preocuparem em delimitar e criar políticas para seus acervos, os centros de memória, devem dar relevância ao seu uso, nos serviços e produtos que o centro pode oferecer ao público interno e externo. Para tanto, devem elaborar um planejamento estratégico para o desenvolvimento, com definição de focos de atuação nas exposições, pesquisas temáticas, atendimento aos usuários, desenvolvimento de seus *sites*, entre outros. (ITAU CULTURAL, 2013; CAMARGO, GOULART, 2015).

os produtos e serviços representam a maneira pela qual um Cm se comunica e se apresenta aos públicos interno e externo. a partir deles é possível vislumbrar não apenas o perfil de atuação do setor de memória de uma instituição, mas o legado que ela, como um todo, pretende deixar. são, portanto, essenciais quando se discutem as estratégias de atuação de CMs. (ITAU CULTURAL, 2013, p. 61).

Dentre esses produtos e serviços oferecidos pelos centros de memória, Camargo e Goulart (2015) e Itaú Cultural (2013) destacam a importância dos seus *sites*, pois estes poderão dar uma maior visibilidade ao centro, dado que permitem o acesso às informações da história institucional que representam, expondo seus dados ilustrados com reportagens fotográficas, anúncios, comerciais e outros documentos e, de acordo com o processamento técnico a que foi submetido seu acervo, alguns permitem consultas aos bancos de dados e aos materiais digitalizados, publicações eletrônicas e exposições virtuais, entre outros.

Deste modo, o *site* pode ser um espaço para pesquisas e consultas pelos usuários internos, e até mesmo direcionar o usuário pesquisador para agendamento de pesquisas de consulta ao acervo. Outros produtos comuns aos centros de memória são os prospectos, livros, *folders* e outros mecanismos editoriais clássicos que ajudam com veículo de divulgação, sem contar que vários centros editam livros temáticos que são comercializados. Em relação aos

museus virtuais e às exposições, Camargo e Goulart (2015) ressaltam que essas contextualizam a história institucional.

As exposições de conteúdos históricos são presença importante nos centros de memória. Quando dotadas de recursos interativos acabam por transformar em uma espécie de sala de visitas para o público interno e externo (...) Há exposições itinerantes, painéis e vitrines que renovados, que fazem às vezes de mural ou jornal do centro de memória, informando sobre novos documentos e conteúdos tratados, há mostras virtuais, que podem ser visitadas nos sites, geralmente destinada ao público escolar. Outro produto são os museus (virtuais ou não) de recorte temático, voltados para atividades e a trajetória da organização. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 74-75).

As exposições em um centro de memória podem ser permanentes, temporárias ou itinerantes, podendo ter por temas diferentes contextos históricos, e o Itaú Cultural (2013) ressalta a importância da parceria do centro com outros setores da instituição.

Podem ser fruto de uma parceria com outros setores dentro da instituição, como os de marketing, TI, comunicação e RH. São reflexo do trabalho que é produzido no setor de memória, revelando o que é valorizado e considerado como significativo. Também é interessante que sejam realizadas com o que há de mais moderno e inovador em termos de linguagem museográfica contemporânea, de forma que possam ir além dos modelos tradicionais, trazendo diferentes formas de interação com o público. Geralmente, é um meio bastante efetivo de envolver o público, interno ou externo, com a história institucional, do setor e do país, tornando-se tangível, já que uma exposição histórica constrói uma narrativa. É importante lembrar que, dependendo do porte da mostra, pode ser necessária a contratação de especialistas como curadores, cenógrafos e designers. (ITAÚ CULTURAL, 2013, p.64).

Para Marques (2007, p.36), a informação em um centro de memória “transcende a sua natureza administrativa e institucional, agregando-se a ela um valor cultural e histórico que não restringe só ao órgão a que o centro é vinculado”. Como afirma Camargo (1999, p.50), no centro de memória “trabalha-se, portanto, com *informação especializada*”. Essa última dimensão é importante de ser sublinhada, porque significa que os centros de memória não suprimem a necessidade de arquivos, bibliotecas e museus. No caso dos arquivos, por exemplo, os centros de memória não desempenham as atividades previstas na gestão documental (não têm base legal para eliminação de documentos institucionais desprovidos de valor probatório ou informativo).

As motivações para implantar projetos ligados à memória nas instituições sejam elas públicas ou privadas, são diversas. No âmbito das universidades, os centros de memória têm sido cada vez mais comuns, conforme mencionado anteriormente, e esses espaços procuram retratar a diversidade dos olhares, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura; seu cerne está no resgate dos acervos

históricos arquivístico, bibliográfico e museológico, tornando-os um setor de referência e pesquisa sobre a memória institucional ou a área que representam. Assim, tendo em vista o fato de que a experiência mais antiga de institucionalização de um centro de memória universitário ocorreu na UNICAMP, no próximo tópico serão traçados um pouco da sua história e evolução.

2.5.1 Centro de memória acadêmicos: CMU da Unicamp

Dentre os segmentos da sociedade que possuem unidades de informação voltadas à memória, cabe destacar as instituições universitárias que possuem centros de memória e auxiliam na produção de informação especializada e na preservação dos registros das informações de valor histórico em áreas específicas do conhecimento (MARQUES, 2007, p. 45). Em vista disso, nas instituições acadêmicas os centros de memórias são de fundamental importância para formação e desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa. Para Martins (s/d) o centro de memória tem um papel extremamente significativo a cumprir na era de informação e tecnologia,

Ou seja, ao tornar acessíveis inúmeros dados, fontes e fundos documentais a um número mais amplo de pesquisadores, pode constituir-se num fórum público de pesquisa, capaz de fortalecer a dimensão de sujeito histórico, concebido como produtor de reflexões, de conhecimentos históricos. Seu papel significativo é de também subsidiar o trabalho. (MARTINS, s/d, p.6).

Cabe, por sinal, sublinhar o pioneirismo dessa universidade. Conforme é sabido, a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp é uma instituição acadêmica, sendo uma autarquia, autônoma em política educacional, mas subordinada ao Governo Estadual no que se refere a subsídios para a sua operação. Consequentemente, os recursos financeiros são obtidos principalmente do Governo do Estado de São Paulo e de instituições nacionais e internacionais de fomento. Fundada oficialmente em 1966, seu *campus* está no município de Campinas, em uma área que historicamente eram cafezais e canaviais.

Visando à produção e à disseminação de conhecimentos, bem como promover ações de caráter multidisciplinar para a pesquisa e a extensão relativas à questão da memória, a universidade optou por fundar o CMU - Centro de Memória Unicamp, que é um órgão vinculado a Reitoria.

O CMU foi criado oficialmente em julho de 1985 pelo Reitor José Aristodemo Pinotti, mediante a Portaria nº 162, de 01 de julho de 1985, cujo artigo 1º dispõe o centro como “um órgão interdisciplinar destinado a promover estudos e pesquisas, a partir de fundos documentais e de bibliotecas especializadas”. Sua missão é captar, organizar, preservar e disponibilizar acervos documentais, principalmente de Campinas e região – o que não o torna competitivo ou sobrepondo funções ao Arquivo Central da Unicamp, voltado à gestão e preservação dos acervos institucionais. Segundo Martins:

os arquivos, as bibliotecas, os museus, ocupam lugar de destaque porque por eles é possível promover ações educativas que possam repercutir e reproduzir tal cultura da anamnese/amnésia. Escrever sobre memória é, indubitavelmente, em nossa época, retomar os debates sobre história/memória no que diz respeito à configuração dos acervos, mas também em relação ao papel da memória em nossas sociedades desencarnadas ou desumanizadas. (MARTINS, s/d, p.3).

O CMU era inicialmente um órgão vinculado à Reitoria, e, a partir de 1998, esse vínculo passou a ser com a Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa – COCEN, órgão da Reitoria que, conforme deliberações e Portaria n ° 17/1998, tem como função propor a política da Administração para o desenvolvimento dos centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da Universidade e coordenar a execução dessa política. Dessa forma, cabe ao COCEN:

- Propor diretrizes gerais, requisitos e critérios para a criação, extinção e remodelação de centros e Núcleos, bem como para a avaliação bial de suas atividades;
- Zelar, acadêmica e administrativamente, pelo fiel cumprimento dos objetivos e regimentos dos centros e Núcleos e pela conformidade de seus atos com as normas legais e as normas internas da Universidade. (SITE COCEN /UNICAMP, 2015).

Desse modo, o objetivo fundamental do COCEN é coordenar as atividades dos centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da Unicamp. Para realizar tal atividade, o COCEN constitui um dos órgãos que compõem a estrutura executiva da UNICAMP, caracterizada por significativa autonomia na gestão de seus objetivos e atividades. É um órgão de atuação estratégica, e considerando sua instância de atuação, seus objetivos e táticas no que diz respeito às suas atribuições, “a COCEN está localizada no terceiro nível hierárquico da Reitoria (01 – Reitoria, 02 – CGU e 04-COCEN), considerando-se a Tabela de Órgãos atualmente em vigência na Universidade” (COCEN/UNICAMP, 2015).

Atualmente, são subordinados à COCEN vinte e quatro (23) centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa, com características e especificidades administrativas e

acadêmicas bastante distintas. Para cumprir o seu papel de coordenar e atender as diversas estruturas dos centros e Núcleos, o COCEN tem uma organização funcional específica, e, portanto, compete ao COCEN responsabilizar-se pela adequação das atividades desses órgãos à política institucional, bem como pela adequação de seu desenvolvimento às regras, normas e legislação vigentes. Logo, cabe ao COCEN, conforme Portaria 17/1998, dar pareceres sobre: propostas relativas ao quadro de pessoal dos centros e Núcleos; propostas relativas às Carreiras de Técnico Especializado de Apoio à Pesquisa Cultural, Científica e Tecnológica (TPCT) dos centros e Núcleos e relatórios de atividades e prestação de contas (SITE: COSEN/UNICAMP, 2015).

Voltando à história do CMU, cabe destacar que a ideia de criar um centro de memória na Unicamp surgiu como iniciativa do Prof. Zeferino Vaz, idealizador e reitor da Unicamp, que contratou o prof. José Honório Rodrigues em 1972 para viabilizar o projeto. Porém, a proposta somente se concretizou em 1978, quando o historiador e professor José Roberto do Amaral Lapa denunciou que o Fórum de Campinas pretendia descartar seus arquivos cartoriais. Naquele período, foi estabelecido um contato com o diretor do Fórum, solicitando que a documentação de cerca de 50.000 (cinquenta mil) processos fossem enviados à Unicamp. No entanto, por falta de espaço para o grande volume de documentos, a transferência da documentação não se efetivou rapidamente. Somente em novembro de 1983 as negociações da transferência dos documentos foram retomadas e esta foi autorizada em março de 1985, mediante convênio e sob custódia. (SITE CMU, 2015).

Com o processo de transferência da documentação e da necessidade de um órgão que se responsabilizasse pelo conjunto documental, foi criado pela portaria GR 072/85 de 12/04/85 uma comissão especial para criação e instalação do centro de memória. Vários professores faziam parte da comissão⁴, que contou com o apoio do Centro de Informação de Difusão Cultural – CIDIC, que já possuía equipe experiente no tratamento de arquivos, e assumiu a tarefa de ordenar e higienizar toda documentação para que fosse definitivamente transferida para a Universidade, o que ocorreu oito meses depois. (SITE CMU, 2015).

O CMU funcionou inicialmente no prédio da Biblioteca Central da Unicamp, e, em seguida, foi transferido para o andar térreo do Ciclo Básico. Inicialmente foi constituído

⁴ Compunham a comissão os professores Ubiratan D’Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Humberto de Araújo Rangel e Marlyse Madeleine Meyer.

seu primeiro Conselho Científico⁵ constituído por professoresⁱ da UNICAMP, e em 11/07/1985, pela Portaria 163/1985, foi designado como diretor do CMU o Professor Dr. José Roberto do Amaral Lapa.

Reconhecido como um dos maiores e mais completos acervos sobre Campinas e região, seu acervo contava com os seguintes conjuntos na época da inauguração: Arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, Arquivo e Biblioteca João Falchi Trinca, Fundo Francisco Glicério, Arquivo do Professor Zeferino Vaz, Coleção de pesquisas do Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira, Coleção Jolumá Brito, Coleção do Prof. Antonio Ferreira Cesarino Júnior, Arquivo do 7º. Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Estado de S. Paulo e a Coleção de Pesquisa do Prof. Nelson Omegna (CMU, 2015).

Os fundos e coleções do CMU contêm documentos de diferentes gêneros (textuais, micrográficos, fonográficos e cartográficos) de grande interesse histórico, nos quais se encontram registros que possibilitam retratar as transformações ocorridas, sobretudo na região de Campinas, desde o período de cultivo da cana e produção de açúcar, do café, até à industrialização, documentando períodos, eventos e movimentos da história brasileira como a Abolição, a República e o Estado Novo. São cerca de 80.000 processos, 1.800 rolos de microfilmes, 280 microfichas, além de 900 livros de registros e 90 fitas cassetes, que datam do século XVIII ao XX, acondicionados em estantes deslizantes, as quais ocupam aproximadamente 70 m². (SITE CMU, 2015).

A partir do conjunto documental que deu origem ao CMU foi possível seu arranjo em setores especializados no tratamento de suportes diferenciados, como livros, documentos manuscritos, fotografias, fitas cassetes, vídeo etc. Com a doação do bibliófilo João Falchi Trinca, teve origem a Biblioteca do CMU, composta atualmente pelo maior e mais completo acervo bibliográfico sobre a história de Campinas e região. A biblioteca do CMU conta com três linhas de acervos: livros, periódicos e materiais especiais como mapoteca, hemeroteca partituras, folhetos e reália⁶, e integra o sistema de bibliotecas da Unicamp, disponibilizando sua base de dados e o serviço de hemeroteca digital. (SITE CMU, 2015).

Com a transferência em comodato do Arquivo do Tribunal de Justiça de Campinas para o CMU foram constituídos os Arquivos Históricos, formados por documentos

⁵ Primeiro Conselho Científico com os seguintes membros: Professores Ubiratan D'Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Mariza Corrêa, Peter Louis Eisemberg, Robert Wayne Slenes e Sergio Silva.

⁶ OTLET (1937) descreve Realia, como os objetos tridimensionais, como “as amostras, espécimes, modelos, facsímiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a três dimensões”.

escritos, cartográficos e micrográficos, que focalizam experiências significativas da história local, tais como o ciclo da cana-de-açúcar em Campinas até os dias atuais, passando pelo café, abolição, república, imigração, Estado Novo, industrialização entre outros.

Inúmeros arquivos novos foram incorporados ao acervo do CMU, com destaque para os documentos da Cia. de Imigração e Colonização (CAIC), doados em 1987; da Santa Casa de Campinas, doados em 1989, e do ex-prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, doados em 1997. O acervo encontra-se atualmente organizado e disponível à consulta por meio digital (SITE CMU, 2015).

O CMU criou também, no seu primeiro ano de funcionamento, o Laboratório de História Oral (LAHO) cuja proposta era de coletar depoimentos de agentes da história local e fomentar a pesquisa nesse campo do conhecimento. Com isto, O LAHO, expandiu-se com a aquisição de vasto acervo de depoimentos orais, atualmente transcritos, ordenados e disponibilizados ao público acadêmico e também à sociedade em geral.

O LAHO é aberto aos pesquisadores que pretendem valer-se da metodologia da história oral, fornecendo apoio técnico-metodológico, assim como emprestando equipamentos para gravação e transcrição digital (CMU, 2015).

A partir da diversidade dos suportes documentais que passaram a fazer parte do acervo do CMU, houve a necessidade de se criar novos espaços para tratamento diferenciado desses documentos, dando origem à Área de Fotografia e ao Laboratório de Restauração de Documentos em suporte papel.

A Área Fotografia foi constituída em 1994, a partir das coleções de João Falchi Trinca e, principalmente, de Geraldo Sesso Júnior. Atualmente o acervo é composto por cerca de 90.000 itens, que estão digitalizados e disponíveis aos usuários em forma eletrônica. Tudo isso foi possível com a criação do laboratório especializado na reprodução analógica de fotografias, além de proporcionar tratamento especial aos negativos, visando sua preservação e serviço especializado de conservação e preservação.

O Laboratório de Conservação e Restauro é o único laboratório com esse caráter, fora da cidade de São Paulo, vinculado a uma universidade, e trabalha na conservação e preservação dos livros, manuscritos, impressos e mapas do acervo do CMU.

O CMU também tem um setor exclusivo de publicações, com *status* de uma editora de pequeno porte, que tem por objetivo a divulgação da produção científica, literária e artística produzida por pesquisadores vinculados ao órgão, por estudiosos que se valem dos acervos do centro para o desenvolvimento de seus trabalhos científicos e por pesquisadores

que se voltam para temas diretamente articulados as suas linhas de pesquisa. O setor é responsável pela edição de Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura e pelo periódico CMU em FOCO, que através de suas publicações dão maior visibilidade ao centro e suas produções técnicas e científicas.

Todas as áreas do CMU contam com o apoio de profissionais especializados (graduados, especialistas, mestres e doutores) que, além de desenvolverem suas atividades no centro, realizam pesquisas de cunho acadêmico e prestam assessoria a diversos órgãos públicos e privados, mediante convênio de cooperação com a Universidade. Em relação aos recursos, a reitoria destina uma parcela específica do seu orçamento para cobrir as despesas de funcionamento dos Núcleos, mediante repasse de verba para Coordenadoria de centros e Núcleos Interdisciplinares – COCEN.

O Regimento Interno⁷ do CMU foi aprovado em 26/11/2013 pelas deliberações COCEN e conta com 16 (dezesseis) capítulos que direcionam quanto a objetivos, Estrutura, CCS, diretoria, pesquisa, assessoria, publicações, administração e laboratórios, acervo, museu, e disposições gerais do centro. Atualmente, o CMU, para atingir seus objetivos de promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltadas à (re)construção da memória de campinas e região, propõe, em seu Plano Estratégico⁸ 2011 a 2015, realizar pesquisas próprias ou em convênios com outras instituições como prefeituras, escolas, universidades, organizações não governamentais entre outras, sediando grupos de pesquisa, prestando assessoria a projetos ligados à memória e ao patrimônio sociocultural, organizando e promovendo os eventos de ordem acadêmica, como: seminários, conferências, exposições, cursos e treinamentos e estágios voltados à preservação da memória nas áreas da arquivologia, biblioteconomia, história oral e conservação de documentos.

⁷ Regimento interno do CMU Unicamp, foi publicado no D.O.E em 20/12/2013. Esta disponível para consulta no site:< http://www.cmu.unicamp.br/cmu/sobre/regimento_interno>..

⁸ Plano Estratégico CMU esta disponível para consulta no site: <http://www.cocen.unicamp.br/avaliacao_institucional/documents/avaliacao_institucional/cmu-planejamento-estrategico.pdf>.

2.6 Parâmetros das Instituições de Memória: arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e centros de memória.

Conforme foi possível observar no exemplo acima citado, uma das experiências mais antigas de centros de memória universitários é marcada pela característica de formar acervos a partir de coleções e fundos externos à universidade. Em certo sentido, em muitos desses casos, trata-se de um ‘resgate’ de documentação de valor histórico que está sob risco de se perder. A seguir, essa discussão será aprofundada, no sentido de revelar outras funções desempenhadas pelos centros de memória. Uma delas é salientada por Bellotto (1991), que caracteriza os centros de memória lembrando as diferentes características comuns entre museus, bibliotecas e arquivos:

- _ **Quanto ao tipo de suporte:** o museu possui objectos bi/tridimensionais e exemplares únicos; a biblioteca inclui impressos, manuscritos, audiovisuais e exemplares múltiplos; o arquivo possui manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplares únicos;
- _ **Quanto ao tipo de conjunto:** o museu inclui coleção, isto é, documentos unidos pelo conteúdo ou pela função; a biblioteca inclui coleção, isto é documentos unidos pelo conteúdo; o arquivo inclui fundos, isto é, documentos unidos pela origem;
- _ **Quanto ao produtor:** o museu é provido pela actividade humana e pela natureza; a biblioteca é abastecida pela actividade humana individual ou colectiva; no arquivo é a máquina administrativa;
- _ **Quanto aos fins de produção:** os do museu são culturais, artísticos e funcionais; os da biblioteca são culturais, científicos, técnicos, artísticos e educativos; os do arquivo são administrativos, jurídicos, funcionais e legais;
- _ **Quanto ao objectivo:** ao museu compete informar e entreter; à biblioteca compete instruir e informar; o arquivo pretende provar e testemunhar;
- _ **Quanto à entrada de documentos:** no museu provêm da compra, doação, permuta de fontes múltiplas; na biblioteca ocorre a compra, doação, permuta de fontes múltiplas; no arquivo são incorporados pela passagem natural da fonte que os gerou;
- _ **Quanto ao processamento técnico:** no museu efectua-se o registo, a catalogação, os inventários e os catálogos; na biblioteca faz-se o registo, a classificação, a catalogação e os ficheiros; no arquivo realiza-se o registo, o arranjo, a descrição, os guias, os inventários, os catálogos, etc.
- _ **Quanto ao público:** o público do museu e da biblioteca são o grande público e pesquisador ao passo que no arquivo é o administrador e pesquisador (BELOTTO, 1991, p.33- 34)

Observa-se, ao longo desse estudo, que as instituições de memória diferem quanto ao tipo de documento que guardam e quanto aos procedimentos técnicos empregados para organizar e descrever seus acervos. O quadro a seguir foi baseado nas principais características dos centros de memória, identificadas nesta pesquisa, assim como nas principais características das instituições bibliotecas, arquivos e centro de documentação, referenciadas por Bellotto (2014, p. 29-47).

Quadro 3 - Características das Instituições de Memória

	BIBLIOTECA	ARQUIVO	MUSEU	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	CENTRO DE MEMÓRIA
Acervo e tipo de documentação	Os livros, as revistas ou os chamados “multimeios”. Coleção, documentos unidos pelo conteúdo.	Fundos, documentos unidos pela proveniência (origem)	Coleção, documentos unidos pelo conteúdo ou pela função.	Audiovisuais (reproduções) ou virtual, exemplar único ou múltiplo. Representa uma soma das instituições: biblioteca, arquivo e museus.	Documentos Representa uma soma das instituições: biblioteca, arquivo e museus.
Fins	Técnicos científico, artísticos, culturais e educativos.	Administrativos e jurídicos e a prazo históricos	Culturais, artísticos, científicos funcionais	Fins científicos	Fins administrativos, científicos, artísticos, culturais.
Documentação/ tipo de suporte	É impressa e múltipla. Exemplares multipolos. Documentos idênticos podem ser encontrados em várias bibliotecas	Manuscrito ou impresso, mas sua unicidade é que o define. Exemplar único	Objetos bi/tridimensionais, exemplar único.	Em geral reprodução, podendo ser única ou múltipla e Material áudio visual que pertence à biblioteca, arquivos e museus.	Impressos e cópias, manuscritos, objetos bi/tridimensionais, materiais de bibliotecas, arquivos e museus.
Como entra o Material	Compra, doação ou permuta	Pela passagem natural dentro do esquema das três idades: corrente, intermediário e permanente.	Compra, doação, permuta de fontes múltiplas. Legado, incorporação	Mista, sendo pela compra, doação, permuta ou como reconhecimento. É colecionador e referenciado por catálogos coletivos ou similares.	Mista, sendo por compra e doação.
Processo técnico da documentação	Tratamento peça a peça, totalizando uma grande coleção.	Dispensado a série, formando agrupamentos de diferentes fundos, diferenciando nas três idades.	Processamento técnico ICOM, objeto por objeto, visa identificação, codificação, decodificação das informações, classificação segundo thesaurus.	Tratamento misto, segundo o gênero de seu material.	Tratamento misto, segundo o gênero do seu acervo
Público	Grande público e pesquisador	Administrador e pesquisador	Grande público e pesquisador	Pesquisador	Pesquisador e estudante e grande público
Produtor	Atividade humana individual ou coletiva	A máquina administrativa	Atividade humana, a natureza	Atividade humana	Das três áreas: administrativa, atividade humana, coletiva e natureza.
Objetivo	Instruir e informar	Provar, testemunhar	Informar e entreter	Informar	Informar e instruir

Fonte: elaboração própria, com base em Bellotto (2014)

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa documental e exploratória, a qual envolve levantamento bibliográfico e estudo de caso. A parte teórica deste estudo foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Buscou-se construir, por meio de dessa pesquisa a definição dos conceitos: memória e memória social, instituições memórias, documento e informação para instituições memórias, e a definição de *centro de memória*, bem como das particularidades e sua missão e a relação com as bibliotecas, museus e arquivos. Para tanto, foram realizados fichamentos de livros, artigos, teses, periódicos, pesquisas internet e outros. Em relação à pesquisa bibliográfica, considera-se “aquela que se realiza a partir de registros disponível, decorrentes de pesquisas anteriores”... “e devidamente registrados” (SEVERINO, 2007, p.122).

A pesquisa documental foi realizada em fontes, tais como: pareceres, regimentos, contrato social, relatórios de atividades, atos normativos, *folders*, livros históricos e outros documentos referentes aos centros de memória da UFMG. Conforme afirma Gil (1999), a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Na parte prática desta pesquisa exploratória e qualitativa foi realizado um estudo de multicasos que, conforme Yin (2005), é um estudo onde são analisadas as informações de diferentes organizações e não apenas de uma, como ocorre no estudo de caso. A lógica do estudo de multicasos, segundo Yin (2005), é que ela não permite uma generalização dos resultados para toda a população, podendo produzir resultados similares ou mesmo resultados contrários. Assim, a parte prática da pesquisa conta com duas etapas, como descrito abaixo:

1ª Etapa – foi realizada uma pesquisa na internet para verificar se os CMs da UFMG possuem *sites* e quais informações disponibilizam para seus usuários na *Web*, foram realizados os seguintes procedimentos:

1. Busca e identificação dos *sites* dos CMs da UFMG, sendo o *Google* utilizado como mecanismos de busca;
2. Identificação nos *sites* das seguintes informações: o objetivo geral e objetivos específicos do CM; tempo de existência; conteúdo: dados gerais a respeito do acervo; organização institucional: estrutura e hierarquia funcional, setores, vínculo hierárquico com a unidade e instrumentos de pesquisa e formas de acesso dos usuários;

3. Com o objetivo de identificar mais elementos de compreensão da estrutura e do *modus operandi* desses 11 centros de memória da UFMG, buscou-se também pesquisar em outras unidades de informação (*folders*, revistas, jornais etc.);

4. Análise preliminar dos dados coletados, visando à compreensão da estrutura atual dos CMs da UFMG (vide capítulo 4).

2ª Etapa: Foram utilizadas a pesquisa documental e a técnica de entrevista semiestruturada, sendo esta última muito frequente quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema e possibilitando a intervenção para que os objetivos fossem alcançados (MINAYO, 1993), nas seguintes ações:

1 - Visitas aos CMs da UFMG para identificar: o contexto de criação e a estrutura organizacional de cada CM (criação, missão, funções, objetivos, estrutura, vinculação hierárquica, evolução político administrativa, atividades, rotina); os tipos de acervos e os procedimentos técnicos utilizados em cada centro, os profissionais que atuam; quem são seus usuários e como disponibilizam os documentos para consulta; e, por fim, as políticas de informação da UFMG que norteiam os CMs. Nas entrevistas semiestruturadas, o roteiro levou em conta: o planejamento dos CMs, busca de recursos (origem do orçamento e formas de financiamentos), levantamento de arquivos (identificação os fundos, sub fundos, series e outros que formam o acervo), resgate de registros de lembranças (mapeamento dos acervos não orgânicos, coleções de entrevistas, coleções de vídeos com professores e demais coleções), objetos tridimensionais e bibliotecas (levantamento dos inventários dos acervos museológicos e biblioteconômicos), e identificação dos objetivos gerais e específicos para os gestores.

2 - Foi realizada uma mensuração dos resultados, os quais foram organizados por quadros de estrutura organizacional I, II, III e IV, Comunicação e usuários e acervos. Por meio dos resultados foram criados esquemas que possibilitaram nortear as principais características estruturais dos CMs da UFMG. Finalmente, ocorreu a digitação e comparação dos dados coletados das entrevistas com os estudos bibliográficos, para a conclusão e recomendações da pesquisa.

4. CENTROS DE MEMÓRIA DA UFMG

Bicalho (2013) ressalta que no âmbito das universidades os centros de memória são espaços que têm sido cada vez mais comuns por serem organizações criadas para serem locais de preservação da memória e, portanto, referem-se “à memória de comunidades acadêmicas caracterizadas por suas áreas de conhecimento e atuação específica” (BICALHO, 2013, s/p). Como a UFMG abarca 11 (onze) CMs em suas unidades acadêmicas, além de outros espaços de memória, faz-se necessário conhecer um pouco do perfil da instituição para identificar as políticas de informação que norteiam esses espaços, enquanto unidades de informação e de preservação da memória institucional acadêmica.

A UFMG surgiu da união das seguintes Escolas Superiores isoladas de Minas Gerais que já existiam em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito (criada em 1882 em Ouro Preto e transferida para a atual capital em 1898), a Escola Livre de Odontologia e Farmácia (1907), a Faculdade de Medicina (1911) e a Escola de Engenharia (1911). Essas escolas superiores compunham a então Universidade de Minas Gerais – UMG, que entre 1927 e 1949 consistiu em uma instituição privada e subsidiada pelo Estado. (CORREIA e GUSMÃO, 1997).

A UMG foi federalizada em 1949, mas somente em 1965 adotou o nome de Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, incorporando uma vasta extensão de terra na região da Pampulha, onde hoje é localizado o seu *campus* principal. Na época da federalização já estavam integradas as seguintes outras faculdades: a Escola de Arquitetura e as faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Depois, como parte de sua expansão e diversificação, a Universidade incorporou e criou novas unidades e cursos. Surgiram então, sucessivamente, a Escola de Enfermagem (1950), a Escola de Veterinária (1961), o Conservatório Mineiro de Música (1962) e as escolas de Biblioteconomia (1962), Belas-Artes (1963) e Educação Física (1969). Apesar de federalizada desde 1949, o campus Pampulha só começou a ser efetivamente ocupado pela comunidade universitária nos anos 1960, com o início da construção dos prédios que abrigam a maioria das unidades acadêmicas de hoje (CORREIA e GUSMÃO, 1997).

A história da UFMG é marcada pela busca contínua de padrões crescentes de excelência e de relevância no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo apontada pelos

sistemas de avaliação do ensino superior no Brasil como uma das melhores universidades do País, além de estar inserida no cenário universitário internacional e exibir índices significativos nos mais diversos indicadores acadêmicos (CORREIA e GUSMÃO, 1997).

Abaixo, apresenta-se a instituição UFMG, caracterizando em números seu perfil em relação ao território, população universitária, ensino e graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Tabela 1- – Território da UFMG em 2014

Área total	8.769.690m ²
Área construída	639.777m ²
Campi universitários	03
Unidades Acadêmicas	20
Unidades Especiais	03

Fonte: Site UFMG, 2014

Tabela 2 - População Universitária da UFMG em 2014

Alunos de Graduação	32.196
Alunos de pós-graduação	14.428
Educação básica e profissionalizante	1.694
Total de Alunos UFMG	48.318

Fonte: Site UFMG, 2014

Tabela 3 - Ensino de Graduação UFMG em 2014

Cursos Presenciais	75
Bacharelado	57
Licenciatura	03
Bacharelado e Licenciatura	14
Curso superior de tecnologia	01
Total de Alunos	32.196

Fonte: Site UFMG, 2014

Tabela 4 - Ensino de Pós-Graduação UFMG em 2014

<i>Stricto Sensu</i>	Cursos	Alunos
Cursos de Doutora	63	4.428
Cursos de Mestrado	77	4.099
<i>Lato Sensu</i> - Especialização	68	5.901

Fonte: Site UFMG, 2014

Tabela 5 - Pesquisa e Publicações na UFMG em 2014

Grupos de Pesquisa	854
Publicações científicas:	
ISI – <i>WEB of Science</i>	2.557
Base <i>Scopus</i>	3.134

Fonte: Site UFMG, 2014

Tabela 6 - Extensão na UFMG - 2014

Programas	166
Projetos	890
Cursos	228

Fonte: Site UFMG, 2014

Em relação às políticas de informação no âmbito das universidades públicas brasileiras, a UFMG teve uma iniciativa pioneira ao implementar uma Coordenadoria de Políticas de Inclusão Informacional - CPINFO, que tem como desafio de estabelecer um modelo de atuação voltado para a promoção de uma política de inclusão informacional.

E tomando como referência a autonomia esclarecida dos sujeitos, a CPINFO vem investindo em formação humana, publicações e geração de produtos e serviços multimodais de informação e conhecimento. (RELATÓRIO DE GESTÃO PROEX, 2014).

A CPINFO é, portanto, um órgão vinculado à Pró- Reitoria de Extensão da UFMG, e tem como objetivo identificar, sistematizar, organizar, produzir e disseminar informações e conhecimentos de interesse público na interação Universidade-Sociedade em sua ação, busca estabelecer um diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

A perspectiva transdisciplinar no desenvolvimento de projetos e ações tem orientado o trabalho da CPINFO, bem como uma concepção de democratização da informação é realizada por meio não somente da disseminação e da promoção do acesso, mas também pela identificação de outros que produzem conhecimento no âmbito da universidade.

A coordenadoria, ao tomar como referência o uso de tecnologias sociais, investiu grandemente na geração de produtos e serviços informacionais, que contribuíram para a criação do Colaboratório Digital da UFMG. Este Colaboratório é um

espaço de experiências colaborativas em rede, voltado não só para atividades desenvolvidas no contexto acadêmico, mas também para a promoção dos saberes populares como o propósito de ampliar a memória social brasileira, a partir das histórias de vidas e da perspectiva dos cidadãos. (RELATORIO DE GESTÃO PROEX, 2014).

Para o acesso à informação, a CPINFO adota tecnologias de informação e comunicação, em rede, como uma dimensão instrumental importante, mas não exclusiva, na condução dos projetos, produtos e serviços; e assim organiza-se em torno dos seguintes objetivos:

Monitorar ações nacionais e internacionais relacionadas a boas práticas de expansão da cultura informacional, no âmbito da sociedade da informação, com o objetivo de reunir um corpo de conhecimentos através de pesquisas, análises e recomendações;
Proporcionar educação pública e a formação de recursos humanos intra e extramuros acerca do uso de tecnologias da informação e comunicação nas diversas esferas da vida, visando ampliar as possibilidades da participação cidadã na sociedade da informação e do conhecimento;
Promover o diálogo e a compreensão das questões sócio-econômicas e de acesso a informação, os problemas éticos e as normas e avaliação de necessidades especiais e

as implicações sociais da integração generalizada da tecnologia na sociedade visando potencializar os esforços em nível nacional;
 Conceber, organizar e disseminar coleções e dispositivos informacionais de interesse público, produzidos nas atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária;
 Fomentar o desenvolvimento de projetos comunitários e a formação de redes de conhecimento;
 Sistematizar e modelar de indicadores socioculturais no contexto da sociedade da informação que apoiem as ações da UFMG;
 Analisar e fomentar as redes sociais de parceria explícitas e latentes na interface Universidade- Sociedade. (SITE: CPINFO/ UFMG, 2015).

As atividades da CPINFO foram marcadas por grandes desafios, e principalmente o desafio de criar um setor que pudesse estabelecer a articulação entre universidade e sociedade, tendo por base uma política informacional. Desse modo, buscou-se em outras universidades internacionais e organizações não governamentais um conceito para construção da coordenadoria. Após a definição do conceito, a CPINFO realizou parcerias internas e externas ao ambiente acadêmico que nortearam um conjunto de ações da coordenadoria. (RELATÓRIO DE GESTÃO PROEX, 2010-2014).

A construção do *website* da CPINFO foi concluída em 2010, e o *site* foi estruturado para dar visibilidade às ações da coordenadoria, seus objetivos e metas, além de disponibilizar informações em inglês e espanhol para ter um público mais amplo. As áreas de atuação da CPINFO são: acesso público à informação, cultura informacional, inclusão informacional e digital, *Open Archives*, pesquisa social em ambientes digitais e popularização da ciência. Para acesso dos usuários em rede social, o *site* direciona os usuários para sua página no Twitter. (RELATÓRIO GESTÃO PROEX, 2014; SITE CPINFO, 2015).

As ações da CPINFO contaram com parcerias de outros órgãos da UFMG, bem como programas de Extensão da UFMG, com o apoio de várias instituições de fomento. E foram elaboradas três ações diretas na CPINFO:

- ✓ **Formação**
 - Formação de líderes Informacionais Comunitários,
 - Curso de aperfeiçoamento em Gestão de Unidade Públicas de Informação,
 - Avaliação e elaboração de projetos culturais,
- ✓ **Comunicação e Informação**
 - UFMG Tube,
 - Observatório da Sociedade e da Informação,
- ✓ **Memória Institucional**
 - Repositório institucional,
 - Dicionário Biográfico da UFMG. (CPINFO UFMG, 2015)

Na **Formação**, a CPINFO ofereceu interações com a comunidade interna e externa à universidade mediante a oferta de cursos e eventos de extensão, que resultaram num laboratório de práticas transdisciplinares. A equipe é formada por alunos de graduação,

servidores técnicos administrativos e docentes da UFMG. Foram realizados *workshops* diversos, oficinas de atividades culturais. Na referida seção, no *site* da CPINFO, são apresentados textos que tomam a informação como um fenômeno social imprescindível à conscientização e à defesa dos direitos humanos.

Na **Comunicação e Informação**, as ações tiveram um enfoque especial nas questões colaborativas que emergem nos contextos das redes de conhecimento, com destaque para as publicações: cultura informacional e liderança comunitária, educação científica e cidadania, coleção saberes, além da versão tradicional, algumas publicações contam com versão em *e-book* e CDROM.

O Portal Colaboratório Digital da UFMG é um espaço dotado de produtos e serviços dedicados à colaboração acadêmica, que estimula o compartilhamento de informações e conhecimento em parceria com o Sistema de Bibliotecas da UFMG, LCC, Cedecom. No colaboratório os usuários acompanham os serviços: UFMG Tube, AgendaIN, Museu Virtual – Saberes Plurais e o Repositório Digital.

O Repositório Digital da UFMG é um dispositivo de armazenamento e disseminação de documentos digitais multimodais, produzidos das atividades de pesquisa e extensão da instituição. Baseado em tecnologia de acesso livre tem meta de ampliar a visibilidade da produção científica institucional. Cumpre ressaltar que a publicação da Revista Interfaces de extensão da UFMG foi retomada, com a inserção da revista em indexadores como o Latindex e o DOAJ, visando à recuperação da revista em bases de dados internacionais. A CPINFO é responsável pela versão online da revista e por toda sua produção (SITE CPINFO, 2014).

Ação **Memória Institucional e os Saberes Populares** é o último eixo de ações da CPINFO, que conta com dois projetos desenvolvidos, sendo eles: o canal *UFMGTube* e o Museu Virtual Saberes Plurais. Em relação à criação do canal, “o canal está em consonância com a ideia de promoção do acesso público à informação, pois permite a universidade veicular material audiovisual de acesso gratuito”. (RELATÓRIO PROEX, 2010-2014, p.156).

Desse modo, a *UFMGTube* objetiva ampliar o acesso e a visibilidade da produção acadêmica, fomentar o debate científico entre os membros da comunidade UFMG e a sociedade e ampliar visibilidade e a capilaridade das ações na Universidade buscando, por intermédio do canal, estabelecer um modelo dinâmico e direto de comunicação entre a sociedade civil, os estudantes, os pesquisadores e os gestores das instituições públicas de pesquisa e divulgação científica. Para a CPINFO,

ao desenvolver uma política de inclusão informacional para universidade, espera-se contribuir para ampliação da cidadania e dos direitos sociais estabelecendo um diálogo pertinente e contínuo com as questões que se apresentam contemporaneamente. (RELATÓRIO DE GESTÃO PROEX, 2014, p.166).

No *WebSite* da CPINFO são apresentadas as ações dessa política informacional de forma resumida, dando um norteio dos aspectos teóricos e práticos da interface cultura informacional e dispositivos tecnológicos contemporâneos. Também se problematizam os desafios de torná-los viáveis no cotidiano das práticas comunitárias.

No tocante à elaboração e gestão de projetos apresentam-se os princípios que orientam os projetos sociais, culturais e educativos do ponto de vista da gestão participativa das organizações comunitárias. Também em relação ao canal UFMGTube, ocorre uma postagem colaborativa de vídeos dedicados à divulgação da produção científica desenvolvida por professores, pesquisadores e alunos vinculados a UFMG.

O projeto integra o esforço institucional de preservação, edição e publicação de acervos audiovisuais culturais e científicos. No que se refere às políticas de informação no âmbito da UFMG, para o PROEX,

os projetos e ações implementadas pela CPINFO, ao longo da gestão 2010-2013, tiveram como principal preocupação o estabelecimento de uma política informacional para a UFMG, a partir de iniciativas que pudessem ser reproduzidas e apropriadas pela comunidade acadêmica. (RELATÓRIO DE GESTÃO PROEX, 2014, p.166).

É possível perceber que a UFMG tem como pressupostos das atividades de extensão a existência de uma política de informação, tanto internamente quanto externa. Cabe identificar em que medida os centros de memória vinculam-se a essa perspectiva. Conforme tabela 7 a seguir, a UFMG é composta de 20 (vinte) Unidades Acadêmicas, e dessas, somente 11 (onze) possuem um centro de memória ou centro de documentação e memória, que em sua maioria são vinculados à própria unidade acadêmica, com exceção do centro de memória da Escola de Engenharia, que é vinculado a Associação de ex-alunos da Engenharia.

Destaca-se também a Coleção Memória Intelectual que está inserida em acervos especiais, vinculada à Biblioteca Central, mas não foi contemplada nesta pesquisa, cujo foco está nos centros de memória das unidades acadêmicas.

Tabela 7 - Unidades Acadêmicas da UFMG

UNIDADES ACADEMICAS DA UFMG	POSSUI CM
1. Escola de Arquitetura	Não
2. Escola de Belas-Artes	Não
3. Escola de Ciência da Informação	Não
4. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	Sim
5. Escola de Enfermagem	Sim
6. Escola de Engenharia	Sim
7. Escola de Música	Não
8. Escola de Veterinária	Sim
9. Faculdade de Ciências Econômicas - FACE	Sim
10. Faculdade de Direito	Sim
11. Faculdade de Educação - FAE	Sim
12. Faculdade de Farmácia	Sim
13. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -FAFICH	Não
14. Faculdade de Letras - FALE	Sim
15. Faculdade de Medicina	Sim
16. Faculdade de Odontologia	Sim
17. Instituto de Ciências Agrárias (ICA)	Não
18. Instituto de Ciências Biológicas – ICB	Não
19. Instituto de Ciências Exatas – ICEX	Não
20. Instituto de Geociências - IGC	Não

Fonte: Site UFMG,2014.

Em 2001 a UFMG, no intuito de preservar seus acervos e manter viva a memória de seu percurso no tempo criou a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura - RMECC, que agregou o conjunto das suas instituições dedicadas a esta área. Com a criação dessa rede, buscou-se somar esforços, otimizar recursos, encontrar soluções para problemas comuns, definir estratégias, planejar ações conjuntas, ampliar o intercâmbio com o público e agir de forma solidária, preservando a identidade, as características e a missão de cada espaço que a compõe (UFMG, 2014). De acordo como Fonseca (2011, s/p.) a “formação da rede não teve por objetivo centralizar as ações e nem limitar a atuação dos espaços”; assim, os objetivos da RMECC são:

- Propor, debater e refletir sobre diretrizes políticas norteadoras dos museus e espaços de ciência e cultura da Universidade, em consonância com a missão da UFMG e com as políticas nacionais para os museus;
- Integrar os Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, promovendo ações conjuntas, na aproximação Educação, Ciência e Arte;
- Promover a capacitação/atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e outros profissionais que atuam nos diferentes espaços integrantes da Rede, por meio de cursos, seminários, visitas técnicas a outros espaços;
- Ampliar quantitativa e qualitativamente o atendimento ao público visitante dos Espaços da Rede;
- Continuar divulgando a missão, as ações e as potencialidades da Rede entre instituições congêneres, universidades e instituições de ensino e pesquisa locais,

regionais, nacionais e estrangeiras, visando promover o intercâmbio e estabelecer parcerias;

– Apoiar e fomentar o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os Espaços integrantes da Rede e entre estes e as comunidades interna e externa à UFMG;

– Definir por políticas de gerenciamento, de conservação preventiva e estratégias de uso e acesso às coleções, mantendo cadastros atualizados de acervos, visitantes, eventos e atividades dos membros da Rede. (SITE UFMG, 2014).

A RMECC da UFMG está inserida em um contexto nacional mais amplo, participando do Sistema Brasileiro de Museus e do Fórum Nacional de Museus Universitários. Ao longo de sua existência têm sido desenvolvidas inúmeras atividades e cumpridas muitas metas importantes que contribuíram para sua consolidação, enquanto espaço de integração de conhecimento, aberto a novas conexões. Dentre essas atividades, destacam-se a promoção e a participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, apresentando resultados de trabalhos, expondo e divulgando o acervo de seus espaços, fazendo parte de mesas redondas em encontros, seminários, congressos, divulgando a instituição e a própria RMECC. (SITE RMECC, 2014).

Em relação às metas atingidas pela RMECC da UFMG, as mais importantes referem-se à ampliação do público atendido por cada um dos seus espaços, contabilizando no total cerca de 180 mil visitantes/ano, assim como o desenvolvimento de projetos de divulgação dos espaços integrantes e a participação rotineiramente em editais abertos por agências de fomento às atividades museais e de museografia. Cabe ainda destacar que os trabalhos de extensão e de pesquisa propiciam a expansão das suas atividades.

Atualmente, os espaços contam com dezenas de professores pesquisadores associado - internos e externos à UFMG – e neles colaboram inúmeros alunos de pós-graduação (mestrandos e doutorandos). Em vários desses espaços são ministrados seminários, palestras, conferências e cursos, como o de formação de mediadores/monitores, e muitos deles passaram a sediar novas disciplinas de graduação. Os diversos espaços da RMECC também cresceram individualmente, melhorando sua infraestrutura, assim como gerando e administrando recursos significativos e ampliando as pesquisas em desenvolvimento. No conjunto, os espaços captaram e administraram recursos, advindos de órgãos de fomento, por meio de editais e/ou de projetos específicos, que permitiram a ampliação e melhoria do atendimento ao público, além do atendimento a públicos especiais.

A RMECC é formada por dezesseis espaços, que são: os museus de Ciências Morfológicas, de História Natural e Jardim Botânico, Espaço Tim-UFMG do Conhecimento, Casa Padre Toledo e o da Escola de Arquitetura e Urbanismo; os centros de memória da

Faculdade de Medicina, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Veterinária, da Escola de Enfermagem, da Escola de Engenharia, da Escola de Farmácia e da Escola de Educação Física; os centros de referência em Cartografia Histórica e o de Patrimônio Geológico; a Estação Ecológica; e o Centro Cultural e o seu Museu Vivo-Memória Gráfica (RMECC, 2014).

Fonseca (2011, s/p) destaca que “os espaços que integram a RMECC trabalham de forma comum a construção e o resgate da memória de práticas, da formação de profissionais, de políticas e da instituição, agregando também a divulgação científica” e conforme relatado anteriormente, foram identificadas 11(onze) unidades acadêmicas que possuem espaços dedicados à memória, assim definidos como “centros de memória e ou centros de memória e documentação”, dos quais 7 (sete) fazem parte da RMECC.

Como apontado anteriormente na metodologia, inicialmente foi realizada uma pesquisa na internet para verificar se os referidos centros de memória possuem *sites* e quais as informações são disponíveis para o usuário na *Web*. Para tanto, o *google* foi utilizado como mecanismo de busca e, ao final da pesquisa, os resultados obtidos foram que dos 11 centros de memória da UFMG, apenas quatro são mencionados nos *sites das* unidades acadêmicas ao qual são vinculados: CEMEMOR – Faculdade de Medicina; CEMENF – Escola de Enfermagem; Centro de Memória da Odontologia – Faculdade de Odontologia; e o CEMEF da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, este possui *site* próprio⁹. Cumpre destacar que o CEMEFAR da Faculdade de Farmácia é divulgado na internet em rede social, por meio de sua página no *facebook*.

Com o objetivo de identificar mais elementos de compreensão da estrutura e do *modus operandi* desses 11 (onze) CMs UFMG, buscou-se também pesquisar em outras unidades de informação: *folders*, jornais, boletins entre outros, cujos resultados serão descritos a seguir, por centros de memória, seguindo a ordem de criação, conforme Quadro 1.

⁹ *Links*, respectivamente: CEMEMOR - www.medicina.ufmg/cememor; CEMEF - www.cemenf.eeffto.ufmg.br; CEMENF - www.enf.ufmg.br/centrodememoria; Centro de Memória da Odontologia - <http://www.odonto.ufmg.br/index.php/centro-de-memoria/registros-historicos>.

4.1 Centro de Memória da Medicina/CEMEMOR

CEMEMOR é o centro de memória da Faculdade de Medicina da UFMG, criado em 1977, porém formalizado como instituição apenas em 1979, com o advento da Resolução 02/79, do Conselho Departamental da Faculdade de Medicina, de 12 de junho de 1979. Trata-se, em razão disso, do mais antigo centro de memória da UFMG, com 35 anos de existência.

De acordo com os termos da referida resolução, o CEMEMOR foi instituído inicialmente como um museu histórico, composto por salas com temas direcionados, galeria de Medicina e arte, um laboratório de imagem e som, devendo, ainda preservar e construir uma memória tecnológica. Adicionalmente, a resolução previu a organização do CEMEMOR por meio de um colegiado, o qual deveria ser composto por pessoas que tenham contribuído para o estabelecimento ou desenvolvimento do centro, serem filiadas ao mesmo e frequentadoras das reuniões semanais.

A criação do CEMEMOR teve como condicionante principal a instituição da disciplina optativa História da Medicina, pois diante da impossibilidade curricular de ministração de matérias teóricas, a criação do centro foi o meio encontrado para interagir os estudantes com a própria memória da Medicina. A disciplina é oferecida a cada semestre, desde 1978, como optativa, aberta a estudantes, docentes, funcionários e demais interessados (HUGO, 2010, p.11).

O principal idealizador do CEMEMOR foi o professor João Amilcar Salgado, que sempre se destacou pelo estudo da história da Medicina e da memória de figuras e instituições médicas do estado de Minas Gerais. E conforme Hugo (2010, p.11) “os esforços de João Amilcar Salgado proporcionaram a formação de grande parte do acervo existente” no centro.

O CEMEMOR é vinculado à diretoria da Faculdade de Medicina da UFMG, e ocupa uma área considerada nobre no saguão da entrada da Faculdade, distribuído em um conjunto de 8 salas, denominadas: salas Borges da Cosa, Clóvis Salgado, Ezequiel Dias, Guimarães Rosa, Baeta Viana, Samuel Libâneo, Adelmo Lodi, e Biblioteca Prof. Oswaldo Costa.

O objetivo geral do CEMEMOR é preservar e divulgar a memória da medicina mineira e de seu patrimônio histórico, além da história da medicina brasileira e mundial. Seu

acervo é composto por Instrumentos médicos, móveis, livros, objetos pessoais, fotos, obras raras, painéis, telas, gravuras, depoimentos e outros documentos relativos à história da saúde, documentos de instituições hospitalares e da história administrativa da Faculdade de Medicina da UFMG. De acordo com Hugo (2010, p. 13) o acervo do CEMEMOR, pela variedade possui características ao mesmo tempo de:

Museu (objetos tridimensionais tais como: instrumentos médico-cirúrgico, móveis, peças de vestuários, quadros, esculturas etc.); **Biblioteca** (livros, teses, folhetos, periódicos, separatas); **Arquivo** (documentos diversos, fotografias e convites de formatura de ex-alunos, fotos históricas, correspondências e etc.). (HUGO, 2010, p.13).

Portanto, o CEMEMOR abriga um acervo bibliográfico com obras de todas as áreas das ciências médicas, e, com destaque, para algumas obras raras como: Erário Mineral de Luiz Gomes Ferreyra (1735) e Aforismo de Hipócrates de Jansssonio (1685), prontuários médicos de escravos do século XIX; entre outras obras e documentos. O arquivo conta um vasto registro documental da vida da Faculdade de Medicina, sendo sua história relatada por meio de atas, livros de registros de diplomas, fotografias de turmas, manuscritos, teses, livros de cadáveres das faculdades, livros de Tiro de Guerra, entre outros. O acervo tridimensional contém diversos instrumentos médicos-cirúrgicos, equipamentos hospitalares, medicamentos, vasilhames e outros que podem ser vistos nas vitrines da galeria de exposição (*FOLDER CEMEMOR*, 2014).

Em relação à organização do acervo do CEMEMOR, Hugo (2011) destaca que,

A organização do acervo histórico do CEMEMOR, por meio do tratamento técnico é constituído pela descrição física, do conteúdo e registro do patrimônio utilizando sistemas de bases de dados a serem definidos posteriormente, constituir-se-à em mais uma fonte de informação, sendo imprescindível para: a visibilidade global do acervo existente no centro, a disponibilização das informações do acervo total na Web para acesso amplo e irrestrito, a pesquisa histórica e comparativa do desenvolvimento das ciências médicas registradas no acervo bibliográfico. (HUGO, 2011, p.16)

Um fato interessante, é que na Resolução 02/79 não estabelecia a criação de uma biblioteca e nem um arquivo no CEMEMOR, porém essas coleções - pela raridade de seus exemplares ou pela importância de seus doadores - tornaram-se os maiores atrativos do centro (HUGO, 2010). A página referente ao CEMEMOR, no *site* da Faculdade de Medicina, também disponibiliza aos usuários informações referentes ao *e-mail* para contato, endereço e telefone. O usuário também pode acessar a biblioteca e o museu virtual, onde são disponibilizados alguns artigos publicados e fotos de peças exposta no centro.

Além das dependências da biblioteca, recepção, sala de tratamento do acervo, reserva técnica e sala de reuniões, o CEMEMOR conta, ainda, com duas galerias de exposição permanente; uma galeria de exposição periódica e ‘o Corredor da Memória’, cujas imagens do acervo do centro são expostas em cinco telões instalados no corredor interno da instituição, local onde circulam mais de mil pessoas diariamente.

Figura 2 - Foto: Exposição de Documentos Arquivísticos do CEMEMOR UFMG



Fonte: acervo da própria autora, 2014.

O CEMEMOR é aberto à visitação pública diariamente, inclusive de turistas, sendo muito procurado por estudantes de primeiro e segundo graus. Esse centro de memória realiza importante intercâmbio com museus e, dentre outras atividades, ministra o curso de História da Medicina, que funciona ininterruptamente, a cada semestre, desde 1978. Cabe ainda sublinhar que o curso conta com número elevado de matrículas, pois o mesmo é aberto a estudantes de qualquer área, aos docentes, funcionários e quaisquer interessados .

4.2 Centro de Memória da Engenharia

O Centro de Memória da Engenharia foi criado em 1993 e é vinculado à Escola de Engenharia da UFMG, sendo gerido pela Associação de Ex-Alunos de Engenharia da UFMG – AEAEEUFMG, pois a criação do centro foi uma iniciativa da Associação de ex-alunos da Escola de Engenharia, com objetivo primordial de recuperar, reunir e manter o acervo técnico-científico e cultural da Escola de Engenharia da UFMG, de seus funcionários e ex-alunos, preservando a memória da instituição em seu contexto histórico.

Conforme indica Carneiro (2013), o objetivo da AEAEEUFMG, com a criação do Centro de Memória da Engenharia, foi, primeiramente, a preservação da memória da Escola de Engenharia e de todos aqueles que fizeram parte da sua história, a saber: alunos, professores e funcionários. O Centro foi estabelecido também para ser um espaço para realização de debates, pesquisas, conferências, palestras acerca da engenharia.

O centro conta atualmente com 22 anos de existência e localiza-se na Rua da Bahia, 52, em um prédio tombado pelo patrimônio cultural do município e Patrimônio Nacional. Teve como idealizadores ex-alunos e professores da instituição, tendo como objetivo geral a preservação da história institucional e profissional da engenharia.

O seu acervo é composto de teodolitos, balanças analíticas, régua de cálculo, calculadoras manuais e elétricas, coleções de telefones, computadores, amperímetros, wattímetros, oscilógrafos, galvanômetros, trânsitos e níveis, fotografias e um acervo bibliográfico, que inclui obras raríssimas (CARNEIRO, 2013).

A origem do acervo é proveniente dos diversos departamentos da Escola de Engenharia da UFMG, e de doações de ex-professores e profissionais da área. “O acervo conta com 200 objetos da área de eletrônica e eletrotécnica, doado pelo professor Hugo Sepúlveda, além do fonógrafo de Edson, o primeiro aparelho de transmissão de som do mundo” (CARNEIRO, 2012, p.66).

As atividades do centro centralizam em torno do museu e da biblioteca, de forma que, na totalidade dos trabalhos desenvolvidos por essa instituição gira em torno desses dois espaços (CARNEIRO, 2013, p.60-61). A biblioteca com projeto aprovado pela Lei de cultura em 2012 conseguiu disponibilizar empréstimo de livros para ex-alunos da escola de Engenharia, sendo um diferencial ao emprestar livros ao ex-aluno. A organização das atividades do acervo do museu destaca-se que uma parte está devidamente separada,

catalogada e classificada, com fichas, assim como o acervo de fotos antigas da cidade de Belo Horizonte.

Figura 3 - Foto: Acervo de Obras Raras do Centro de Memória da Engenharia



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

Sobre a organização institucional do Centro de Memória da Escola de Engenharia não consta nenhuma informação no *site* da Escola de Engenharia, somente na página da RMECC disponibiliza o endereço e *e-mail* para seus usuários. Destaca-se que a forma de acesso é limitada ao agendamento prévio de visitas, porque o centro encontra-se em reforma e reestruturação.

4.3 Centro de memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer - CEMEF

O CEMEF é o centro de memória vinculado Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, criado em 2001, tendo como principal propósito o de “estabelecer-se como um lugar de recuperação, preservação, conservação e divulgação da memória da área da educação física, com uma atenção especial à história da própria instituição” e “também assegurar a divulgação destes documentos de memória, fazendo como que tais registros cheguem ao público pesquisador” (LINHALES; CUNHA; VIANA, 2007, p.1-2).

O centro tem 14 anos de existência e funciona em um prédio próprio construído ao lado da Escola de Educação Física, no campus Pampulha. Foi, por tempos, o único centro de memória da UFMG com *site* próprio, cujo endereço é www.cemef.eeffto.ufmg.br.

Conforme informações disponibilizadas, o objetivo geral do CEMEF é organizar e preservar um acervo, em diversos suportes, que retratam a história das instituições que representa, bem como da memória do esporte e do lazer. Seus objetivos específicos são:

- Recuperar, preservar e divulgar a memória do curso de Educação Física da UFMG;
- Acolher, preservar e divulgar documentos históricos relativos à memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer.
- Realizar e fomentar estudos e pesquisas em História da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
- Estimular estudos interdisciplinares, promovendo intercâmbios com centros congêneres nacionais e/ou internacionais;
- Fomentar diferentes formas de divulgação da produção científica em História da Educação Física, do Esporte e do Lazer;
- Organizar e promover eventos, mostras, cursos, exposições e outras iniciativas similares com vistas à socialização do conhecimento. (CEMEF, 2014, s/p.).

Seu acervo diversificado assume características de biblioteca, de museu e de arquivo, incluindo livros, revistas, jornais, filmes, fotografias, manuais, diários, manuscritos, anotações de aulas, artefatos esportivos, arquivos pessoais, dentre outros. Seu acervo diversificado assume características de biblioteca, de museu e de arquivo, incluindo livros, revistas, jornais, filmes, fotografias, manuais, diários, manuscritos, anotações de aulas, artefatos esportivos, arquivos pessoais, dentre outros. O acervo do CEMEF está em processo de organização, com o trabalho técnico e de pesquisa arquivística sendo realizado, e encontra-se estabelecidos: Fundos Institucionais, Coleção História Oral, Acervos Pessoais, Coleções de Objetos Tridimensionais e Biblioteca. Os instrumentos de pesquisa são:

- Fundos Institucionais - Índices
- Guias de Fontes - Arquivos Pessoais
- Guia de Fontes - Coleção Objetos Tridimensionais
- Periódicos da Biblioteca do CEMEF
- Acervo Iconográfico (em construção)
- Acervo audiovisual (em construção)

Figura 4 - Foto: Biblioteca CEMEF, 2014.



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

Para Linhales e Nascimento (2014), apesar do acervo de volume relativamente pequeno e com características híbridas, o CEMEF busca realizar o tratamento documental em permanente diálogo com os pressupostos conceituais e metodológicos em debate na arquivologia, biblioteconomia e museologia. Essa iniciativa procurou estabelecer relações entre história e memória, formando nexos entre a pesquisa histórica e a pesquisa arquivística, tão necessária ao processo de organização dos acervos, buscando estabelecer a política de acervos do CEMEF (LINHALES e NASCIMENTO, 2014, p.43).

No *site* do centro encontram-se ainda, informações sobre outras produções do CEMEF, disponibilizando nos seguintes catálogos: “Catálogo História do Corpo em Belo Horizonte; Guia de Fontes do CEMEF; CD VI Seminário do CEMEF; DVD Eu vou te contar uma história.” (CEMEF, 2013, s/p.). Em relação ao acesso ao acervo do CEMEF para pesquisas, os usuários encontram no *site* as normas de consulta, sendo as seguintes orientações:

1. O acesso ao acervo pode ser feito por consulta à *Base Pergamum* do Sistema de Bibliotecas da UFMG (www.bu.ufmg.br) e aos arquivos específicos existentes no próprio CEMEF.
2. No momento de consulta ao acervo será solicitado do pesquisador o preenchimento de “Formulário de Pesquisa”.
3. Para um melhor atendimento aos pesquisadores as consultas ao acervo devem ser agendadas previamente (mínimo de dois dias) no próprio CEMEF ou pelo telefone 3499-2387.
4. Para consultas coletivas relacionadas às disciplinas curriculares da EEFETO, solicitamos agendamento com um prazo mínimo de uma semana.

5. O acervo não está disponível para empréstimo domiciliar em nenhuma hipótese.
6. Nos momentos de consulta direta ao acervo será permitido o uso de papel e lápis.
7. Os documentos do CEMEF não estão disponíveis para fotocópias ou digitalização por scanner. São, no entanto, permitidas fotografias digitais sem uso de flash.
8. É responsabilidade do pesquisador um manuseio adequado dos documentos de modo a garantir a preservação dos mesmos.
9. Não será permitido fumar ou ingerir bebidas ou alimentos durante os momentos de consulta ao acervo.
10. Situações não previstas nestas normas serão resolvidas pela Coordenação do CEMEF. (SITE: CEMFEF. 2013).

O CEMEF é aberto ao público em geral e a todos os pesquisadores que nele queiram desenvolver consultas, estudos e projetos de pesquisa nas áreas que o caracterizam.

4.4 Centro de Memória da Escola de Enfermagem - CEMENF

O CEMENF – Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG foi criado em 22/02/2006 e é vinculado à Escola de Enfermagem da UFMG. O centro faz parte do organograma da Escola de Enfermagem como um órgão complementar. Seu endereço é Av. Professor Alfredo Balena 190, 1º e 5º andar, salas 108 e 500, no prédio da mesma unidade. O endereço do *site* para acesso é www.enf.ufmg.br. No *site* da Escola de Enfermagem encontra-se um *link* do CEMENF, que disponibiliza as seguintes informações sobre o centro: estrutura administrativa, regimento, catálogo de acervo, publicações, laboratórios de pesquisa e contato.

Conforme previsto em seu Regimento Interno, o CEMENF constitui-se em um “órgão de assessoramento da Diretoria Geral da Escola de Enfermagem, em assuntos referentes à memória e história da saúde, da enfermagem e da nutrição”. (Artigo 1º, Regimento Interno do CEMENF). A Organização institucional do CEMENF constitui-se de um órgão de assessoramento em assuntos referentes à memória e história da saúde, da enfermagem e da nutrição, à qual se encontra vinculado administrativamente.

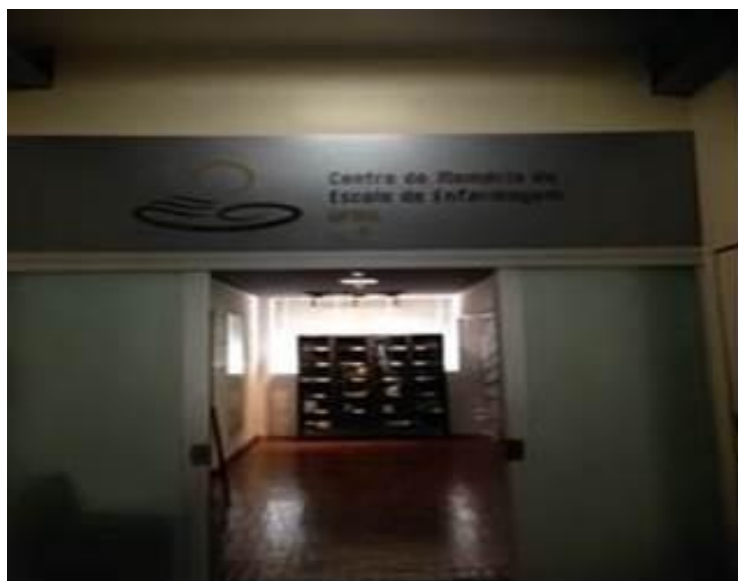
A estrutura do CEMENF compreende: Coordenação, Área Administrativa, Laboratório de História da Enfermagem, Laboratório de História e Educação em Saúde, Museu, Arquivo e Reserva Técnica, conforme Artigo 3º do Regimento Interno do centro. A captação de recursos financeiros decorre da realização de projetos realizados pelo CEMENF e o financiamento de recursos básicos é de responsabilidade da diretoria da Unidade conforme Artigo 12, Regimento Interno do CEMENF.

O CEMENF tem como objetivo geral a preservação da memória e da história institucional, bem como da história da saúde, da enfermagem e da nutrição, conta ainda com os seguintes objetivos específicos:

Preservar a memória e a história da Escola de Enfermagem da UFMG (EEUFMG)
Constituir e preservar acervos documentais da EEUFMG, cuidando de seu tratamento, da sua organização e conservação;
Constituir espaço de reflexão e produção de conhecimento no campo da história da saúde e da educação em saúde;
Desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória científica e tecnológica na área da saúde em Minas Gerais;
Promover e integrar estudos e pesquisas da história da educação em saúde, da enfermagem e da nutrição. (*SITE ESCOLA DE ENFERMAGEM UFMG/CEMENF*, 2014).

Ademais, tem como objetivo atuar como um instrumento apto à promoção da reflexão e da preservação da memória da instituição e do ofício no âmbito universitário de atuação educacional, cultural e científico, e de articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, estendendo, ainda mais, a interação entre a Escola de Enfermagem e a Sociedade (CEMENF, 2014).

Figura 5 - Foto: Entrada do CEMENF, 2014.



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

O acervo do CEMENF é composto de documentação escrita e oral, iconografia, equipamentos e instrumentos do trabalho da enfermagem. O centro conta com uma exposição permanente do acervo sobre a história da escola e da enfermagem e dois laboratórios: o Laboratório de História da Enfermagem e o Laboratório da História e Educação em Saúde (LHES), que desenvolvem atividades que integram ensino, pesquisa e extensão sobre história

e educação em saúde, preocupando-se em produzir materiais didáticos e desenvolver novas metodologias para ações educativas diversas.

O CEMENF encontra-se organizado em seis espaços: área de recepção do usuário; área de exposição permanente de quadros museográficos; área de consulta do usuário; área administrativa; área de armazenamento do acervo documental, iconográfico e oral do Acervo EECC – 1933 a 1968 e área do Acervo EEUFMG – de 1968 até os dias atuais (acervo iconográfico, equipamentos e arquivos intermediário e permanente) e área de reserva técnica.

Instrumentos de pesquisa informados no site da Escola de Enfermagem abordam documentação oral e escrita - Relação de diplomados do curso de graduação em Enfermagem e Acervo Oral AOEECC/NUPEQS, acervo Museógrafo - Mobiliário, vestuário, utensílios e equipamentos.

O Acervo Iconográfico contém fotos e a produção acadêmica sobre a história da Escola de Enfermagem que se encontra dividida entre os dois laboratórios de pesquisa: Publicações do Laboratório de História e Educação em Saúde (LHES) e Publicações do Laboratório de História da Enfermagem.

4.5 Centro de Memória da Veterinária

O Centro de Memória da Veterinária foi criado em 2006, é vinculado à Escola de Veterinária da UFMG, e funciona desde então no prédio da mesma unidade acadêmica, localizada no *campus* Pampulha. O centro é destacando-o como um órgão ligado diretamente a diretoria.

O Centro de Memória da Veterinária da EV-UFMG, como um lugar de memória é, portanto, espaço de estudo e de pesquisa, de monumentalização da memória e de comemoração de eventos. (...) Co-memorar é memorizar em coletivo. (*Site*: Escola Veterinária, *link*: Projeto de Extensão, 2012, s/p.).

Conforme *folders* o objetivo geral do centro está direcionado à preservação da memória, atuando como um espaço de promoção de pesquisa história, contendo as seguintes fontes de estudo: “arquivo histórico; espaço museológico; lugar de memória das atividades profissionais de veterinários e do ensino; Pesquisa e extensão da Escola de Veterinária da UFMG” (FOLDER CENTRO MEMÓRIA VETERINÁRIA, 2012).

O acervo que compõe o centro é constituído de documentos, fotos, telas, mapas, objetos, livros e materiais didáticos que foram utilizados no passado, além de equipamentos utilizados no exercício do ofício e na ministração das aulas.

O espaço do centro de memória abriga arquivo histórico, laboratório de pesquisa e um museu para acervo permanente e exposições temáticas temporárias. Vale destacar que o Centro tem promovido atividades de exposições diversas com duração determinada, tanto na Escola de Veterinária quanto em seu Arquivo Histórico.

Sobre a organização institucional, instrumentos de pesquisa e formas de acesso ao centro não constam informações detalhadas nos *sites* pesquisados, somente o endereço, *e-mail* e telefone disponibilizados na página da rede museus.

Figura 6 - Foto: Galeria de exposição museológica do Centro de Memória da Veterinária



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

4.6 Centro de Memória da Faculdade de Direito /CEMEFADI

O CEMEFADI é o Centro de Memória da Faculdade de Direito, e foi criado em 25 de outubro de 2006, vinculado á Faculdade de Direito da UFMG. O centro funciona no mesmo prédio da unidade e conforme UFMG(2014) o seu acervo é constituído de documentação específica da Faculdade de Direito, Memorial Afonso Pena e o Memorial Orlando de Carvalho.

A criação do centro se justifica pela necessidade de organizar, preservar e abrir ao acesso público o acervo que a Faculdade abriga. Nos *sites* pesquisados não constam objetivo

geral e objetivos específicos do CEMEFADI. É possível verificar no *site* da UFMG, no *link* de notícias, o interesse do CEMEFADI na preservação da memória e trajetória de alunos renomados, que se destacaram na sociedade brasileira no âmbito político e administrativo e demais setores da atividade pública. O *site* da Faculdade de Direito não inclui informações sobre a estrutura organizacional e administrativa do referido centro, e não há nenhum *link* para direcionar ao mesmo.

O CEMEFADI integra a RMECC e reúne obras históricas e de artes da unidade acadêmica e os memoriais de: Afonso Pena e Orlando de Carvalho. Nos *sites* pesquisados não consta informação sobre quais instrumentos de pesquisas e formas de acesso para o usuário. E conforme informação da Faculdade de Direito, o CEMEFADI encontra-se fechado por falta de funcionários.

4.7 Centro de Memória da Odontologia

O Centro de Memória da Odontologia foi criado em 2007 e é vinculado à Faculdade de Odontologia da UFMG, funcionando nesses sete anos no mesmo prédio da unidade, no campus UFMG. No *site* da unidade consta um *link* para o centro de memória com as seguintes informações: história da unidade, contato, registros históricos e exposição. Tendo como objetivo geral o de atuar na educação, na difusão da ciência e tecnologia e de desenvolvimento de pesquisas.

Conforme *folder relacionado à criação do centro*, é possível verificar a trajetória desde sua criação, quando a Faculdade de Odontologia, ao completar cem anos de história, monumentalizou essa passagem temporal criando o seu centro de Memória, como espaço museológico, que se norteia pela definição de museu do IPHAN "os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e instituições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas", ciente de que isso se dá pela produção contínua do conhecimento (FOLDERS CENTRO MEMÓRIA DA ODONTOLOGIA, 2014).

Com a proposta de atuar como laboratório de pesquisa histórica e social, espaço de organização arquivística de acervos documentais e memorialísticos e, principalmente, como espaço museológico destinado à preservação dessa memória no âmbito das atividades de ensino, de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão comunitária e educacional.

Figura 7 - Foto: Espaço de exposição permanente do Centro de Memória da Odontologia da UFMG



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

Dentre as ações e objetivos estabelecidos pelo centro de memória da odontologia, destacam-se:

- Documentar, restaurar e conservar adequadamente as coleções que compõem o acervo institucional da Faculdade de Odontologia, preservando a memória afetiva desta Instituição, contribuindo para a geração de novos conhecimentos;
- Resignificar espaços com potencial museológico, utilizando uma linguagem lúdica e interativa visando à dinamização cultural do Centro de Memória;
- Gerar processos de pesquisa científica, através do método de alfabetização cultural proposto pela educação patrimonial;
- Tratar de modo sistemático as informações históricas e culturais sobre a história da odontologia em Minas Gerais, que já vêm sendo pesquisadas no Centro de Memória;
- Formar um acervo comunitário do Centro de Memória, fruto das ações de pesquisa junto às comunidades envolvidas e oficinas com os usuários e público-alvo;
- Popularizar os conteúdos e acervo do Centro de Memória e permitir o acesso à informação, disseminando conteúdos científicos, técnicos e didáticos, tanto junto ao público que frequenta a Faculdade de Odontologia quanto a alunos das escolas da região, dos ensinos fundamental e médio;
- Ampliar os conhecimentos histórico-culturais das comunidades beneficiárias, sob o foco da história da odontologia, contribuindo para um maior entendimento da importância dessa ciência na ampliação da qualidade de vida da população, bem como fortalecendo o envolvimento para a conservação do patrimônio material e imaterial da Faculdade e Centro de Memória;
- Sensibilizar usuários da Faculdade, utilizando estratégias pedagógicas de educação patrimonial e de participação comunitária;
- Cativar os diferentes tipos de público comunitário com a promoção de ações culturais em três níveis: fixas, temporárias e itinerantes, utilizando como recurso

práticas alternativas e oficinas de Arte-educação e eventos culturais. (CM ODONTOLOGIA, 2014).

O Centro de Memória da Odontologia tem como alvo contribuir para a aprendizagem sobre a produção e caminhos da ciência e da tecnologia odontológica, promovendo a História da Ciência como um bem e estimulando vocações tanto no campo da ciência como no campo da preservação.

4.8 CEDOC- Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da FAE

O CEDOC - Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da Faculdade de Educação - foi criado em 2008 e é vinculado à Biblioteca da mesma unidade acadêmica, mas tem autonomia própria sobre a organização e acesso ao acervo.

No *site* da Faculdade de Educação da UFMG não constam os objetivos gerais e específicos do referido centro, sendo possível encontrar informações sobre o mesmo no *site* do Programa de Pós-graduação, que destacam que os acervos documentais são de grande relevância para o estudo e a pesquisa sobre a história e perspectivas atuais da educação brasileira, incluindo os acervos das professoras Lúcia Casasanta, Alaíde Lisboa de Oliveira e Helena Antipoff, coleções de manuais escolares e de literatura infantil em língua portuguesa, entre outros.

Figura 8 - Foto: Acervo Bibliográfico do CEDOC FAE



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

O CDOC FAE é vinculado a Biblioteca da Faculdade de Educação, abrigando importantes coleções, destacando os acervos privados das educadoras: Lúcia Monteiro Casasanta; Alaíde Lisboa de Oliveira e Helena Antipoff e coleções: obras raras da FAE, teses e dissertações em alfabetização, periódicos raros, literatura infanto-juvenil e Manuais didáticos, que são cadastradas no sistema de bibliotecas, sendo possível ao pesquisador acessar o mesmo via BU.

Primando pela identificação e registro das visitas realizadas ao CEDOC, o centro instituiu o preenchimento obrigatório de um formulário para coleta de dados dos interessados e objetivos de suas pesquisas ao acervo e adicionalmente, registra no formulário qual coleção pretende consultar, se Teses, Obras Raras, Manuais Didáticos, acervos Alaíde Lisboa ou Lúcia Casasanta.

O CEDOC autoriza aos usuários pesquisadores a reprodução de documentos do acervo, sendo de responsabilidade do interessado informar, no referido formulário, o meio pelo qual a reprodução será realizada e quais documentos devem ser reproduzidos. Ao final do formulário, os pesquisadores/visitantes podem oferecer ao centro suas críticas e sugestões, colaborando, assim, com o aperfeiçoamento dos trabalhos prestados à sociedade pelo CEDOC.

4.9 CEMEFAR - Centro de Memória da Farmácia

O CEMEFAR – Centro de Memória da Farmácia foi criado em 2011 e é vinculado à Faculdade de Farmácia da UFMG. Desde sua criação, localiza-se no térreo da Faculdade, no campus Pampulha. O centro possui microscópios, destiladores, balanças e seus pesos, batedeiras e medidores. Também fazem parte do conjunto documentos, livros e fotografias que registram a rotina da instituição de ensino superior em Belo Horizonte e de seu corpo docente e discente.

A criação do CEMEFAR conforme folder (2011), atende a constante preocupação de pesquisadores nas áreas da farmácia e de história “no que concerne a temas sobre instituições escolares, culturas da escola, educação em espaços não escolares; história do currículo e formação de professores”, atendendo nesse sentido às necessidades de estudos do “*saber farmacêutico*”, pois visa constituir-se em um verdadeiro espaço acadêmico capaz de promover a pesquisa e o ensino da trajetória histórica do ofício no Estado de Minas Gerais.

Os objetivos gerais do CEMEFAR são: preservar, divulgar, expor e manter viva a memória sociocultural do ofício farmacêutico e a história da Faculdade de Farmácia da UFMG, organizando, assim, um arquivo institucional, por meio de documentos, relatos, imagens e artefatos pertinentes.

Em um século de existência, o curso de Farmácia reuniu peças, maquinários e equipamentos utilizados no ensino da prática farmacêutica que compõem o acervo do CEMEFAR que é caracterizado por equipamentos farmacêuticos e de objetos como gral e pistilo, cadinhos, potes, frascos, cápsulas, entre outros. Ainda faz parte desse conjunto documentos relacionados à história da Faculdade de Farmácia, livros, periódicos e cartilhas, raros e históricos, bem como fotografias que registraram a rotina da instituição e de seu corpo docente e discente.

Figura 9 - Foto: Centro de Memória da Farmácia - CEMEFAR



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

O acervo tem papel importante nas pesquisas sobre memórias da escolarização e processos educativos na formação dos sujeitos da educação, “especialmente aqueles interessados em debater sobre o patrimônio histórico e cultural do saber farmacêutico na sociedade brasileira” (BOLETIM UFMG, 2011).

Na pesquisa nos *site* da Faculdade de Farmácia não constam informações sobre a estrutura organizacional, instrumentos de pesquisa e formas de acesso ao referido centro,

porém, o CEMEFAR interage com seus usuários pelo *facebook*, e soma mais de trezentos seguidores. Através da rede social, disponibiliza as informações sobre: suas atividades, editais de bolsa de extensão, publicações de artigos acadêmicos das pesquisas realizadas no centro, divulga suas exposições, seminários da área, entre outros. Por ser uma rede social mais popular atualmente, é um meio na *web* que os usuários podem localizar e acessar informações, endereços físico e eletrônico do referido centro.

4.10 Memória Institucional FACE

Memória Institucional FACE é um espaço vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, que funciona nas dependências da biblioteca da unidade. O centro foi idealizado no ano de 1991, durante as comemorações do cinquentenário faculdade, mais foi inaugurado somente em 2008, por meio do ‘Projeto Memória FACE’, com a finalidade de preservar documentos que permitam reconstituir a história institucional da FACE.

Os documentos que compõem o acervo envolvem materiais com características de arquivo, biblioteca e museu. O acervo museológico e bibliográfico é exposto nas dependências da biblioteca da unidade, que conta também com uma sala de arquivo institucional, que está sendo tratado e catalogado.

Figura 10 - Foto: Acervo Arquivístico da Memória Face



Fonte: Acervo da própria autora, 2014.

O principal objetivo do centro é a guarda e preservação de documentos administrativos e acadêmicos, capazes de reproduzir e reconstituir sua memória institucional.

Os objetivos específicos, bem como a estrutura organizacional do referido centro e outras informações de acesso ao usuário e conteúdo, não constam no *site* da unidade ao qual é vinculado.

O centro está passando por reestruturação com o desafio de um novo projeto para construir um repositório onde seja possível descrever estes artefatos culturais sem perder as suas características de tratamento específico. Tem como objetivo ainda, repensar o contexto de memória para o setor criando uma política de guarda dos artefatos ‘eleitos’ para a condição de memória no contexto da FACE-UFMG. (FACE, 2014, s/p).

4.11 Centro e Memória FALE

O Centro de Memória FALE é o mais recente dentre todos os centros pesquisados da UFMG, foi inaugurado em abril de 2014 e está vinculado à Faculdade de Letras, funcionando na sala 2010, no prédio da referida unidade, no campus Pampulha.

A criação do centro, segundo o Diretor da FALE, Luiz Francisco Dias, foi idealizada no ano de 2011, quando foi comemorado 70 anos de existência do curso de Letras da UFMG. O Centro tem como objetivo geral de resgatar e valorizar a história da faculdade de Letras, como um espaço destinado à guarda e às exposições do acervo, que é composto por objetos museais, bibliográficos e arquivísticos (SITE UFMG, 2014).

O centro tem a coordenação de Carlos Alberto Marques dos Reis, produtor cultural e ex-diretor do Conservatório UFMG. A exposição permanente foi aberta a visitação diária a partir do dia 28 de abril de 2014. (SITE UFMG, 2014).

A exposição de inauguração foi composta de fotografias, convites de formatura, fitas de áudio e arquivos digitais com registros de eventos promovidos pela Faculdade, livros de atas, anotações dos professores relativas a exames orais e escritos de alunos das décadas de 1940 e 1950, assim como originais das provas de exames de admissão ao curso de Letras aplicadas em 1941, anteriores ao vestibular. Como objetos museais, consta, por exemplo, a mesa do primeiro reitor da UFMG - Mendes Pimentel. Parte do acervo foi doada pelo funcionário e ex-aluno da FALE, que é também o coordenador do centro.

Figura 11 - Foto: Acervo Fotográfico do Centro de Memória da FALE UFMG



Fonte: Acervo da própria autora,2014.

Não foram encontradas informações sobre a organização institucional, instrumentos de pesquisa e formas de acesso ao referido centro, apenas obteve-se a informação de que seu funcionamento é de segunda a sexta, de 9h às 17h, na sala 2010, no prédio da Faculdade de Letras da UFMG. (SITE UFMG, 2014).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo apresentam-se os resultados relativos às visitas aos 9 (nove) CM UFMG, para identificar, na prática, um pouco mais sobre a estrutura organizacional, acervo, profissionais, meios de comunicação, políticas de informação e usuários desses espaços memórias da UFMG. Cabe destacar que dos 11 (onze) CMs descritos no capítulo 4, somente não foi possível agendar a visita em 2 (dois), no CEMEFADI da Faculdade de Direito por falta de funcionários para atendimento e no Memória FACE da Faculdade de Ciências Econômicas que está fechado para reestruturação. Os resultados a seguir são relativos aos 9 (nove) CMs da UFMG e são descritos em tópicos: contexto de criação e organização dos CMs; recursos financeiros e profissionais que atuam nos CMs; comunicação e usuários dos CMs; e acervos e políticas de informação.

5.1 Contexto de Criação e Estrutura Organizacional dos CM UFMG

Em relação ao contexto de criação dos CM da UFMG, conforme Quadro 4 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte I (p.101) observa-se uma estrutura diversificada no geral. Porém, é quase unânime que a missão dos CMs da UFMG está voltada à preservação dos registros da memória das unidades acadêmicas. Destaca-se o CDOC FAE que tem como missão resguardar o acervo de obras raras e ser um campo de pesquisa, pois surgiu da necessidade de preservação das coleções especiais, conferindo-lhe uma característica de Centro de Documentação, direcionado para pesquisadores, cujo acervo principal do centro é o bibliográfico. As informações sobre o CDOC FAE somente são possíveis pelo *site* do Programa de Pós Graduação da FAE, porque os acervos documentais do centro são de grande relevância para o estudo e a pesquisa sobre a história e perspectivas atuais da educação brasileira.

Percebe-se também que os CMs surgem com uma missão de valorização da memória através de preservar e conservar os acervos que não seriam espontaneamente guardados e sim relegados ao esquecimento, o que caracteriza a escolha pela instituição CM por ser uma unidade de informação híbrida, agregando arquivos, bibliotecas e museus. Na prática os CMs da UFMG foram criados pela vontade e por ações de grupos isolados de

professores e profissionais, que – diante da inexistência de uma política de arquivos institucionais - sentiram necessidade da preservação dos registros da memória e da história da unidade, bem como da profissão. Assim, alguns CMs tiveram longo percurso até a sua consolidação, como é o caso do CEMENF da Enfermagem cujas atividades começaram na década de 80, quando a Profa. Isaltina Goulart de Azevedo começou a localizar e reunir documentos históricos, porém somente em 2006 foi consolidada sua criação; o CM da Engenharia que iniciou em as discussões para sua criação em 1981, sendo somente sendo consolidada sua criação em 1993; o CEMEFAR surgiu em 2004, sendo somente consolidada sua criação em 2011 no centenário da Escola de Farmácia; e o CM da Odontologia, que devido à aposentadoria da idealizadora do centro, professora Laura Helena em 2009, sua estrutura não foi concretizada ainda. Em consequência, a sala de reserva técnica virou um depósito geral e o centro mantém um espaço de exposição permanente, mas não fica aberto diariamente, por falta de funcionários.

Conforme afirma Halbwachs (2006), a memória coletiva é a preservação do passado promovida por certos grupos sociais, que determinam “o que preservar” e “o que esquecer”. Dessa maneira, define-se o que servirá para perpetuar a memória para sociedade ou para outros grupos sociais. Para Goulart e Camargo (2015) se a constituição de um CM não é consequência de um amadurecimento de discussões internas, ou seja, envolvendo a instituição como um todo, esse CM não conseguirá se autogerir, sendo apenas uma figura em data celebrativa; por sinal, esse é outro fator característico na criação dos CMs da UFMG, muitos surgiram com intenção celebrativa, como o caso do CEMEFAR, CM Veterinária, CM da Odontologia e CM da FALE.

Em relação aos documentos de criação dos CM da UFMG, pode-se destacar que a aprovação em Reunião de Congregação foi a forma de criação mais relatada pelos responsáveis, sendo a Congregação o órgão deliberativo máximo das unidades acadêmicas; 8 (oito) CMs declaram que sua criação foi aprovada pela Congregação da Unidade que fazem parte e, dentre todos, somente o CM da Veterinária informa que a diretoria da Unidade concedeu uma declaração de constituição ao centro, após aprovação em Congregação. O CDOC da FAE é vinculado à biblioteca, não sendo possível identificar se o referido centro foi objeto de aprovação em Congregação da Unidade. Logo, em 8 (oito) - dos 9 (nove) centros pesquisados - o objeto primeiro de sua criação foi a aprovação em reunião de Congregação. Destaca-se, aqui, que o CEMEMOR teve sua criação aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina em 1977, em Resolução aprovada em 02/1979, e em 07/10/2014 teve

seu acervo museológico registrado no IBRAM, sendo reconhecido também como “museu”, destacando que nas informações no formulário do IBRAM consta que o número aproximado de bens culturais musealizados chega a 50.000. Constatou-se, ademais, que o centro não registra ou documenta seu acervo; possui uma reserva técnica; não possui laboratório para restauração; possui uma política de aquisição e descarte do acervo; e seus bens culturais não estão segurados. É importante destacar que Resolução 02/79 do CEMEMOR continua orientando suas atividades e estrutura do centro até os dias de hoje.

O CEMENF da Enfermagem, criado em junho de 2006, teve seu Regimento aprovado em Congregação em 31 de julho do mesmo ano. O Regimento é um documento importante, visto que regulamenta o funcionamento, objetivos, estrutura administrativa, coordenação e procedimentos e atividades entre outras para os CMs. Conforme *LINHALES et al.* (2007) o “*Regimento Interno*” regulamenta a organização e o funcionamento do Centro em consonância com o disposto na legislação vigente na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e com o Estatuto e o Regimento Geral da UFMG. Além de conferir ao CEMEF este ‘documento de identidade’, cumpre também a função de garantir a sua existência institucional e, assim sendo, coloca-o em condições de participar do planejamento orçamentário e administrativo da EEEFTO. Ressalte-se, ainda, que o CEMEF e o CEMEFAR estão em processo de construção dos seus regimentos e os CMs da Engenharia, Veterinária, Odontologia, CEDOC FAE, e da FALE não possuem regimentos ainda.

Portanto, em relação aos documentos de criação dos CM, pode-se constatar que o documento de criação mais frequente é a aprovação em Congregação, seguido da Resolução e Regimento. Não foi encontrado nenhum documento por parte da Reitoria da UFMG, ou do Conselho Universitário - que é órgão máximo deliberativo da universidade -, autorizando a formação dos CMs no âmbito da UFMG, ou direcionando sua criação.

O Quadro 5 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte II demonstra como é a estrutura administrativa dos CMs da UFMG, por meio dos documentos de direção, tais como: plano de ação, organograma, relatório de atividades, atos normativos relatório gerencial, manual de procedimentos; e documentos de reuniões: atas e outros. Os resultados serão apresentados abaixo nos tópicos: documentos de direção e documentos de Reuniões.

- Documentos de direção: Os CMs que apresentam plano de ação anual foram o CEMEMOR e CEMENF. O CEMEFAR está em processo de construção do Plano diretor. Dos 9 (nove) CM da UFMG, 6 (seis) não apresentam plano de ação até a data da pesquisa,

destacando que o CM da Odontologia esta em processo de reestruturação do centro. Em relação ao organograma, apenas o CEMEMOR possui um organograma do centro, e os CMs CEMENF e CEDOC relatam que estão inseridos no organograma das Unidades Acadêmicas que fazem parte. Os demais CMs não têm e não se consegue responder por que, pela pesquisa realizada, não possuem organograma.

Os relatórios de atividades dos CMs da UFMG são basicamente relatórios relacionados a bolsas, concedidas pela RMECC, PROEX, e outras agencias externas de fomento. Somente o CEMEFAR apresenta um relatório anual, não especificando a quem ele é institucionalmente destinado. Os atos normativos não se encontram em nenhum dos CMs da UFMG. Os Relatórios gerenciais, por sua vez, são basicamente relacionados aos acervos e somente 3 (três) dos centros de memória - CEMEMOR, CEMEF e CEMENF - elaboram tais relatórios. Desta forma, 6 (seis) CMs não realizam relatórios gerenciais, sugerindo assim a ausência de elementos mínimos de gestão institucional.

Manuais de Procedimentos não são comuns nos CMs da UFMG. Conforme o CM da Odontologia, os procedimentos são estabelecidos de acordo com cada área: museologia e biblioteconomia. Já o CEDOC da FAE declara não haver nenhum manual formal, mas todos os bolsistas e estagiários passam por treinamentos e orientações básicas para iniciar suas atividades.

- **Documentos de Reuniões:** as reuniões gerenciais dos CMs não são documentadas, salvo no caso do CDOC da FAE. Na pesquisa, foi possível identificar que os CMs da UFMG apresentam uma informalidade em suas reuniões, demonstrando que a grande preocupação é apresentar relatórios para órgãos de fomento, uma vez que precisam renovar ou concorrer a novas bolsas ou recursos para gerir os CMs. Destacando, como anteriormente, que o CEMEMOR possui uma resolução aprovada em 1979 que fornece diretrizes para o centro e o CM da Engenharia possui um documento de convênio entre UFMG e AEAEEUFMG (Associação de ex-alunos da Escola de Engenharia) que é responsável por gerir o referido CM.

Os resultados demonstram que não há uma uniformidade em relação à administração dos CMs da UFMG, salvo a criação dos centros por meio de aprovação pela Congregação da Unidade. Não foi relatado por nenhum CM a existência de um documento da UFMG que estabeleça procedimentos que padronizem a criação de um CM e seja uma ferramenta norteadora desses centros dentro da instituição.

Quadro 4 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte I

CENTROS/ CATEGORIAS	Possui missão?	Aspectos iniciais			Documentos de criação?			
		Missão	Ano de criação	Como surgiu?	Resolução	Estatuto	Contrato Social	Regimento
CEMEMOR - Medicina	SIM	preservação da história da medicina e saúde, a fim de manter viva a história, com objetivo também de pesquisa.	1977	Da disciplina História da Medicina e coube ao CM para interagir os estudantes com a memória da Medicina.	Resolução 02/1979 e aprovação em reunião congregação	Não	Não	Sim
Centro Memória Engenharia	SIM	preservar a memória da Escola de Engenharia	1993	Iniciativa da Associação de Ex alunos, para preservar a memória da escola e da profissão	Reunião da congregação	Não	Não	Não
CEMEF – Educação Física	SIM	preservar a história da educação física (tem uma missão de preservação e guarda), bem como de divulgação da memória ao público-pesquisador	2001	Não foi criado com intensão celebrativa.	Reunião da congregação	Não	Não	Em construção
CEMENF – Escola de Enfermagem	SIM	preservar a memória da Escola de Enfermagem; além de constituir e preservar acervos documentais, constituir-se em espaço de reflexão e produção de conhecimento, desenvolver atividades para produção, preservação, divulgação e discussão da memória e promover integrar estudos da história na área	22/06/2006	Aprovado em reunião de congregação da escola de enfermagem e consta em ata. Surgiu da iniciativa de Profa. Izaltina e NUPEQZ.	Reunião de congregação	Não	Não	Regimento aprovado pela coord. 31.07.2006
Centro Memória Veterinária	SIM	preservar a história e a memória do ofício da veterinária, bem como promover a pesquisa	2006	Em razão do 75º aniversário da Escola	Reunião de congregação - forneceu declaração de criação	Não	Não	Não
Centro Memória Odontologia	SIM	diz respeito à questão da memória e visa problematizar a história da unidade e da profissão, com o objetivo de criar consciência crítica que envolva alunos e professores para a questão da memória da unidade	2007	Em razão do 100º aniversário de da Escola de Odontologia, resolveu criar o CM no centenário	Reunião da congregação	Não	Não	Não
CDOC FAE – Faculdade de Educação	SIM	resguardar o acervo de obras raras e ser um campo de pesquisa	25/11/2008	Surgiu da necessidade de preservar as coleções especiais	Vinculado a Biblioteca da Unidade	Não	Não	Não
CEMEFAR - Farmácia	SIM	preservar e resgatar, divulgar a memória da faculdade e do ofício da farmácia	2011 (inauguração); projeto em 2004	A ideia de criação ocorreu em 2004 através de projeto, quando a faculdade estava mudando do o centro, mas este foi inaugurado somente no centenário da faculdade.	Reunião da congregação	Não	Não	Em construção
Centro Memória FALE - Letras	SIM	manter viva a memória da faculdade de letras	2014	Preservar a história para memória futura	Reunião de congregação	Não	Não	Não

Quadro 5 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte II

CENTROS/ Categorias	Documentos de direção?						Documentos de reunião?		
	Plano de ação	Organograma	Rel. Atividades	Atos normativos	Relatório gerencial	Manual de procedimentos	Atas de reuniões	Memória de reunião	Resoluções
CEMEMOR - Medicina	Tem plano de ação para 2014-2015	Tem a estrutura do centro	Somente relatórios dos bolsistas	Não	Sim, relacionado ao acervo e atividades.	Não	Reuniões informais	Informais, sem atas.	Resolução de Criação 02/ de 12/06/79
Centro Memória Engenharia	Não	Não	Somente da associação, não do centro de memória	Não	Não	Não	Atas das reuniões da associação, e não do centro	Não	Documento de convênio entre UFMG e Associação Ex-alunos.
CEMEF – Educação Física	Não	Não construído ainda.	Relatório de Projetos e de Bolsistas	Não	Relacionado ao acervo	Não	Não (há reuniões semanais, mas sem formalização)	Não	Não
CEMENF – Escola de Enfermagem	Plano de ação para 2015	Não tem organograma próprio - mas consta do organograma da escola de enfermagem como seção ligada à diretoria	Somente os exigidos bolsistas da RMECC/	Não	Sim, relacionado ao acervo	Não	Não	Não	Não
Centro Memória Veterinária	Não (ainda)	Não	Não	Não	Não	Não	As reuniões são informais, não registradas.	Não	Não
Centro Memória Odontologia	Em processo de reestruturação do centro	Não	Não	Não	Não	Não há um redigido, mas os procedimentos estabelecidos de acordo com cada área: museologia e biblioteconomia.	Reuniões informais. Atas somente das reuniões em que participam na rede de museus da UFMG	Não	Não
CDOC FAE – Faculdade de Educação	Não	Sim, dentro da biblioteca. CDOC possui chefia, bibliotecários e estagiários/bolsistas	Relatório anual de pesquisas do CDOC e relatório dos bolsistas	Não	Não	Não há um formal. Todo bolsista ou estagiário que chega recebe um treinamento e orientações básicas para iniciar as atividades	Relatórios de reuniões	Não	Não
CEMEFAR - Farmácia	Em construção (plano diretor)	Não	Relatórios anuais e de bolsistas	Não	Não	Não	Reuniões internas, registro informal.	Não	Não
Centro Memória FALE - Letras	Ser um centro de pesquisa, aumentar o acervo de professores e funcionários.	Não	Ainda não institucionalizado. Pretende-se realizar um relatório anualmente.	Não	Não	Não	Não	Não	Não

5.2 Recursos Financeiros e Profissionais dos CM UFMG

No tocante ao Quadro 6 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte III, foi possível identificar que os recursos financeiros dos CMs UFMG são oriundos de diferentes órgãos, tanto internos como externos à UFMG. Dos recursos financeiros internos, somente 4 (quatro) centros: CEMEMOR, CEMEF, CEMENF e CEMEFAR declaram receberem auxílio da diretoria da unidade acadêmica ao qual são vinculados. A maioria dos centros recebem recursos da RMECC: CEMEMOR, CEMEF, CEMENF, CM Odontologia, CDOC FAE, CEMEFAR. Os CMs da Engenharia e da FALE declaram não receberem nenhum recurso financeiro por parte da UFMG. É importante destacar que, nesse quesito, os resultados demonstram que a RMECC é o órgão da UFMG que mais tem contribuído para gerir e apoiar os CMs no âmbito interno da UFMG.

Em relação aos recursos financeiros externos, as instituições financiadoras dos projetos dos CM UFMG são: FAPEMIG (CEMEMOR, CEMEF, CEDOC-FAE), CNPq (CEMEF), FINEP (CEMEF). Vale destacar que o Centro de Memória da Veterinária recebe financiamentos para exposições do acervo advindas do Conselho Regional de Veterinária – CRV e o Centro da Educação Física recebe auxílio do Ministério do Esporte e da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com projetos relacionados à preservação da história do esporte no Brasil. Por concorrer ao Edital FINEP, o CEMEF recebeu recurso para a construção de um novo espaço físico, exclusivamente destinado ao CM¹⁰, essa conquista foi muito importante para o CEMEF, que tem seu espaço cada vez mais legitimado como lugar de salvaguarda de documentos de memória. Ressalte-se, ademais, que o CM da Engenharia, mesmo estando fechado para reforma e reestruturação, recebe recursos obtidos pela Lei Rouanet com projeto relacionado a obras raras, além de doações de pessoas jurídicas e físicas relacionados a ex-alunos da engenharia.

Os resultados demonstram que os CM da UFMG, por estarem inseridos em ambiente acadêmicos, têm suas atividades direcionadas por projetos de pesquisas nas diversas áreas que representam procurando, assim, se autogerirem. Com referência aos profissionais que atuam nos CMs da UFMG – conforme indica o Quadro 6 - Compilação dos centros –

¹⁰ Projeto intitulado “Educação do corpo nos espaços de sociabilidade do urbano: uma investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930)”, que tem como principal propósito a catalogação de fontes relativas a essa temática.

Estrutura/Organização- Parte III -, é possível identificar o seguinte perfil profissional: bibliotecários (quatro), historiadores (quatro), arquivista (um), publicitário (um), técnicos de administração (seis), bolsistas (vinte e seis). Foi possível constatar um o perfil variado dos profissionais que atuam nos CMs da UFMG, em conformidade com que Goulart e Camargo (2015) identificaram em outros CM, inclusive verificando que a maioria dos profissionais que atuam nos CMs são graduados em História ou Biblioteconomia.

É importante destacar o número significativo de bolsistas de extensão, provenientes dos cursos de: biblioteconomia, história, pedagogia, museologia, arquivologia e farmácia. Os CMs da Veterinária e Odontologia relataram a existência de um convênio com a Escola de Ciência da Informação da UFMG, algo que tem contribuído para organização dos acervos dos respectivos centros.

Em relação aos servidores técnicos administrativos, somente 4 (quatro) CMs possuem esses funcionários do quadro efetivo da UFMG, sendo: 3 (CEMEMOR), 1 (CEMEF), 1 (CEMENF) e 1 (CM FALE). Para a coordenadora do CEMENF, receber uma funcionária do quadro permanente da UFMG foi uma das grandes conquistas do CM que passou a ter um horário integral de funcionamento. É possível perceber que o CEMEMOR possui um quadro maior de funcionários técnicos administrativos (4) que exerce a função da administração de recursos humanos, recepcionistas e bibliotecária dos CM, o que se pode pressupor é que o centro possui uma estrutura organizacional consolidada pela Faculdade de Medicina, além de ser o primeiro CM da UFMG. Para a atual coordenadora técnica do CEMEMOR, dispor dos serviços de uma bibliotecária foi muito importante para a organização do acervo bibliográfico, porque com uma bibliotecária do quadro permanente da UFMG o centro poderá dar continuidade na catalogação do acervo bibliográfico e obras raras, via sistema da BU-Biblioteca Universitária.

Outro fator identificado é que os CMs: CEMEMOR, CEMEF, CEMEFAR e CDOC FAE possuem uma equipe multidisciplinar atuando no centro. Destaca-se a grande participação dos bolsistas da Escola de Ciência da Informação da UFMG: bibliotecários, arquivistas e museólogos. Camargo e Goulart (2015) relatam que a formação de uma equipe multidisciplinar, é muito importante para consolidação do CM. Para as autoras, os profissionais que congreguem as habilidades de arquivistas, bibliotecários, comunicólogos, museólogos, informatas, historiadores e outros profissionais é uma das condições para que um centro de memória alcance o seu objetivo principal de preservação da memória.

Quadro 6 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte III

CENTROS/ CATEGORIAS	Recursos		Profissionais que atuam no centro							
	Formas de financiamento	Instituições financiadoras	Bibliotecário	Historiador	Func. Tec.	Museólogo	Professor /Pesquisador	Arquivista	Outros (voluntários)	Bolsistas
CEMEMOR - Medicina	DIRETORIA, PROEX, PRO-REIT PESQ, Rede de Museus, Agências de fomento	DIRETORIA FAPEMIG, CNPQ, PROEX, FUNDEP	1	1	3	0	4	0	1 - publicitário	7 (biblioteconomia, Proex, Rede Museus)
Centro Memória Engenharia	Doações de PF e PJ	Projeto da Biblioteca - Lei Rouanet	1	0	0	0	0	0	0	0
CEMEF – Educação Física	Projetos de pesquisa, Rede de Museus e auxílio da diretoria da unidade	FAPEMIG, CNPq, Ministério do Esporte e FINEP	1 (em parceria com a Biblioteca da unidade)	0	1	0	6	1	0	6
CEMENF – Escola de Enfermagem	Diretoria e Rede Museu	Rede Museus e PROEX	0	1	1	0	1	0	0	4
Centro Memória Veterinária	Projeto do Conselho Regional de Veterinária (CRV) para exposição do acervo	CRV	0	1	0	0	1	0	0	0
Centro Memória Odontologia	Somente a verba anual da rede de Museus (valor muito pequeno)	Rede de Museus UFMG e CRO Odontologia (esporadicamente)	0	1	0	0	0	0	1	2 (rede museus)
CDOC FAE – Faculdade de Educação	Via projetos e Rede de Museus	FUNDEP, CEALE, FAPEMIG, PROEX, IC e via diretoria da FAE	1	0	0	0	5	0	0	7 (museologia, pedagogia e história)
CEMEFAR - Farmácia	Diretoria e Rede Museu	Rede Museus/FAPEMIG	0	0	0	0	1	0	1	5 (01 biblioteca, 02 farmácia, 01 museologia, 1 historia)
Centro Memória FALE - Letras	Ainda não tem projetos. Recursos advêm somente da FALE.	Recursos internos, via diretoria da escola	0	0	1	0	1	0	0	0

Quadro 7 - Compilação dos centros – Estrutura/Organização- Parte IV

CENTROS/ CATEGORIAS	Funções	Estrutura	Vinculação hierárquica	Evolução político administrativa
CEMEMOR – Medicina	Documentar, preservar, manter a história da medicina e da unidade	Diretor e coordenador	Diretoria da Faculdade de Medicina	Recebeu uma bibliotecária da UFMG, que esta catalogando o acervo bibliográfico.
CEMEMOR - Medicina	Intercâmbio entre escola, engenheiros e a sociedade, e da profissão engenheiro	Gestão: associação de ex-alunos, com indicação de professor para gestor do CM	Escola de Engenharia mas gestão dos ex-alunos	Esta em processo de reestruturação
Centro Memória Engenharia	centro de pesquisa diferencial para pesquisa histórica na área	01 coord. Geral, 01 coord. de pesquisa e 01 coord. do acervo (estrutura em revisão)	Órgão complementar da diretoria da escola	O centro esta estruturado para receber pesquisadores e visitantes, conseguiu verba para construção do prédio próprio do CM.
CEMEF – Educação Física	Documentar, preservar, manter a história da profissão e da Escola	01 coord. e uma estrutura parruda, contendo dois laboratórios, um museu, arquivo e reserva técnica	Diretoria da Escola de Enfermagem	Recebeu funcionária permanente - recepcionista – agora o centro fica aberto diariamente
CEMENF – Escola de Enfermagem	Transformar-se em um lugar de pesquisa historiográfica	01 coord. (sem eleição) e um historiador voluntário, não funcionário da UFMG	Diretoria da Escola de Veterinária	Tem um espaço de exposição permanente, mas não fica aberto diariamente.
Centro Memória Veterinária	Criar consciência critica que envolva alunos e professores para a questão da memória da unidade.	Não está consolidada. Após a aposentadoria da fundadora, o CM deixou de funcionar. Possui sala fixa de exposições, sala de arquivo e recepção.	Diretoria da Unidade Acadêmica	Tem espaço de exposição permanente, mas o CM não fica aberto diariamente por falta de funcionário. Visita agendada.
Centro Memória Odontologia	Documentar, preservar, manter a história	01 diretor, o1 chefe bibliotecário e bibliotecários. O centro pertence à biblioteca, com um professor coordenador	Biblioteca da FAE	Aberto diariamente para pesquisadores, mediante preenchimento do formulário. Não é um centro para visitação que não seja para fins de pesquisa.
CDOC FAE – Faculdade de Educação	Preservar, resgatar e divulgar a memória da faculdade e da profissão.	01 coordenador e 01 bolsista de pós-doutorado; 05 bolsistas da graduação - muito variado	Diretoria da Escola de Farmácia. Responde para esta Diretoria e para a Rede de Museus	Fica aberto diariamente, com um projeto para interagir com o depto. História da farmácia, para oferecer essa disciplina.
CEMEFAR - Farmácia	manter para gerações futuras o que foi a vida da faculdade de letras	Ainda não definida. Presume-se que seja ligada ao centro de extensão.	Informalmente ligada à Diretoria que criou o CM	Ainda não definida. CM foi criado pelo diretor da gestão anterior. Encontra-se em fase de reestruturar atividades.

5.3 Comunicação e usuários dos CM UFMG

No tocante ao Quadro 8 - Compilação dos centros – Comunicação (p.110), buscou-se organizar esse tópico identificando com as informações referentes aos produtos, usuários e as ações desenvolvidas pelos CMs da UFMG, conforme disposto abaixo:

Produtos – Divulgação na Web/Sites - conforme relatado por Camargo e Goulart (2015) dentre os produtos do CM, o *site* que é hoje uma ferramenta de imenso potencial para o relacionamento entre as organizações e seus diversos públicos, levando em consideração o grande poder da comunicação da Internet. Pode-se concluir que o *site* representa uma importante ferramenta de comunicação na *web*, porque fornece essa interação com os usuários que esperam encontrar e usufruir os principais serviços e produtos da informação disponibilizados nos *websites* dos CMs.

Conforme relatado anteriormente, na primeira etapa da pesquisa buscou-se identificar os *sites* dos CMs da UFMG para conhecer as informações gerais sobre organização e acervos dos CMs e endereços para agendamento das visitas. Os resultados obtidos foram que dos 11 (onze) CM da UFMG pesquisados, apenas 1 (um), o CEMEF da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, possui *site* próprio¹¹; ressaltando o CEMEFAR da Faculdade de Farmácia, que é divulgado na internet em rede social, por meio de sua página no *facebook* e 4 (três) CMs tem *links* nos *sites* das unidades acadêmicas ao qual são vinculados: CEMEMOR – Faculdade de Medicina; CEMENF – Escola de Enfermagem; Centro de Memória da Odontologia – Faculdade de Odontologia e o Centro de Memória da Veterinária.

É neste contexto que se constata que os CMs da UFMG ainda não estão levando em consideração essa ferramenta tecnológica tão importante para disseminação das informações e interação com seus usuários. É possível perceber, nas informações disponibilizadas para os usuários, que os *links* dos *sites* das Unidades Acadêmicas não refletem a identidade dos centros, como é os casos do CM da Odontologia, cujo *link* no *site* da faculdade direciona para: história da Unidade, contato, registros históricos (cujo tópico encontra-se em construção) e exposição (sem atualizar desde 2008); e o CM da Veterinária é

¹¹ *Links*, respectivamente: CEMEMOR - www.medicina.ufmg/cememor; CEMEF - www.cemenf.eeffto.ufmg.br; CEMENF - www.enf.ufmg.br/centrodememoria; Centro de Memória da Odontologia - <http://www.odonto.ufmg.br/index.php/centro-de-memoria/registros-historicos>.

somente mencionado o projeto de extensão no site da Escola de Veterinária. Assim, embora possua link nos sites das unidades acadêmicas, as informações são muito limitadas, portanto pouco ou nada informam.

Camargo e Goulart (2015) chamam atenção sobre a importância dos produtos de um CM, e dentre eles o *site* é o produto mais comum e que dá maior visibilidade ao CM, dado que, pelas de múltiplas linguagens, o CM pode disponibilizar banco de dados, depoimentos de história oral, documentários, entre outros para seu público externo. Percebe-se, então, que os CMs da UFMG pouco se apropriam das novas tecnologias como suporte de gestão, assim como da comunicação da informação e do conhecimento produzido nos centros.

Em relação ao acervo oral, pode-se destacar que o CEMEMOR, CEMEF e CEMENF possuem acervo oral, mas ainda não foram tratados e catalogados. O CEMEFAR relata a existência de um projeto de resgate da memória oral em andamento e o CM da Engenharia relata a existência de fitas e entrevistas de edições comemorativas, que não foram tratadas e catalogadas, pois o centro encontra-se em processo de reforma e reestruturação. O acervo de história oral é muito importante para reconstrução dessa memória institucional, com base em depoimentos de pessoas que trabalharam ou tiveram alguma ligação com a instituição em tempos anteriores. Cumpre destacar que os CMs da UFMG ainda não têm utilizado da história oral como ferramenta para o resgate da memória institucional.

Entre os materiais de divulgação institucional estão os livros comemorativos, que conforme Camargo e Goulart (2015), geralmente são produções originárias de CM, e os resultados demonstram que alguns CMs da UFMG estão utilizando essa ferramenta para divulgação da memória institucional. Cabe destacar os livros informativos do CEMEMOR, que são lançamentos de diversos livros que abordam o tema história da medicina; o “Livro de ouro” do CM da Engenharia, cuja associação de ex-alunos da Engenharia edita anualmente o livro de ouro dos professores e funcionários; livro A História da Enfermagem, lançado pelo CEMENF da Enfermagem. Sobressaem-se, também, as várias publicações relacionadas à história da farmácia pelo CEMEFAR, cujas publicações são acessíveis em seu *facebook*; CEMEF tem um espaço em seu site para publicações referentes a história da educação física e do CDOC FAE publicações referente à história da educação.

Usuários – neste tópico, constata-se que os CMs da UFMG relatam receberem usuários externos (ainda que em pouquíssimo número, em alguns casos) e usuários internos, em sua maioria alunos dos cursos de graduação. Em relação ao público externo parte advém de parcerias com escolas de Ensino Médio, pacientes e outros visitantes que participam de

eventos nas unidades acadêmicas, como é o caso do CEMEMOR da Faculdade de Medicina e CM da Odontologia. Em relação ao pesquisador, 5 (cinco) dos 9 (nove) centros recebem públicos pesquisadores. Dentre eles, relaciona-se os centros CEMEMOR, CEMEF, CEMENF, CEDOC FAE que possuem uma estrutura mais consolidada para tratamento dos acervos mediante procedimentos de tratamento, catalogação e organização da arquivologia, biblioteconomia e museologia. As características do CEMEF e do CEDOC são de um CM voltado para o público pesquisador, podendo os mesmos ser comparados a um CD, pois refletem a missão dos registros da memória institucional e da área cheguem ao público pesquisador.

A identificação dos usuários dos CMs da UFMG é feito por meio de livros visita. Somente os CMs CEDOC e CEMEF possuem normas e procedimentos para os usuários, constando do preenchimento de formulários para ter acesso ao acervo. Em relação aos usuários, o CEMENF destacou a importância de ter recebido, em 2014, um funcionário do quadro permanente da UFMG, pois com a funcionária administrativa em tempo integral permitiu ao centro uma evolução surpreendente nas visitas, que passaram de 20 usuários/visitantes anuais para 1100 usuários/visitantes no ano de 2014. O CEMEMOR é o centro que mais recebe usuários visitantes diários, o que pode ser explicado pela infraestrutura do centro e sua localização na área hospitalar de Belo Horizonte, que recebe um grande número de pacientes e visitantes. No entanto, o centro somente realiza essa identificação por meio do livro de assinaturas para os visitantes das exposições permanentes. A variação de visitantes para a área de exposição museológica é percebida no formulário da IBRAN, onde o CEMEMOR passou de 500 visitantes em 2010 para 1300 visitantes em 2013.

Ações desenvolvidas - é muito interessante o que Camargo e Goulart (2015) mencionam sobre as exposições de conteúdo histórico, como característica importante nos centros de memória, pois tais exposições, além de informar e entreter, tais amostras cumprem o objetivo de contextualiza a historia da instituição no espaço e no tempo, em relação direta com a comunidade para qual tem relevância. Vale destacar, aqui, a exposição do CEMEMOR, o “corredor da memória” que mediante 12 telões legendados, localizados no saguão de entrada da faculdade, apresentam temas ligados à história da medicina, local que circulam o grande público diário da faculdade de medicina, entre estudantes, servidores, professores, pacientes, pesquisadores e visitantes. Por ser uma exposição temática, chama muito a atenção pela beleza e criatividade ao relatar a história da medicina, por meio de fotografias com um conteúdo bem elaborado, que cativa à atenção de quem passa pelos corredores.

Em relação às exposições permanentes cabe ressaltar que 7 (sete) CMs da UFMG têm espaços de exposição fixos em seus CMs, podendo encontrar objetos da museologia, biblioteconomia e arquivologia. Ressalte-se que o CEMEF não tem uma exposição fixa permanente na sede do centro, seus acervos no geral são tratados e catalogados e acondicionados em local ideal, e desarquivados e disponibilizados somente para consulta do usuário pesquisador. O CM da Odontologia realizou exposições anuais em 2011 e 2012 com temas relacionados à história da odontologia, contudo, devido à falta de infraestrutura, não conseguiu dar sequência nos anos seguintes, mantendo somente a exposição permanente.

Um fator importante, que merece ser destacado, conforme Quadro 8 - Compilação dos centros – Comunicação (p.110) nas ações desenvolvidas pelos centros, são as disciplinas optativas oferecidas na grade curricular pelo CEMEMOR, cuja disciplina “História da Medicina” é oferecida desde a fundação do centro, em 1979. Podem matricular-se na disciplina alunos, funcionários, docentes e outros que se interessam pela temática. O CM da Odontologia ofereceu a proposta da disciplina sobre “Historia da Odontologia”, porém, não houve procura por parte dos alunos.

Dentre as atividades cotidianas relatadas pelos CMs da UFMG estão: resgatar, organizar, tratar, inventariar e catalogar seus acervos híbridos. A participação na construção de projetos diversos como meio de captação de recursos para as exposições, além de criação de *folders* de divulgação, em seminários sobre memória e patrimônio entre outras. Os CMs CEMEMOR, CEMEF, CEMEFAR e CDOC FAE ressaltam as atividades de realização de seminários diversos direcionados aos temas sobre a história e memória das áreas que representam.

Ressalte-se, ademais, que não foi mencionada pelos CMs da UFMG nenhuma ação ou mesmo diretrizes da instituição, que norteiam os recursos financeiros, recursos humanos e materiais dos referidos centros.

Quadro 8 - Compilação dos centros – Comunicação

CENTROS/ CATEGORIAS	Produtos			Usuários				Ações desenvolvidas	
	Divulgação Web/site	Acervo oral	Livros comemorativos	Pesquisadores	Alunos de graduação	Público externo	Identificação de usuários	Atividades	Rotina
CEMEMOR - Medicina	Sim (link na página da faculdade de medicina) e facebook Acervo bibliográfico vinculado ao sistema de biblioteca – BU e link na Rede Museus	Acervo oral ainda não catalogado	Centenário e outras figuras ilustres e publicações diversas sobre história	Sim	Sim	Sim	Sim, apenas livros de assinatura.	Atividades bibliotecárias (catalogação), recepcionista, historiadora (projetos diversos) e outros.	Exposição fixa e exposições rotativas, aberto diariamente, seminários diversos, disciplina história da medicina todo semestre.
Centro Memória Engenharia	Não	Fitas, não catalogadas nem tratadas	Associação edita livro de ouro anualmente e publicações do centenário	Não	Não	Sim, mas precisa agendar – centro em fase de reestruturação	não há. Centro em reestruturação.	Apenas internas. Reforma do prédio	Peças ficam exposta nas sala, mas sem tratamento nenhum, tudo empoeirado e salas com vazamentos.
CEMEF - Ed. Física	Possui site próprio	Acervo oral tratado	Não, outras publicações	Sim	Sim	Sim	Normas estabelecidas para consultas e identificação de usuários	Diárias (arquivistas e catalogação do acervo), atendimento usuário e reuniões pesquisadores	Reunião com pesquisadores, tratamento do acervo, catalogação, publicações.
CEMENF - Enfermagem	Sim, através de (link na página da escola de enfermagem)	Acervo oral de professores da escola não tratados	Sim	Sim	Sim	Sim	sim. A partir de 2013, com abertura diária, saiu de 20 visitantes/ano para 1000.	Espaço expositivo permanente e consulta de pesquisadores	Centro aberto diariamente para visita das 7h às 18h
Centro Memória Veterinária	Não tem site, somente (link na página da escola de veterinária)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	livro de visitas - somente para exposições. Mais de 1000 visitantes, desde a primeira exposição	Esporadicamente recebe visitas de pesquisadores e realiza exposição anual	Espaço de exposição no hall do primeiro andar da escola
Centro Memória Odontologia	Não tem site , apenas um <i>link</i> na página da escola	Não	Livros comemorativos	Sim, mas pouquíssimos	Não	Sim (pacientes mas não assinam o livro)	somente um livro de registro na exposição	Somente espaço de exposição. Centro precisa ser repensado. Proposta de disciplina sobre a história da odontologia não teve procura.	Exposição fixa. Exposição anual com temas da odontologia foi realizada em 2011 e 2012. Não conseguiram realizá-la depois.

continua...

continuação...

Quadro 8 - Compilação dos centros – Comunicação

CENTROS/ CATEGORIAS	Divulgação/Comunicação			Usuários				Comunicação em geral	
	Página na web	Entrevistas	Livros comemorativos	Pesquisadores	Alunos de graduação	Público externo	Identificação de usuários	Atividades	Rotina
CDOC FAE	Não tem site e nem é link na página da unidade. Acervo bibliográfico é (vinculada ao sistema de bibliotecas (BU))	Não	Não	Sim	Sim	Sim (visitantes que vêm para palestras/eventos - não há identificação)	por meio de questionário que os pesquisadores recebem e preenchem (2013: 47)	Receber usuários pesquisadores, realizar a organização dos materiais (acervo), inventariar o acervo por áreas, anualmente e realizar projetos de pesquisa da história da educação.	Aberto diariamente é um órgão da biblioteca da unidade, seminários semestrais e exposições diversas
CEMEFAR Farmácia	Link na Rede Museu e no facebook, com postagens quinzenais.	CD, cópia do vídeo do centenário da Escola; algumas publicações e um projeto em andamento do resgate da memória oral.	Não	Não	Sim	Sim (não há usuários pesquisadores, nem usuário relacionado à pesquisa da farmácia)	Pelo livro de visita. Quantitativo para relatórios. Há pouquíssimos visitantes.	realizar inventário de peças do acervo e catalogação; atendimento ao público; projetos de pesquisa; atividades de divulgação como exposições, página no <i>facebook</i> ; visitas técnicas a outros CM.	Aberto diariamente com bolsistas de manhã e tarde.
Centro Memória FALE - Letras	Não tem site e não tem link na página da unidade	Não	Não	Não	Sim	Sim (visitas programadas de professores com alunos)	pelo livro de visita - em seis meses, receberam em torno de 600 visitantes. Local de fácil acesso e <i>design</i> chamativo.	realizar exposição permanente do acervo bibliográfico, museológico e arquivístico.	Aberto diariamente, manhã e tarde.

5.4 Acervos do CM da UFMG e políticas de informação

Os acervos dos CMs da UFMG no geral são bibliográficos, arquivísticos e museológicos, conforme Quadro 9 - Compilação dos centros – Acervo (p115), portanto, os CMs da UFMG são instituições híbridas que reúnem documentos de arquivo, coleções bibliográficas e objetos museológicos, sendo os centros responsáveis por tratar, preservar e disponibilizar a memória institucional e da área de atuação. O diferencial dos acervos dos CMs da UFMG está no tipo e quantitativo, a exemplo (quadro 9) enquanto o CEMEMOR possui um acervo bibliográfico de 16 mil exemplares e o acervo do CEMEF que mesmo tendo acervo bibliográfico é composto em sua maioria de documentos arquivísticos.

Entre outros acervos, os CMs ressaltam os acervos fotográficos, acervos de professores, slides, vídeos e fitas cassete. Os acervos não orgânicos são encontrados em 7 (sete) dos 9 (nove) CMs da UFMG. São acervos de coleções de entrevista, coleções de vídeos e outras coleções. O CEMEMOR, por exemplo, possui um acervo de negativos de vidro; diversos possuem coleção de história oral, filmes; arquivos digitais. Um fato curioso é que o CM da FALE tem uma fita com a entrevista de José Saramago, Prêmio Nobel da literatura, mas esta não pode ser reproduzida, porque o centro não possui equipamento próprio para tal execução – nem reformatou digitalmente esse precioso registro -; logo, embora haja uma entrevista com um Prêmio Nobel, seu conteúdo é inacessível aos pesquisadores. O CM da Odontologia dispõe de acervos bibliográficos e arquivísticos, mas conforme o responsável pelo atendimento, o centro precisa ser repensado, pois não há concepção de tratamento técnico do acervo, resumindo o centro apenas no espaço de exposição.

Os inventários dos acervos dos CMs da UFMG demonstram certa diversidade, sendo:

- a) CEMEMOR tem um inventário de acervo museológico parcialmente realizado e o biblioteconômico apresenta uma política de corte cronológico, atualmente catalogado pela bibliotecária da BU; o arquivístico não se encontra organizado.
- b) CM da Engenharia possui apenas uma listagem bem simples, com descrição do acervo museológico por: objeto, ano e doador; acervo biblioteconômico está em fase de organização e classificação por uma bibliotecária e o acervo arquivístico ainda não foi tratado, mas é muito pequeno.

- c) CEMEF tem em seu inventário, preponderantemente documentos de caráter arquivístico e é organizado mediante a uma política de acervo do próprio centro que guiam as linhas de acervo, difusão, recolhimento, normas e procedimentos para consulta, doações de arquivo pessoal e biblioteconômico.
- d) CEMENF apresenta uma listagem do acervo em planilha Excel, disponibilizada na internet, com descrição do acervo museológico por: objeto, ano e nome do doador. O acervo arquivístico está em fase de organização e o acervo biblioteconômico encontra-se relacionado nas planilhas, pois é o menor acervo.
- e) CM da Veterinária está em processo de catalogação dos acervos.
- f) CM da Odontologia estão em processo de catalogação dos acervos.
- g) O CDOC FAE tem um inventário anual de peças museológicas, que é constituído por muito poucos objetos; e o acervo biblioteconômico está todo organizado e tratado de acordo com as normas e procedimentos técnicos da BU.
- h) CEMEFAR possui um inventário das peças museológicas e realiza inventário do acervo bibliográfico, que conforme responsável pelo centro é muito difícil ter uma política de aquisição e de formação desse acervo, porque exige relacionamento e projeto com a Biblioteca da unidade.
- i) O CM da FAE tem umas fichas com descrição do objeto e a data em frente a cada peça dos acervos. E conforme coordenador técnico, as descrições são quando tais informações são de conhecimento do centro. O centro foi inaugurado em 2014 e não possui inventário do acervo ainda.

Por conseguinte, foi possível identificar que os CMs da UFMG são instituições híbridas, agregando documentos que representam uma soma das instituições de memória: biblioteca, arquivo e museu (Belloto, 1991; Camargo e Goulart, 2015). Destaca-se, ainda, que alguns acervos precisam ser organizados de acordo com os critérios das áreas a arquivologia, biblioteconomia e museologia. A forma mais comum de inventariar os acervos nos CMs da UFMG é por meio de listagens e catálogos dos mesmos. Ressaltamos que os centros CDOC FAE e o CEMEF possuem seus acervos bibliográficos organizados de acordo com as normas da BU e, por conseguinte, tais acervos são disponibilizados para o usuário nas Coleções especiais e Acervos raros. Alguns centros estão em processo de reestruturação e catalogação dos seus acervos (CM da Engenharia e CM Veterinária). O CEMEMOR também tem suas peças museológicas conforme cadastrado no IBRAN com inventário parcial até 2014, seu

acervo bibliográfico esta sendo catalogado por Bibliotecária da UFMG, conforme as normas da BU - Biblioteca Universitária.

Em relação às políticas de informação, não foi identificada uma política institucional que direcione os centros de memória da UFMG, apenas foi constatado que os centros de memória dirigem suas rotinas mediante as políticas de informação implícitas em suas práticas; por exemplo, o CEMEF possui uma política de acervos que guia os procedimentos adotados para as ações de recolhimento, preservação e difusão do seu acervo.

Quadro 9 - Compilação dos centros – Acervo

CENTROS/ CATEGORIAS	Acervo				Comentários quanto ao acervo	Resgate de registros e lembranças - acervos não orgânicos			Inventário dos acervos	
	Bibliográfico	Arquivístico	Museológico	Outros		coleções de entrevistas	coleções de vídeos	outras coleções	museológico	biblioteconômico
CEMEMOR - Medicina	Sim	Sim	Sim	acervo fotográfico	Acervo bibliográfico com + de 16 mil exemplares. Acervo arquivístico institucional e pessoal de ex-professores e alunos ilustres (JK, Guimarães Rosa etc.) organizados.	Sim	sim	Negativos de vidro	parcial; início em 2014	Política de corte cronológico, Catalogado pela Bibliotecária da UFMG, via BU.
Centro Memória Engenharia	Sim	Sim	Sim	acervo fotográfico não tratado	Acervo bibliográfico de obras raras. Acervo arquivístico de arquivos pessoais de ex-professores. Acervo museológico muito grande.	Sim (não tratado nem catalogado)	Sim (não tratado nem catalogado)	-	simples listagem - descrição de objeto, ano e doador	em reestruturação, por bibliotecária aposentada
CEMEF - Ed. Física	Sim	Sim	Sim	-	O maior acervo é o arquivístico. <u>Fundos Institucionais - Índices</u> <u>Guias de Fontes - Arquivos Pessoais</u> <u>Guia de Fontes - Coleção Objetos Tridimensionais</u> <u>Periódicos da Biblioteca do CEMEF</u> Acervo Iconográfico (em construção) Acervo audiovisual (em construção) Outras Produções do CEMEF: > <u>Catálogo História do Corpo em Belo Horizonte</u> > <u>Guia de Fontes do CEMEF</u> > CD VI Seminário do CEMEF > DVD Eu vou te contar uma história	Sim (coleção da história oral)	Sim (relacionados à pesquisa da história oral)		Sim /Catalogados / disponibilizados no site	Sim /Catalogados /Disponibilizados no site
CEMENF - Enfermagem	Sim	Sim	Sim	acervo fotográfico e oral de professores	Acervo bibliográfico: obras a partir de 1930 e obras recentes. Arquivístico: acervo da Escola de Carlos Chagas organizado até 1968 (planilha excel); Museológico: a ser melhor organizado. Objetos possuem numeração e identificação; listagem na página da internet para consulta.	Sim (acervo oral, não tratado)	Sim (material didáticos e diversos, não tratado nem catalogado)	Material da capela	listagem com numeração de peças e listagem na internet	Listagem dos exemplares e relação de empréstimos
Centro Memória Veterinária	Sim	Sim	Sim	Acervo de professores	Acervo bibliográfico: textual, iconográfico, filmes, audiovisual e sonoro. Arquivístico: acervo de professores ligados a pesquisa e também possui periódicos. Museológico: materiais e equipamentos de laboratórios e de atividades de ensino profissional.	Sim (filmes e material de pesquisa e acervo de professores)			Em de processos. de catalogação	Em processo de catalogação

continua...

...continuação

Quadro 9 - Compilação dos centros – Acervo

CENTROS/ CATEGORIAS	Acervo				Comentários quanto ao acervo	Resgate de registros e lembranças - acervos não orgânicos			Inventário dos acervos	
	Bibliográfico	Arquivístico	Museológico	Outros		coleções de entrevistas	coleções de vídeos	outras coleções	museológico	biblioteconômico
Centro Memória Odontologia	Sim	Sim	Sim	Não	Acervo bibliográfico, mas não há concepção de tratar o acervo, apenas montar exposição. O acervo arquivístico é bem pequeno. Acervo museológico inclui os consultórios expostos que foram doados ao CM no início do séc. XX.	muito poucas	não	arquivo digital de fotografias e documentos	em reformulação - sumiço de peças	acervo e descrição via formulário, em processo
CDOC FAE	Sim	Sim	Sim	Não	Acervo bibliográfico: maior de obras. O acervo arquivístico é muito pequeno. Acervo museológico: possui algumas peças.	não		trabalhos realizados pelos alunos, CDs, livros de memória, fita cassete	inventário anual	livros cadastrados no sistema de bibliotecas
CEMEFAR Farmácia	Sim	Sim	Sim	Um pouco de material audiovisual (slides, fotos, alguns documentos)	Tem acervo bibliográfico. O acervo arquivístico é da faculdade de farmácia, que é disponibilizado para pesquisa. Tem acervo museológico.	entrevista em CD e vídeo do centenário da escola	vídeo do centenário da escola	projetos em andamento da memória oral	Realiza o inventário das peças museológicas	realiza o inventário dos livros. Política de aquisição de formação do acervo é muito difícil
Centro Memória FALE - Letras	Sim	Sim	Sim	Acervo de fotos, vídeos e fita cassete	O acervo museológico tem a cadeira do primeiro reitor da UFMG, Prof. Mendes Pimentel. O acervo, em geral, é pequeno.	□□(coleção de fita, entrevista com José Saramago - Nobel de literatura - quando esteve na escola)	fitas cassete com depoimentos de ex-diretores da FALE		acervo museológico com fichas com descrição realizada por prof. de biblioteconomia. Não catalogados ainda.	acervos com fichas com descrição realizada por prof. de biblioteconomia,

5.5 Características Gerais dos centros de memória da UFMG

Após análise dos centros de memória estudados neste trabalho, realizou-se uma classificação dos centros de memória, considerando-se seu grau de estruturação, que leva em conta os aspectos apresentados nos quadros a seguir. Foram considerados os seguintes elementos para análise:

A. ESTRUTURA/ORGANIZAÇÃO

EO1. Quanto à missão:

- ✓ estágio 1 – há missão, mas ela é limitada à preservação histórica
- ✓ estágio 2 – há missão, e esta abrange, além da preservação histórica, elementos de divulgação ou pesquisa
- ✓ estágio 3 - há missão, e esta abrange, além da preservação histórica e memória, elementos de divulgação, pesquisa e reflexão quanto à memória

EO2. Quanto à constituição/origem e documentação:

- ✓ estágio 1 – há apenas registro de criação – “passou em reunião da congregação”
- ✓ estágio 2 – há registro congregação e declaração de criação.
- ✓ estágio 3 - há documento de criação além da congregação, como Resolução, Regimento, além de outros documentos como estatuto, contrato social.

Fonte: O quadro 4, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias EO1 e EO2.

EO3. Quanto aos documentos de direção:

Dentre os seis documentos de direção: (1) plano de ação, (2) organograma, (3) relatório de atividades, (4) atos normativos, (5) relatório gerencial e (6) manual de procedimentos, o CM apresenta:

- ✓ estágio 1 – Apenas um documento
- ✓ estágio 2 – dois a três documentos
- ✓ estágio 3 – quatro a seis documentos

EO4. Quanto aos documentos de reunião:

Dentre os documentos de reunião: (1) atas de reuniões, (2) outros o CM apresenta:

- ✓ estágio 1 – nenhum ou um documento informal
- ✓ estágio 2 – atas e relatórios
- ✓ estágio 3 – atas, relatórios e outros documentos

Fonte: O quadro 5, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias EO3 e EO4.

EO5. Quanto aos recursos financeiros:

- ✓ estágio 1 – o CM conta apenas com apoio interno/unidade vinculado
- ✓ estágio 2 – o CM conta com apoio interno e apoio externo, sendo este, esporádico
- ✓ estágio 3 – o CM conta com apoio interno e externo, apresentando um histórico de Instituições financiadoras

EO6. Quanto aos profissionais que atuam no centro:

- ✓ estágio 1 – o CM conta apenas com voluntários
- ✓ estágio 2 – o CM conta com profissionais fixos, bolsistas, outros técnicos, mas não diretamente relacionados às funções relacionadas ao CM ou com estrutura diminuta
- ✓ estágio 3 – o CM conta com profissionais fixos e diretamente relacionados às funções relacionadas ao CM, além de apresentar estrutura robusta, com várias categorias de profissionais e bolsistas envolvidos

Fonte: O quadro 6, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias EO5 e EO6.

EO7. Quanto à estrutura de pessoal e física:

- ✓ estágio 1 – não está estabelecida ou é inexistente
- ✓ estágio 2 – há uma estrutura física, mas o corpo de trabalho não é fixo ou apresenta muita variação
- ✓ estágio 3 – há estrutura física e de pessoal bem estabelecida

EO8. Quanto à vinculação hierárquica

- ✓ estágio 1 – não está estabelecida ou em reformulação
- ✓ estágio 2 – há uma vinculação informal ou uma gestão externa
- ✓ estágio 3 – há vinculação formal e gestão interna

Fonte: O quadro 7, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias EO7 e EO8.

B. COMUNICAÇÃO

CO1. Quanto à divulgação/comunicação:

- ✓ estágio 1 – o CM não possui página na web nem *link* na unidade em que está relacionado
- ✓ estágio 2 – o CM possui apenas link no site da Unidade em que está relacionado ou endereço de rede social
- ✓ estágio 3 – o CM possui site próprio e sua página é atualizada com frequência, comunicando suas ações e eventos

CO2. Quanto à identificação de usuários:

- ✓ estágio 1 – o CM não possui identificação de visitas
- ✓ estágio 2 – o CM possui identificação de visitas limitado a livro para exposições ou eventos
- ✓ estágio 3 – o CM possui identificação diária de visitas via normas internas, com formulários individuais

CO3. Quanto aos usuários:

- ✓ estágio 1 – o CM recebe apenas uma das três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo) e em pequenas quantidades
- ✓ estágio 2 – o CM recebe ao menos duas das três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo)
- ✓ estágio 3 – o CM recebe as três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo) em quantidades significativas

CO4. Quanto às atividades/rotina:

- ✓ estágio 1 – o CM possui apenas atividades internas ou está em reforma
- ✓ estágio 2 – o CM possui atividades que envolvem visitas, e outras em caráter esporádico
- ✓ estágio 3 – o CM possui atividades que envolvem visitas, apresenta exposições fixas e itinerantes, cursos, publicações, seminários, ministra disciplinas optativas para curso de graduação, divulgação via *facebook*, *folder*, projetos de pesquisas entre outros.

Fonte: O quadro 8, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias CO1, CO2, CO3 e CO4.

C. ACERVO

AC1. Quanto ao acervo:

- ✓ estágio 1 – o CM apresenta uma categoria de acervo dentre bibliográfico, arquivístico e museológico; em processo de tratamento científico;
- ✓ estágio 2 – o CM apresenta as categorias de acervo dentre bibliográfico, arquivístico e museológico, e dentre elas uma já tratada e as outras em processo de tratamento científico;
- ✓ estágio 3 – o CM apresenta as três categorias de acervo: bibliográfico, arquivístico e museológico e dentre elas duas ou todas já tratadas tecnicamente.

AC2. Quanto aos acervos não orgânicos

- ✓ estágio 1 – o CM apresenta uma categoria de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções) e esta não está, ainda, tratada cientificamente
- ✓ estágio 2 – o CM apresenta apenas uma categoria tratada cientificamente ou duas ou três categorias de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções), mas ainda está em processo de tratamento científico de alguma categoria
- ✓ estágio 3 – o CM apresenta apenas duas ou três categorias de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções) e estas estão tratadas cientificamente

AC3. Quanto ao inventário dos acervos:

- ✓ estágio 1 – acervos não inventariados
- ✓ estágio 2 – o inventário é parcial e está em processo de catalogação
- ✓ estágio 3 – o inventário está realizado e catalogação pronta

Fonte: O quadro 9, apresentado neste trabalho, sumariza as fontes de pesquisa para as categorias AC1, AC2 e AC3.

A classificação feita por estrutura, levando em conta aspectos administrativos e de comunicação, permite ao pesquisador ter uma visão abrangente e consolidada de cada centro, em comparação com o conjunto.

A análise foi feita com base nos documentos e entrevistas já referidos nesta pesquisa. Os quadros- resumo a seguir remetem às fontes consultadas e foram elaborados como uma tentativa de transformar dados qualitativos em quantitativos, com base na ciência da Administração. As escalas foram construídas mediante elaboração própria, considerando-se graus de estrutura partindo do mais simples ao mais complexo.

Observa-se que os centros que apresentam estruturas mais sólidas, com práticas e políticas já consolidadas, alcançam, no cômputo geral, os primeiros lugares na classificação. Pode-se inferir, por conseguinte, que suas práticas e políticas mais estruturadas podem servir como modelo para outros centros que estão em fase de desenvolvimento. Suas experiências podem servir para que os centros mais recentes ou que apresentam lacunas em algumas das práticas aqui estudadas possam usufruir das ideias e atividades desenvolvidas por esses centros mais robustos e possam, desse modo, desenvolver ou aprimorar rotinas de atividades de seus centros.

Para a categoria EO1, foram considerados os textos da missão e as funções. O Centro de Medicina - CEMEMOR, embora não explicita em sua missão os termos ‘divulgação’ ou ‘pesquisa’, expõe, com o termo “a fim de manter viva a história”, elementos de divulgação e pesquisa. O Centro de Memória da Engenharia e o Centro de Memória FAE – da Faculdade de Letras atêm-se à primeira categoria, manter viva a memória; os centros de memória da Medicina – CEMEMOR, o FAE e o da Veterinária (cumpre observar que o Centro de Memória da Veterinária apresenta a parte de pesquisa em suas funções, não o explicita em sua missão) apresentam missões que abrangem divulgação e pesquisa, enquadrando-se no estágio 2; os centros de memória da Educação Física – CEMEF, da Enfermagem – CEMENF, da Farmácia - CEMEFAR, e Centro da Odontologia apresentam as estruturas mais complexas nessa categoria, trazendo não somente elementos de preservação histórica, mas também de divulgação e reflexão quanto à memória, enquadrando-se, todos, no estágio 3.

Na categoria EO2, referente à constituição/origem e documentação, os centros de memória da Engenharia, de Educação Física, de Odontologia, de Farmácia e de Letras apresentam apenas registro de criação de passar em reunião da congregação; logo, são classificados no estágio 1. O da FAE aponta que está vinculado à Biblioteca da Unidade, não apresentando documentação que permita classificá-lo em estágio diferente do 1. Embora os

centros de Educação Física e o de Farmácia informem que o regimento está ‘em construção’, foram mantidos na categoria de estágio 1. O centro de Memória da Veterinária apresentou declaração de criação, o que o enquadra na categoria 2. O Centro de Enfermagem (CEMENF) e o Centro de Memória da Medicina - CEMEMOR apresentam aprovação em reunião de congregação, resolução e regimento, atingindo o grau maior nesse quesito.

No que se refere à categoria EO3, quanto aos documentos de direção, tem-se: os centros de memória da Engenharia, da Veterinária, e o FALE – Letras apresentam-se no estágio inicial, tendo no máximo um documento de direção, dentre Plano de Ação, Organograma, Relatório de Atividades, Atos Normativos, Relatório Gerencial e Manual de Procedimentos. Os centros de memória da Educação Física, da Enfermagem (CEMENF), da Odontologia, o FAE e o da Farmácia estão no estágio 2, apresentando de dois a três documentos. O Centro de Memória da Medicina – CEMEMOR alcançou o estágio 3, apresentando de quatro a seis documentos. Cabe destacar, ainda, que o CEMEMOR e o CEMENF são os únicos que apresentaram plano de ação, um documento importante para direcionar as atividades de uma instituição.

A análise da categoria EO4, documentos de reunião, traz a seguinte compilação: com exceção do Centro de Memória FAE, que está no estágio 2, contendo atas e relatórios, todos os demais centros apresentam apenas um documento informal ou relatório de reunião, ou seja, enquadram-se no estágio 1. Não ter registros formais é algo que causa impacto organizacional e impede o acompanhamento das decisões que foram tomadas. Administrativamente, é uma perda para os centros de memória não terem registro de suas reuniões e é até um contrassenso se for pensada a função da memória de registrar fatos e acontecimentos. Este é um item que os centros deveriam por atenção.

A categoria EO5 abrange recursos financeiros e traz o seguinte retrato: os centros de memória da Veterinária e o FALE – Letras possuem, por enquanto, apenas recursos internos, ficando no estágio 1 de classificação; os centros de memória da Engenharia, da Enfermagem – CEMENF, da Veterinária e de Odontologia estão no estágio 2, o que equivale a ter apoio interno e externo, sendo este último esporádico; o Centro de Memória da Medicina – CEMEMOR, o da Educação Física - CEMEF e o Centro de Memória FAE apresentam-se como os que atualmente têm uma estrutura mais robusta, alcançando financiamento interno e externo frequente, o que os leva ao estágio 3.

Quanto à categoria EO6, que abrange a diversidade de profissionais que atuam no centro e se tais profissionais são fixos ou voluntários, obtém-se este quadro: os centros de

memória apresentam, em sua maioria, uma estrutura semelhante, composta de um ou dois profissionais especializados e alguns bolsistas. O Centro de Memória da Odontologia conta com um historiador e um voluntário; enquadrando-se no estágio 1; os centros de memória da Engenharia, da Enfermagem – CEMENF, da farmácia e o Fale – da Faculdade de Letras contam, por sua vez, com uma estrutura que abrange profissionais fixos, bolsistas, outros técnicos, mas não diretamente relacionados às funções relacionadas ao CM e todos estes citados apresentam uma estrutura considerada diminuta, o que os enquadra no grau 2. Os centros de memória de Medicina – CEMEMOR, de Educação Física – CEMEF e o FAE, por sua vez, já contam com uma estrutura mais diversificada, o que permite o enquadramento no grau 3, conforme especificado no quadro 6 deste trabalho.

No tocante à categoria EO7, estrutura de pessoal e física, o Centro de Memória De Engenharia enquadra-se no estágio 1, que corresponde a uma estrutura não estabelecida ou inexistente; os centros de memória da Veterinária, da Odontologia, da Farmácia e o FALE – Faculdade de Letras estão no estágio 2, pelos dados obtidos, significando que há uma estrutura física, mas o corpo de trabalho não é fixo ou apresenta muita variação; os centros de memória da Medicina – CEMEMOR, da Educação Física – CEMEF, da Enfermagem - CEMENF e o FAE contam com uma estrutura física e de pessoal bem estabelecida, enquadrando-se no estágio 3.

A categoria E08 permite identificar a vinculação hierárquica, que está assim compilada: os centros de memória da Engenharia, da Odontologia e o FALE – Faculdade de Letras não têm vinculação estabelecida ou tais centros estão em um processo de reformulação. Os centros de memória da Veterinária e o da Farmácia apresentam vinculação informal ou gestão externa. Os demais – Centro de Memória da Medicina – CEMEMOR; da Educação Física – CEMEF, da Enfermagem – CEMENF e o FAE têm vinculação formal e gestão interna.

Com relação à comunicação, tem-se:

Categoria CO1 – quanto à divulgação/comunicação: os CMs da Engenharia, FAE e FALE – Letras apresentam grau 1, pois não possuem *site* nem *link* na página da unidade; os CMs da Medicina, da Enfermagem, da Veterinária, da Odontologia e CEMEFAR estão no grau 2, conforme detalhado no quadro 8 deste trabalho; e o CEMEF alcançou o grau 3, pois possui página na web e a atualizam com frequência.

Categoria CO2 – quanto à identificação de usuários, tem-se: o Centro de Memória da Engenharia não possui elementos para registro de identificação; logo, classifica-se no estágio 1. Os centros de memória da Medicina – CEMEMOR, da Enfermagem – CEMENF, da

Veterinária, da Odontologia, da Farmácia e o FALE – da Faculdade de Letras já estão mais bem estruturados, apresentando identificação de visitas, ainda que limitados a livro para exposições ou eventos. Por fim, tem-se os centros de memória da Educação Física e o FAE, com uma estrutura mais robusta neste quesito, apresentando identificação diária de visitas e formulários individuais.

Categoria CO3 – os CMs da Engenharia e da FALE – Letras recebem apenas uma das três categorias de usuários (pesquisadores, alunos de graduação e público externo), conforme detalhado no quadro 8 deste trabalho; assim, estão no estágio 1. Os CMs da Odontologia e o CEMEFAR da Farmácia alcançam o estágio 2, recebendo ao menos duas das três categorias e, no estágio mais alto, o 3, estão os CMs CEMEMOR, CEMEF, CEMENF, Veterinária, e CDOC FAE que recebem as três categorias de usuários.

Categoria CO4 – O CM da Engenharia está no primeiro estágio no que se refere às atividades/rotina, o centro está em reforma e possuem apenas atividades internas. CMs da Odontologia, da Veterinária e da FALE apresentam atividades que envolvem visitas, ainda que de caráter esporádico. No estágio 3, encontram-se os CMs CEMEMOR, CEMEF, CEMENF, CDOC FAE e CEMEFAR demonstrando, além das atividades internas, diversas ações como visitas, exposições físicas e/ou itinerantes, seminários e divulgação por vários meios entre outras.

Sobre o acervo, o estudo realizado traz o seguinte resultado:

Categoria AC1 – os CMs da Engenharia, Veterinária, da Odontologia e o FALE – da Letras apresentam-se no estágio 1, que abrange centros que possuem uma ou mais categorias de acervos (bibliográfico, arquivístico e museológico) em processo de tratamento científico; os CMs da Medicina CEMEMOR, da Enfermagem – CEMENF, da Farmácia – CEMEFAR estão no estágio 2, o que significa que possuem apenas uma categoria de acervo tratada cientificamente e as outras em processo de tratamento parcial, e no estágio 3, estão os centros de memória da Educação Física – CEMEF e o CDOC da FAE são os que se apresentaram como contendo duas ou todas as categorias do acervo já tratadas tecnicamente (vide detalhes no quadro 9).

Categoria AC2 – quanto aos acervos não orgânicos, os CMs da Engenharia, da Enfermagem – CEMENF, da Veterinária, da Odontologia e o FALE – da Faculdade de Letras estão no primeiro estágio, isto é, apresentam apenas uma categoria de acervo e esta não está, ainda, tratada cientificamente. No segundo estágio, encontram-se os centros de memória FAE e o da Farmácia, os quais apresentam uma categoria tratada cientificamente ou duas a três

categorias de acervo que ainda estão em processo de tratamento científico; no estágio 3, correspondente aos centros que possuem duas ou três categorias de acervo tratadas cientificamente, encontram-se os centros de memória da Medicina – CEMEMOR e o da Educação Física – CEMEF.

Categoria AC3 – correspondente ao inventário dos acervos, traz o seguinte panorama: o CM da FALE não tem inventário do seu acervo, enquadrando-se no estágio 1; no estágio 2, compreendendo os centros de memória que possuem inventário parcial e em processo de catalogação, estão seis dos nove centros: os CMs da Medicina – CEMEMOR, CM da Engenharia, da Enfermagem – CEMENF, da Veterinária, da Odontologia e o CEMEFAR da Farmácia; no estágio 3, que representa os centros de memória que possuem inventário realizado e catalogação pronta, estão os centros de memória da Educação Física – CEMEF e o CDOC FAE. Cumpre ressaltar que tal classificação não pretende ser exaustiva; há, claro, diversos outros elementos que poderiam ser usados para categorizar um elemento, como, por exemplo, complexidade do acervo, quantidade de itens etc. Esta proposta tem a intenção de trazer uma fotografia do momento atual dos centros de memória da UFMG e apresentar um panorama com recomendações para aprimoramento administrativo.

Com essas pontuações, é possível identificar em quais elementos um centro precisa por atenção imediata, em quais outros pode tomar decisões de aprimoramento, em quais pode se considerar em um nível adequado. Desse modo, pode tomar uma decisão administrativa com mais propriedade, ao comparar-se com outros centros da mesma instituição, ou seja, que possuem, em tese, elementos similares de contexto. Um centro pode inspirar-se em ações que outro centro tomou e, com essa ideia, aplicar ao seu contexto individual soluções que possam auxiliá-lo a chegar a um patamar melhor e, conseqüentemente, favorecer o cumprimento de sua missão.

Em conjunto, as pontuações também permitem identificar como estão os centros de memória da UFMG estudados, em cada quesito. Os elementos gráficos a seguir sumarizam essa observação:

Figura 12 – Panorama de Estrutura/Organização dos Centros de Memória da UFMG

ESTRUTURA/ORGANIZAÇÃO		
EO1. Quanto à missão:	# centros da UFMG	em %
✓ estágio 1 – há missão, mas ela é limitada à preservação histórica	2	22%
✓ estágio 2 – há missão, e esta abrange, além da preservação histórica, elementos de divulgação ou pesquisa	3	33%
✓ estágio 3 – há missão, e esta abrange, além da preservação histórica e memória, elementos de divulgação, pesquisa e reflexão quanto à memória	4	44%
EO2. Quanto à constituição/origem e documentação:		
✓ estágio 1 – há apenas registro de criação – “passou em reunião da congregação”	6	67%
✓ estágio 2 – há registro congregação e declaração de criação.	1	11%
✓ estágio 3 – há documento de criação além da congregação, como Resolução, Regimento, além de outros documentos como estatuto, contrato social.	2	22%
EO3. Quanto aos documentos de direção:		
Dentre os seis documentos de direção: (1) plano de ação, (2) organograma, (3) relatório de atividades, (4) atos normativos, (5) relatório gerencial e (6) manual de procedimentos, o CM apresenta:		
✓ estágio 1 – Apenas um documento	3	33%
✓ estágio 2 – dois a três documentos	5	56%
✓ estágio 3 – quatro a seis documentos	1	11%
EO4. Quanto aos documentos de reunião:		
Dentre os documentos de reunião: (1) atas de reuniões, (2) outros o CM apresenta:		
✓ estágio 1 – nenhum ou um documento informal	8	89%
✓ estágio 2 – atas e relatórios	1	11%
✓ estágio 3 – atas, relatórios e outros documentos	0	0%
EO5. Quanto aos recursos financeiros:		
✓ estágio 1 – o CM conta apenas com apoio interno/unidade vinculado	2	22%
✓ estágio 2 – o CM conta com apoio interno e apoio externo, sendo este, esporádico	4	44%
✓ estágio 3 – o CM conta com apoio interno e externo, apresentando um histórico de Instituições financiadoras	3	33%
EO6. Quanto aos profissionais que atuam no centro:		
✓ estágio 1 – o CM conta apenas com voluntários	1	11%
✓ estágio 2 – o CM conta com profissionais fixos, bolsistas, outros técnicos, mas não diretamente relacionados às funções relacionadas ao CM ou com estrutura diminuta	5	56%
✓ estágio 3 – o CM conta com profissionais fixos e diretamente relacionados às funções relacionadas ao CM, além de apresentar estrutura robusta, com várias categorias de profissionais e bolsistas envolvidos	3	33%
EO7. Quanto à estrutura de pessoal e física:		
✓ estágio 1 – não está estabelecida ou é inexistente	1	11%
✓ estágio 2 – há uma estrutura física, mas o corpo de trabalho não é fixo ou apresenta muita variação	4	44%
✓ estágio 3 – há estrutura física e de pessoal bem estabelecida	4	44%
EO8. Quanto à vinculação hierárquica		
✓ estágio 1 – não está estabelecida ou em reformulação	3	33%
✓ estágio 2 – há uma vinculação informal ou uma gestão externa	2	22%
✓ estágio 3 – há vinculação formal e gestão interna	4	44%

Fonte: elaboração própria

Figura 13 - Panorama de Comunicação – Centros de Memória da UFMG

COMUNICAÇÃO	# centros da UFMG	em %
CO1. Quanto à divulgação/comunicação:		
✓ estágio 1 – o CM não possui página na web nem <i>link</i> na unidade em que está relacionado	3	33%
✓ estágio 2 – o CM possui apenas link no site da Unidade em que está relacionado, sem apresentar uma página própria ou apresenta página própria sem atualização	4	44%
✓ estágio 3 – o CM possui página na web (site, redes sociais) esta é atualizada com frequência, comunicando suas ações e eventos	2	22%
CO2. Quanto ao controle de usuários:		
✓ estágio 1 – o CM não possui controle de visitas	1	11%
✓ estágio 2 – o CM possui controle de visitas limitado a livro para exposições ou eventos	6	67%
✓ estágio 3 – o CM possui controle diário de visitas e com formulários individuais	2	22%
CO3. Quanto aos usuários:		
✓ estágio 1 – o CM recebe apenas uma das três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo) e em pequenas quantidades	4	44%
✓ estágio 2 – o CM recebe ao menos duas das três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo)	3	33%
✓ estágio 3 – o CM recebe as três categorias (pesquisadores, alunos de graduação e público externo) em quantidades significativas	2	22%
CO4. Quanto às atividades/rotina:		
✓ estágio 1 – o CM possui apenas atividades internas ou está em reforma	3	33%
✓ estágio 2 – o CM possui atividades que envolvem visitas, mas em caráter esporádico	2	22%
✓ estágio 3 – o CM possui atividades que envolvem visitas, apresenta exposições fixas e itinerantes, divulgação diversos meios: jornal, <i>facebook</i> , <i>folder</i> , e horário de funcionamento do centro divulgado.	4	44%

Fonte: elaboração própria

Figura 14 - Panorama Acervos – Centros de Memória da UFMG

ACERVO	# centros da UFMG	em %
AC1. Quanto ao acervo:		
✓ estágio 1 – o CM apresenta uma ou mais categoria de acervo (dentre bibliográfico, arquivístico e museológico), em pouca quantidade	4	44%
✓ estágio 2 – o CM apresenta apenas uma categoria de acervo tratada cientificamente ou duas ou três categorias de acervo (dentre bibliográfico, arquivístico e museológico), mas ainda está em processo de tratamento científico de alguma categoria	3	33%
✓ estágio 3 – o CM apresenta apenas duas ou três categorias de acervo (dentre bibliográfico, arquivístico e museológico) e estas estão sendo tratadas tecnicamente	2	22%
AC2. Quanto aos acervos não orgânicos		
✓ estágio 1 – o CM apresenta uma categoria de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções) e esta não está, ainda, tratada cientificamente	5	56%
✓ estágio 2 – o CM apresenta apenas uma categoria tratada cientificamente ou duas ou três categorias de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções), mas ainda está em processo de tratamento científico de alguma categoria	2	22%
✓ estágio 3 – o CM apresenta apenas duas ou três categorias de acervo (dentre coleções de entrevistas, coleções de vídeos e outras coleções) e estas estão tratadas cientificamente	2	22%
AC3. Quanto ao inventário dos acervos:		
✓ estágio 1 – o inventário está em processo	2	22%
✓ estágio 2 – o inventário é parcial e está em processo de catalogação	5	56%
✓ estágio 3 – o inventário está realizado e catalogação pronta	2	22%

Quadro 10 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (1) Estrutura/Organização; (2) Comunicação; (3) Acervo

CENTROS	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	EO7	EO8	CO1	CO2	CO3	CO4	AC1	AC2	AC3	TOTAL	CLASS TOT
1. CEMEMOR - Medicina	2	3	3	1	3	3	3	3	2	2	3	3	2	3	2	38	3
2. Centro Memória Engenharia	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	18	9
3. CEMEF - Ed. Física	3	1	2	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	40	1
4. CEMENF - Enfermagem	3	3	2	1	2	2	3	3	2	2	3	3	2	1	2	34	4
5. Centro Memória Veterinária	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	3	2	1	1	2	26	6
6. Centro Memória Odontologia	3	1	2	1	2	1	2	1	2	2	2	2	1	1	2	25	7
7. Centro Memória FAE	2	1	2	2	3	3	3	3	1	3	3	3	3	2	3	37	2
8. Centro Memória Farmácia	3	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	29	5
9. Centro Memória FALE - Letras	1	1	1	1	1	2	2	1	1	2	1	2	1	1	1	19	8

Fonte: elaboração própria

Quadro 11 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (1) Estrutura/Organização

CENTROS	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	EO7	EO8	TOTAL EO
1. CEMEMOR - Medicina	2	3	3	1	3	3	3	3	21
2. Centro Memória Engenharia	1	1	1	1	2	2	1	1	10
3. CEMEF - Ed. Física	3	1	2	1	3	3	3	3	19
4. CEMENF - Enfermagem	3	3	2	1	2	2	3	3	19
5. Centro Memória Veterinária	2	2	1	1	1	2	2	2	13
6. Centro Memória Odontologia	3	1	2	1	2	1	2	1	13
7. CDOC FAE	2	1	2	2	3	3	3	3	19
8. CEMEFAR - Farmácia	3	1	2	1	2	2	2	2	15
9. Centro Memória FALE - Letras	1	1	1	1	1	2	2	1	10

Fonte: elaboração própria

Quadro 12 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (2) Comunicação

CENTROS	CO1	CO2	CO3	CO4	TOTAL CO
1. CEMEMOR - Medicina	2	2	3	3	10
2. Centro Memória Engenharia	1	1	1	1	4
3. CEMEF - Ed. Física	3	3	3	3	12
4. CEMENF - Enfermagem	2	2	3	3	10
5. Centro Memória Veterinária	2	2	3	2	9
6. Centro Memória Odontologia	2	2	2	2	8
7. CDOC FAE	1	3	3	3	10
8. CEMEFAR - Farmácia	2	2	2	3	9
9. Centro Memória FALE - Letras	1	2	1	2	6

Fonte: elaboração própria

Quadro 13 - Classificação dos CM quanto aos estágios - (3) Acervo

CENTROS	AC1	AC2	AC3	TOTAL AC
1. CEMEMOR - Medicina	2	3	2	7
2. Centro Memória Engenharia	1	1	2	4
3. CEMEF - Ed. Física	3	3	3	9
4. CEMENF - Enfermagem	2	1	2	5
5. Centro Memória Veterinária	1	1	2	3
6. Centro Memória Odontologia	1	1	2	3
7. CDOC FAE	3	2	3	8
8. CEMEFAR - Farmácia	2	2	2	6
9. Centro Memória FALE - Letras	1	1	1	3

Fonte: elaboração própria

5.6. Os Centros de memória da UFMG São centros de memória?!

A pergunta acima só aparentemente é desprovida de sentido. Conforme se observa na descrição pormenorizada de cada centro acima, origem, composição e trajetória institucional dos centros de memória da UFMG são as mais diversas. Esse conjunto multifacetado gera um quadro diversificado de experiências e de projetos memória. A partir da tipologia da Bellotto (2014), empreende-se a classificação das unidades de informação estudadas no quadro 10, a seguir.

Quadro 14 - Características das Instituições de Memória: Acervos e tipo de documentação

CENTROS	BIBLIOTECA	ARQUIVO	MUSEU	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	CENTRO DE MEMÓRIA
CMs	Os livros, as revistas ou os chamados 'multimeios'. Coleção, documentos unidos pelo conteúdo.	Fundos, documentos unidos pela proveniência (origem)	Coleção, documentos unidos pelo conteúdo ou pela função.	Audiovisuais (reproduções) ou virtual, exemplar único ou múltiplo. Representa uma soma das instituições: biblioteca, arquivo e museus.	Documentos Representa uma soma das instituições: biblioteca, arquivo e museus.
CEMEMOR – FAC.MEDICINA	16.000 exemplares. Obras raras de 1685 e 1735 Manuscritos e teses	Acervo Institucional (atas, livros diplomas, tiro de guerra) e pessoal de ex professores, como JK e Guimaraes Rosa.	Acervo tridimensional com instrumentos médico-cirúrgicos das diversas áreas médica. Medicamentos, vasilhames laboratório, e aparelhos de Diagnósticos. Moveis. Exposição permanente		Acervo Fotográfico Acervo de depoimentos Objetos pessoais, painéis, telas, gravuras. Exposições temáticas temporárias. Coleções de CD e fitas cassete. Coleções de negativos de vidro.
CENTRO DE MEMÓRIA DA ENGENHARIA	Obras raras	Arquivo pessoal do Prof. Hugo Sepulveda e outros. Não contem documentos institucionais	Acervo grande composto de equipamentos das várias áreas da engenharia: ateodolitos, balanças analíticas, régua e etc.		Acervo Fotográfico de originais e não originais.

CEMEF ED.FISICA –	Livros, revistas, jornais, filmes,	Fundos institucionais e arquivos pessoais (*) o acervo arquivístico é o maior	Objetos tridimensionais (coleção museológica tem poucas peças).		Acervo audiovisual; Acervo Icnográfico Coleção história oral
CEMENF ENFERMAGEM –	Obras a partir de 1930 e obras recentes sobre a memória da Enf.	Acervo Institucional Escola Carlos Chagas até 1968. E parte do acervo institucional Enf.	Acervo tridimensionais com peças diversas da área: Exposição permanente		Acervo fotográfico e oral, 02 laboratórios de historia da enfermagem e historia e educação em saúde.
CM VETERINARIA	Acervo textual, icnográfico, filmes, áudio visual e sonoro. Livros e materiais didáticos.	Acervo Professores, Periódicos e outros.	Equipamentos e Materiais de laboratório e de atividades de ensino. Exposição permanente		Exposições temáticas temporárias.
CM ODONTOLOGIA	Bibliográfico pequeno.	Não, tratado.	Acervo com exposição permanente de peças e consultórios odontológicos do Sec. XIX e peças espalhadas pela Unidade		Concepção do centro é montar exposições
CDOC FAE –	Acervo de obras rara, no sistema BU: Acervo provados de Lucia Casa Santa, Alaide Lisboa, Helana Antipof. Coleções de manuais escolares e literatura infantil em língua portuguesa. Obras raras, teses e dissertações.	Pequeno acervo arquivístico institucional	Poucas peças: maquina de escrever do inicio do século, algumas medalhas.		Não tem exposições permanente. O CM é subordinado à Biblioteca da FAE.
CEMEFAR	Livros, periódicos, cartilhas. Obras raras e históricos. Fotografias.	Conjunto de documentos relacionados a historia da farmácia.	Equipamentos farmacêuticos.		Exposição permanente.
CM FALE	Alguns livros	Alguns documentos.	Mesa do primeiro reitor Mendes Pimentel e outras peças.	Copias de documentos ref. a historia da FALE	Exposição permanente, que conta a historia da FALE até a chegada ao <i>campus</i> UFMG.

Fonte: elaboração própria, com base na tipologia de Bellotto (2014)

As características apresentadas pelos CMs da UFMG, em relação à tipologia de Belloto (2014), revelam que os centros de memória são voltados para fins técnicos científico artísticos, culturais e educativos. Quanto à documentação e ao tipo de suporte, apresentam documentos impressos, cópias, manuscritos, objetos bi/tridimensionais, materiais de bibliotecas, arquivos e museus. Em relação a como adquirem o acervo, registram formas mistas, como doação e compra; sobre o processo técnico utilizado, observa-se um tratamento misto, segundo o gênero do seu material; seus usuários são pesquisadores, alunos e visitantes internos e externos. Quanto aos objetivos dos CMs da UFMG: no geral, procuram preservar a memória e a história da unidade, assim como da área que representam, sendo um espaço para reflexão e produção de conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros de memória da UFMG tratam o conceito de informação e levam em conta aspectos como função social da informação e impactos culturais em seu trabalho diário. Com relação à indagação se os centros de memória da UFMG são realmente centros de memória em sua concepção e aplicação, pode-se observar que os centros de memória pesquisados apresentam diversidade no tocante a diversos aspectos, como origem, composição e trajetória institucional. Do ponto de vista da discussão sobre a conceituação da informação, constata-se que essa diversidade não vai de encontro à teoria, dado que para a Ciência da Informação, como anteriormente apresentado, a conceituação da informação deve levar em conta o caráter subjetivo que torna tal conceito amplo e multifacetado. Também se observa que os centros de memória demonstram, independentemente de suas diferentes origens e estruturas, um objetivo implícito de preservar a cultura e a identidade, como destacam Camargo e Goulart (2015).

Para autores como Capurro; Hjørland (2007) e Capurro (2003), por exemplo, não se pode esquecer a dimensão da relação entre indivíduo e conhecimento e, considerando-se a conceituação de centros de memória, os centros da UFMG que foram objeto de pesquisa deste trabalho apresentam, sim, características que podem classificá-los como tais; no entanto, poucos são os centros que apresentam políticas que levam em conta os impactos culturais de suas atividades, ou a função social da informação no trabalho diário. A informação como um fenômeno social deve considerar a transitoriedade e a dinamicidade que são próprias de um processo que relaciona indivíduo e conhecimento – para cada um, o contato com a informação representará um estado diverso de modificação do conhecimento.

No que concerne à Administração, a proposição de classificar a maturidade dos centros de memória utilizando-se de elementos que são parte do construto das ciências sociais aplicadas propiciou a identificação de que as políticas mais robustas podem servir de *benchmarking* para os centros ainda menos estruturados, propiciando ganho de conhecimento em escala e, conseqüentemente, uma evolução mais rápida, por meio da troca de experiências.

Essa troca de experiências poderia ser feita por meio de seminários sobre catalogação de acervos de CMs, inventariando os objetos dos CMs, construção de *website* de um CM, e até mesmo na construção de políticas para apoio aos CM e a outros centros na instituição. Em suma, a administração de um Centro de Memória é uma atividade que

acrescenta ao dia a dia desses locais ações que permitam o alcance dos objetivos e missão inicialmente propostos de uma maneira eficaz.

Percebe-se, com a classificação proposta, que no tocante à estrutura/organização, há necessidade de os centros colocarem mais atenção em aspectos administrativos como o registro de sua constituição, atas das reuniões realizadas, documentos de direção, para que possam desenvolver suas atividades com base em um norte e possam, dessa forma, alcançar sua missão com mais eficácia. Na comunicação, pode-se trabalhar a categoria de usuários, desenvolver *websites* e atualizar *links* para divulgação do trabalho e aprimorar os outros elementos, que estão em estágios mais avançados; quanto ao acervo, tratar tecnicamente as categorias existentes e inventariar o que está em posse de cada centro de memória.

Por fim, essa particularização da experiência verificada nos centros de memória estudados, que leva a um conjunto deveras diverso em termos de estrutura, robustez e objetivos, bem como a um resultado que os torna praticamente casos específicos, pode ser resultado de uma ausência de política institucional para os referidos centros de memória. Em locais em que existe uma política institucional, como no caso do CMU Unicamp, pode ser observado que há maior uniformidade no que se refere à estruturação dos centros de memória. A existência dessas políticas também auxiliaria a identificar claramente as funções institucionais dos CMs frente ao sistema de arquivos institucionais, sistema de biblioteca e rede de museus da UFMG - em vez de conflitos, poderia haver um trabalho colaborativo.

Como limitações do estudo, pode-se apontar o fato de que não foi possível aplicar todos os procedimentos metodológicos em todos os centros, até porque nem todos os centros estavam abertos ou contavam com os mesmos profissionais para entrevista. A diferença temporal de existência de cada centro e as distintas experiências dos profissionais entrevistados podem resultar em diversos modos de ver o Centro e, indiretamente, influenciar nos resultados da observação de pesquisa.

Para estudos futuros, pretende-se identificar como os referidos centros tratam a gestão da informação e do conhecimento de seus objetos museais, para propor ações que visam robustecer a relação gerencial desses dois grandes construtos sociais – informação e conhecimento – com os objetos museais. Trata-se, portanto, da relação da gestão da informação e do conhecimento em centros de memória e o objeto museal enquanto representantes de uma cultura e dotados de um poder de discurso que impactam na memória social.

Outra linha de investigação está na Comunicação. Este conjunto de quesitos avaliado no que foi definido como ‘comunicação’ merece uma consideração mais apurada. Em tempos nos quais a comunicação digital tem dominado e é um importante elemento para divulgação, é de causar estranheza que os centros de memórias não possuam, com raras exceções, uma comunicação digital efetiva. Como esses centros de memória poderão, sem uma robusta estrutura de comunicação por canais como *sites*, *blogs*, instrumentos de redes sociais, divulgar o que estão produzindo, apresentar qual o seu impacto na gestão do conhecimento e da aprendizagem, com formas de comunicação tão precárias? Em outras palavras, como estão preservando a memória social sem envolver a sociedade de uma maneira mais intensa e abrangente, como seria com uma forma de comunicação virtual?

Aqui, apresenta-se mais uma possibilidade de pesquisa futura, que é a investigação sobre a comunicação virtual como forma de preservação da memória e retroalimentação do sistema de resgatar, divulgar e ‘re-construir’ a história presente nesses centros. Em uma era virtual, como os centros de memória estão lidando e usufruindo das TICs para serem estas um instrumento a mais na ciência da informação e um poderoso aliado para o atingimento da missão proposta?

Estas proposições derivam dessa experiência de investigação dos centros de memória da UFMG e mantêm a visão que direcionou a atual pesquisa, considerando-se os centros de memória como resultantes da reunião de três grandes áreas interligadas – arquivo, biblioteca e museu - e, portanto, sua gestão exige uma gama não somente de competências diversas, mas, principalmente, uma compreensão da complexidade existente, no mundo atual, entre a construção da memória social, sua gestão, a relação com os objetos museais que representam, simbolicamente, uma cultura e dialogam com seu interlocutor de uma maneira deveras singular e a relação com a comunicação em tempos de virtualidade. Logo, trata-se de importantes objetos de pesquisa para a Ciência da Informação e, adicionalmente, para a Administração, permitindo prosseguir com a proposta de associar essas duas ciências em prol dos centros de memória.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, 2010.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-110124/>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos, Bibliotecas e Centro de Documentação. In. Arquivo: Estudo e Reflexões. Belo Horizonte. Editora Ufmg. 2014. p. 29-47.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O papel instrumental dos arquivos**. Seminário Arquivo, Memória. Mesa Redonda: O papel social, instrumental e político dos arquivos. Fundação Cultural de Santos. Santos. 28 de agosto de 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. In: GOVERNO do estado de São Paulo. **I ciclo de palestras sobre arquivos e gestão documental: Aperfeiçoamento e Atualização Profissional**. 21 a 25 de março de 2011. Disponível em: <<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/pdf/Apostila.pdf>>>. Acesso em 15 set. 2014.

BICALHO, Lucinéia Maria. Centro de Memória da Farmácia da UFMG: uma Experiência interdisciplinar. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENANCIB**. 2013. GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação. 09 p.

BOLETIM UFMG. **A Farmácia em festa**. Solenidade comemora 100 anos com crescimento da produção científica e da pós-graduação. Número 1745. Ano 37. Belo Horizonte. 22. ago. 2011.

BORREGO, Maria Cristina Santos e MODENESI, Simone. centros de memória Institucionais: métodos, procedimentos, ferramentas e tecnologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, 1º sem. 2013. Disponível em: periodicos.pucminas.br. Acessado em 21 nov. 2013.

BOSI, Ecléa. **Research on social memory**. Psicologia USP. S.Paulo, v.4, n.1/2, p. 277-284, 1993.

BRASIL. **Constituição do Brasil. 1988**. Documento compilado. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>>. Acesso em 16 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>>. Acesso em 16 set.2014.

BRASIL. Lei nº 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amalia Amarante (Orgs). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2005, p.141-157.

CÂMARA, Italo Pereira. **Arquivo Geral da Base Aérea de Florianópolis: memória institucional e preservação de documentos históricos, 1970 a 2012**. Florianópolis, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CAMARGO, Célia R. Os centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Zélia Lopes da (org) **Arquivos, Patrimônio e Memória –Trajetórias e Perspectivas**. SP: Ed. UNESP/FAPESP: 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. GOULART, Silvana. **centros de memória**. Uma proposta de definição. São Paulo. Edições Sesc SP. 2015.112 p.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: <<http://www.capurro.de/enancib_p.htm>>. Acesso em 31 dez.2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Ana Maria Pereira Cardoso (Trad.), Maria da Glória Achtschin Ferreira (trad.), Marco Antônio de Azevedo (Trad.). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr.2007. Disponível em: << <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>>. Acesso em 31 dez.2014.

CARNEIRO, Patrícia Carla Oliveira. **Memória e Patrimônio Científico e Tecnológico: O Centro de Memória da Engenharia**. Dissertação. MG. CEFET. 2013. 109 p. Disponível em << www.files.scire.net.br/atricio/cefet.../patrcia_carla_oliveira_carneiro.pdf>>. Acesso em 10 fev.2014.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 18, p. 153-161, maio 2010. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademicoFile/.../560>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CATOIRA, Thais. NETTO, Carlos Xavier Azevedo. Informação contemporânea: memória do acervo da NPC/UFPB. **XII Enancib**. 2011.

CORRÊA, Edison José; GUSMÃO, Sebastião Nataniel Silva.; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **85 anos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: COOPMED/UFMG, 1997. 206 p.

COSTA, Iclélia Thiensen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2008-02-15T15:39:41Z-24/Publico/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2013.

DODEBEI, Vera. O sentido e o significado de documento para a memória social. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/62/64>>. Acesso em 20. fev.2013.

DODEBEI, V. L. D. L. de M. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2011.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. Documentação. In. **Documentação e arquivos**. Porto Alegre: Sagra. 1988.p.24-43.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Política de Informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos olhares em ciência da Informação**. v. 2. n. 1, 2012.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos. 2007.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária**. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

GAGETE, Élide; TOTINI, Beth. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: **Memória de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje. 2004.p. 113- 126.

GONZÁLES DE GÓMEZ, M. N. **Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea**. *Revista Internacional de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro:UERJ/NUSEG, v. 1, n. 1, abr., p. 67-93, 1999.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: ARQ-SP, 2005. p. 26.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80p.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **ICOM Code of Ethics for Museums**. 2013. Disponível em: <<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code_ethics2013_eng.pdf>>. Acesso em 14 set.2014.

JARDIM, José Maria. **Os arquivos (in)visíveis**: a opacidade informacional do estado brasileiro. Tese de doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ-Ibict, 1998.

JARDIM, José Maria. FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p.121-139.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil (1994-2006)**. IX ENANCIB.2008. Disponível em: <enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3077/2203>. Acesso em: 10. Dez.2014.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição.

LAGE, M. O. (2002). Abordar o patrimônio documental: Territórios, práticas e desafios. Cadernos NEPS, 41.1-78.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.

LEMOS, Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 101-119.

INHALES, Meily Assbú. CUNHA, Luciana Bicalho. VIANA, Juliana de Alencar.. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer: ordenando acervos, produzindo sentidos. In: **IV Congresso De Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007**, Juiz de Fora. Anais do IV Congresso De Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007.

LINHALES, M., NASCIMENTO, A.. O esporte e suas práticas nas linhas e entrelinhas de um processo de organização de arquivos. **Revista Acervo**, Local de publicação (editar no plugin

de tradução o arquivo da citação ABNT), 27, set. 2014. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/715/608>>. Acesso em: 29 Out. 2015.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. *In: Documentação em Museus*. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia. V. 10), p. 23-32. Disponível em: <<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>>. Acesso em 18 ago.2014.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 1-6, jan/abr. 1998. Disponível em: periódicos.PUC-Campinas.edu. <<[br/seer/index.php/transinfo/article/.../1567](http://seer/index.php/transinfo/article/.../1567)>>. Acesso em:05 set. 2013.

MARCONDES, Carlos Henrique. Arquivologia, biblioteconomia e documentação: o lugar da ciência da informação entre as ciências da documentação. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p.206-227, Ene./Mar. 2011. Disponível em: <<<http://www.edicic.org/revista/>>>. Acesso em 21 ago.2014.

MARQUES, Isabel da Costa. **O Museu como Sistema de Informação**. 2010. 165 f. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentado à Faculdade de Letras para obtenção do título de mestre. Universidade do Porto, Porto: 2010. Disponível em: <<<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55282/2/TESEMESISABELMARQUES000124492.pdf>>>. Acesso em 15 set. 2014.

MARQUES. Otacílio Guedes. **Informação Histórica: recuperação e divulgação da memória no poder judiciário brasileiro**. Dissertação. CID. Unb. Brasília.2007.133fl.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1998, v. 11, n. 21, p. 89-103.

MINAYO, Maria C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 1993.

MOLINA, L.G.; VALENTIM, M.L.P. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: discussões conceituais e terminológicas. *Revista EDICIC*, v.1, n.1, p.262-276, Jan./Mar. 2011.

FONSECA, Edson Nery da. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: IBICT, 1988. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/764>. Acesso em 20 fev.2014.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de memória da Medicina no Brasil**. 2004. Disponível em: <<<http://www.historiaeultura.pro.br/cienciaepreconceito/frame.htm>>. Acesso em 10 nov.2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga e RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção

científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.3, p. 216-329, dez. 2009. Disponível em: <<www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/>>. Acesso em: 20 out.2013.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <<http://ibict.br/liinc>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na Ciência da Informação: análise dos programas de pós-graduação no Brasil**. 2010. 196fhs. Tese doutorado pela Faculdade de Ciência da Informação. UNB. Brasília, 2010. Disponível em: <<repositorio.unb.br/bitstream/10482/7466>>. Acesso em: 20jan. 2014.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero -Revista de Ciência da Informação** - v.5,n.5,out/04.ARTIGO 03. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>>. Acesso em 28 ago.2014.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero -Revista de Ciência da Informação** - v.11, n.2, abr/10.ARTIGO 03. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm>>. Acesso em 28 ago.2014.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero:Revista de Ciência da Informação**, v.11, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/F_I_art.htm>. Acesso em: 28 jun. 2014.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. 1937. Disponível em: <<<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>>. Acesso em 28 ago.2014.

PAES, Marilena Leite. Órgãos de Documentação. In **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.p.16-18.

PIMENTEL, Lucia Gouveia. Museus: Pontes entre Culturas. **Revista Museus Digital**. 2005. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5954>

POULOT, Dominique. Museus e museologia. O que é um museu?. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autentica Ed., 2013. p.15-79.

POULOT, Dominique. Museus e museologia. **O que é museu?** Capítulo I. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autentica Ed., 2013.p.15-34.

PROJETO MEMORIA INSTITUCIONAL FACE. 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico na era digital**. 2013. Disponível em: <<<http://www.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/2011/11/rosely.pdf>>>. Acesso em 19 ago.2014.

RUEDA, Valeria; FREITAS, Aline; VALLS, Valéria Martin. **Memoria Institucional: Uma revisão da literatura**. **Revista CBR8 digital**. v.4, n.1. abr.2011.São Paulo. Disponível em:

<<<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>>. Acesso em: 05 fev.2013.

SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, vol.36, nº2 Brasília May/Aug. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200006>>. Acesso em 31 ago.2014.

SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. In: **Importância dos arquivos**. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2002.p. 25-52.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fenelon. **Documentação**. [s.l.]: 1961. 20p.

SILVA, Zélia Lopes. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo:Unesp, 1999.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. Dissertação.PPGCI.UFPB.2009.103p. Disponível em:< <http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/handle/123456789/188>>. Acessado em 15. Dez.2014.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>>. Acesso em 15 ago.2014.

SMIT, JohannaWilhelmina. A Documentação e suas diversas abordagens. In:**Documentação em Museus**. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2008.(MAST Colloquia. V. 10), p. 11-23. Disponível em: <<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>>. Acesso em 18 ago.2014.

SOUZA Sara Barbosa. **Memória Empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?** .Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes/2010/2010-mesousa_sara.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, fev. 2013. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo de Estado, Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 2003.

TERRA, Ana Lúcia Silva. **As Políticas de Informação e de Comunicação da União Europeia**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão 2010-2014**. Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Extensão. Belo Horizonte: PROEX/UFMG/ PROEX, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

7.1 Endereços Eletrônicos dos centros de memória Pesquisados e outros documentos

CEDOC – Centro de Pesquisa, documentação e Memória da FAE. Disponível em: <<<http://www.biblio.fae.ufmg.br/webbiblio/>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CEDOC FAE. **Folders**. 2014. Consulta no local. UFMG, 2014.

CEMEF. **Centro de Memória da Educação Física**. 2014. Disponível em: <<<http://www.eeffto.ufmg.br/cemef/consulta.html>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CEMEMOR. **Centro de Memória da Medicina UFMG**. 2014. Disponível em: <<<http://www.medicina.ufmg.br/cememor/index.php>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CEMENF. **Centro de Memória da Enfermagem**. 2014. Disponível em: <<www.enf.ufmg.br/centrodememoria>> e <<www.ufmg.br/rededemuseus/enfermagem.htm>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Engenharia. 2014. Disponível em: <<<https://www.ufmg.br/rededemuseus/engenharia.htm>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Engenharia. Centenário da Escola de Engenharia. 2014. Disponível em: <<<https://www.eng.ufmg.br/centenario/historia-detalhe.php?id=14>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Engenharia. Facebook da AEAEEUFMG. 2014. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Ex-Alunos-da-Escola-de-Engenharia-da-UFMG/173842456148960>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Escola de Veterinária. 2014. Disponível em: <<<http://www.vet.ufmg.br/pesqextensao/projetos/20/>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Escola de Veterinária. Organograma. 2014. Disponível em: <<<http://www.vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/estrutura-organizacional.pdf>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da FALE. 2014. Disponível em: <<www.cultura.ufmg.br>> e em <<www.ufmg.br/online/arquivos>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da FALE. Vídeo em TV UFMG. 2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7_IOMq327HY>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Farmácia. Disponível em: <<www.ufmg.br/rededemuseus/farmacia.htm>> Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Farmácia. Facebook. Disponível em: <<www.facebook.com/cemefar.ufmg>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória da Odontologia. Disponível em: <<<https://www.odonto.ufmg.br/index.php/component/content/category/106-centro-de-memoria>>>. Acesso em 05 jan.2014.

CENTRO de Memória Faculdade de Odontologia. 2014. Disponível em: <<<https://www.odonto.ufmg.br/index.php/centro-de-memoria>>>. Acesso em 05 jan.2014.

MEMÓRIA Institucional FACE. Disponível em: <<<http://web.face.ufmg.br/face/portal/institucional/noticias/316-projeto-memoria-face.html>>> e em <<www.face.ufmg.br>>. Acesso em 05 jan.2014.

REDE Museus UFMG. 2014. Disponível em: <<<https://www.ufmg.br/rededemuseus/cemef.htm>>> e em <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/1b_4.pdf>>. Acesso em 05 jan.2014.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. 2014. Disponível em: <<<https://www.ufmg.br>>>. Acesso em 05 jan.2014.

8. APENDICES

8.1 FORMULÁRIO PARA PESQUISA INFORMAÇÕES DOS SITES DOS CMs UFMG

NOME:
DATA DA CRIAÇÃO:
ENDEREÇO:
EMAIL:
SITE:
VINCULAÇÃO:
OBJETIVO GERAL:
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
CONTEUDO: ACERVO, LABORATÓRIOS, EXPOSIÇÕES.
ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
INSTRUMENTO DE PESQUISA E FORMA DE ACESSO:
DADOS EXTRAIDOS DOS SÍTES:

8.1 Roteiro das Entrevistas para coleta de dados por CM UFMG

DADOS	1. CRIAÇÃO -	
	2. MISSÃO	
	3. FUNÇÕES	
	4. ESTRUTURA	

	5. VINCULAÇÃO HIERARQUICA	
	6. EVOLUÇÃO POLITICO ADM.	
	7. ATIVIDADES	
	8. ROTINA	

9. DOCUMENTOS DE CRIAÇÃO	DE		

10. DOCUMENTOS DE DIREÇÃO	PLANO DE AÇÃO	
	ORGANOGRAMA	
	RELATÓRIOS DE ATIVIDADES	
	ATOS NORMATIVOS (PORTARIAS)	
	RELATÓRIO GERENCIA	
	MANUAIS DE PROCEDIMENTOS	

11. DOCUMENTOS DE REUNIÃO	ATAS DE REUNIÕES		
	MEMORIA DE REUNIÃO		
	RESOLUÇÕES		

12. OUTRAS FONTES	PAGINA NA WEB		
	ENTREVISTAS		
	LIVROS COMEMORATIVOS		

13. ACERVO; FUNDOS	BIBLIOGRAFICO	
SUB-FUNDOS; SERIE		
	ARQUIVISTICO	
	MUSEOLOGICO	
	OUTROS	

14. PLANEJAMENTO DO CM	DATAS COMEMORATIVAS	
COMO SURTIU	OUTROS	
15. RECURSOS	ORÇAMENTO	
	ORIGEM: PROJETOS E ETC. FORMAS DE FINANCIAMENTOS	
	INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS	

16. RESGATE DE REGISTROS E LEMBRANÇAS	QUAIS ACERVOS NÃO ORGANICOS:	
	COLEÇÕES DE ENTREVISTAS	
	COLEÇÕES DE VIDEOS	
	OUTRAS COLEÇÕES	

17. INVENTARIO DOS ACERVOS	MUSEOLÓGICO	
	BIBLIOTECONOMICO	
	ARQUIVÍSTICO	

18. PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CENTRO		
---------------------------------------	--	--

19. USUÁRIOS	IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS (ANUAL MENSAL)	
	QUEM SÃO OS USUÁRIOS: PESQUISADORES, ESTUDANTES, VISITANTES, OUTROS.	